



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Heloísa Sayumi Miyahara

Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da
População em Situação de Rua na região do Vale do Ribeira-SP

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2017



PUC-SP

Heloísa Sayumi Miyahara

Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da
População em Situação de Rua na região do Vale do Ribeira-SP

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção de título de Doutora em Serviço
Social, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Alves da
Silva.

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2017

BANCA EXAMINADORA

À população em Situação de Rua de Registro-SP e do mundo, na esperança de dias melhores onde o solo seja fértil o suficiente para que haja o enraizamento dos direitos sociais para todos.

Aos profissionais que trabalham diretamente com a “situação de rua”, que não lhes falte esperança.

À minha família, pela semente de coragem plantada em meu coração.

Do 2º semestre de 2012 até o 1º semestre de 2016, contamos com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e da Fundação São Paulo – FUNDASP, fundamentais para a realização deste doutorado.

É SOBRE AFETOS

*Não é sobre chegar no topo do mundo
E saber que venceu
É sobre escalar e sentir
Que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo
E também ter morada em outros corações
E assim ter amigos contigo
Em todas as situações*

*A gente não pode ter tudo
Qual seria a graça do mundo se fosse assim?
Por isso, eu prefiro sorrisos
E os presentes que a vida trouxe
Pra perto de mim*

(Ana Vilela – Música: Trem-Bala)

À minha querida família, especialmente à minha mãe Eliane Isabel de Oliveira Miyahara, que, durante esses quatro anos, acompanhou-me, suportou-me, acalmou-me e incentivou-me com palavras, afeto e atitudes de carinho, e ao meu pai Carlos Munekazu Miyahara, pelo cuidado e carinho expressos nas pequenas e grandes atitudes, como por exemplo, durante a época das disciplinas, por me levar para pegar o ônibus às 2 horas da madrugada e me acolher na chegada às 3h do dia seguinte, quase duas vezes por semana. Ao meu irmão Henrique, à Bá, tios e tias. Eu só cheguei onde cheguei por vocês!

Ao professor Ademir, pela paciência comigo, pela delicadeza e tranquilidade na condução deste processo árduo, que foi me orientar. Muito obrigada, professor, por tudo, principalmente pela luz que foi neste caminho, ao acreditar neste trabalho até quando eu fraquejei e me senti incapaz. As orientações foram verdadeiras aulas e as aulas um aprendizado para uma vida toda.

Meus agradecimentos a todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e à Andréia. Foi um verdadeiro sonho ter estudado neste espaço histórico de formação do Serviço Social Brasileiro.

Impossível encerrar um ciclo sem lembrar tantos outros que me trouxeram até aqui, por isso minha gratidão eterna a todos os docentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, base dos meus estudos, em especial às professoras Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros e Danuta Estrufika Cantóia Luiz, que na ocasião da conclusão do mestrado “profetizaram” este doutorado na PUC-SP.

Às amigas, que a faculdade me trouxe, e que o tempo não levou: Naja, pelo apoio no início deste processo, Bárbara, pela parceria em “grandes eventos”, e à Claudia Cardoso, pela irmandade e pela presença constante em todos os momentos.

À toda equipe de amigos que ganhei no FAC – Fraternal Auxílio Cristão de Registro-SP: D. Rosa, pequena Yasmin, Lica, Tetê, Mirelly, Vanessa, Rose, Maria

Helena, e Pe.Brant. À População em Situação de Rua, que me acolheu com tanto respeito e confiança, compartilhando suas vidas, dores e alegrias, meu eterno afeto: Antonio Carlos, Anderson, Ana Cristina, D^a Irene, China, Walmir, Cinthia, Corvo e Gaúcho (e muitos outros). Grata pelas conversas no meio-fio anteriores a essa pesquisa. Sou mais humana por vocês!

À DRADS de Registro-SP, pela disponibilização de dados.

À Ángel Díez Alvarez, pelo tempo, leitura, correção da primeira parte da pesquisa e incentivo.

Às colegas de docência, Silvana, Dayane, Isabela e Mariene, pelo apoio, e aos queridos alunos de Serviço Social da UNISEPE, pela energia essencial que alimentou minhas forças e esperanças, neste período final de pesquisa.

À banca de qualificação, Prof^a Dr^a Dirce Koga e Prof^a Dr^a Silvia Maria Schor , pela disponibilidade, carinho e apontamentos fundamentais para a continuidade da tese.

Aos sujeitos que aceitaram participar desta pesquisa.

São mais de quatro anos, e dentro deles mais de mil. Seria impossível listar nominalmente todos que contribuíram direta e indiretamente nesta pesquisa, que todos (citados ou não) sintam meu mais profundo agradecimento pela atenção, pelos olhares e pelo carinho que me foram dados ao longo deste tempo!

Foto da série “Corações da Rua”



Fonte: Jornal Regional (Registro-SP).

*Eu não sou da sua rua,
Eu não sou o seu vizinho
Eu moro muito longe, sozinho.*

Estou aqui de passagem.

*Eu não sou da sua rua,
Eu não falo a sua língua,
Minha vida é diferente da sua.*

Estou aqui de passagem.

*Esse mundo não é meu
Esse mundo não é seu.*

(Arnaldo Antunes – Eu não sou da sua rua)

MIYAHARA, Heloisa Sayumi. **Perspectivas do meio-fio: entre os direitos sociais e as histórias de vida da População em Situação de Rua na região do Vale do Ribeira-SP**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

A presente tese estabelece um confronto analítico entre o elenco de direitos legalmente assegurados e as histórias de vida da População em Situação de rua, na Região do Vale do Ribeira-SP, com a investigação e identificação de lacunas e alternativas para sua superação. Seus objetivos específicos foram: traçar um perfil qualitativo da População em Situação de Rua, do Vale do Ribeira-SP; identificar nas histórias de vida as possibilidades de interação com as políticas públicas; caracterizar o atendimento oferecido à População em Situação de Rua, na Região do Vale do Ribeira-SP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, motivada pela recente discussão acerca da importância de uma metodologia própria para investigação da condição social das pessoas em situação de rua. Adotamos a metodologia de resgate da história de vida entrelaçada com aspectos dos direitos sociais. A análise de dados relacionou categorias teóricas com a coleta empírica de material de pesquisa. Delimitamos como universo de pesquisa os 14 municípios que compõem a área de abrangência da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social –DRADS- Vale do Ribeira, com entrevista a dois Grupos de Sujeitos (Grupo I- Técnicos e Grupo II- População em Situação de Rua).

Palavras-Chave: População em Situação de Rua; Vale do Ribeira – SP; Políticas Públicas; Direitos Sociais.

MIYAHARA, Heloisa Sayumi. **Curb perspective: between social rights and life histories of homeless people in the Vale do Ribeira region, state of São Paulo.** 2017. Thesis (Doctorate degree in Social Work) – Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The thesis establishes an analytical comparison between the list of legally assured rights and the life histories of homeless population in Vale do Ribeira Region, investigating and identifying gaps and alternatives for overcoming them. The specific objectives were: To draw a qualitative profile of the population in homeless situation in Vale do Ribeira-SP, to identify in life histories the possibilities of interaction with public policies and to characterize the service offered to the homeless population in Region. This is a qualitative research, motivated by recent discussion about the importance of a proper methodology for investigating the social condition of the homeless people. We worked with a methodology to rescue the life history intertwined with aspects of social rights. The data analysis related theoretical categories with the empirical collection of material. We delimited as research universe the 14 municipalities that make up the area covered by Regional Office of Assistance and Social Development – DRADS – Vale do Ribeira interviewing two Groups of Subjects (Group I – Technicians and Group II – Homeless People).

Key- Words: Homeless People; Vale do Ribeira – SP; Public Policies; Social Rights.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese sobre Estudos Sobre o Vale do Ribeira/SP	19
Tabela 2 – Grupo 1 – Sujeitos.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Serviços Socioassistenciais do Vale do Ribeira – SP	67
Quadro 2 –	Levantamento de dados sobre população em situação de rua no Vale do Ribeira – SP	85
Quadro 3 –	Grupo 2 – Sujeitos	90
Quadro 4 –	Síntese das histórias de vida	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape	18
Figura 2 –	Mapa do Vale do Ribeira. Divisão Política 2006 do IBGE.	21
Figura 3 –	Mapa das Microrregiões – DRADSs	25
Figura 4 –	Dispositivos “antimendigos” - Londres	40
Figura 5 –	Banco da Praça da República e Vão Livre de Ponte em São Paulo	40
Figura 6 –	O homem nas ruas	44
Figura 7 –	Diógenes	45
Figura 8 –	Mapa de Membros da Internacional Network of Street Papers	58
Figura 9 –	Síntese Cronológica	70
Figura 10 –	Postagem I – Registro/SP.....	87
Figura 11 –	Postagem II –Registro/SP	88
Figura 12 –	Rodovia Br116	94

LISTA DE SIGLAS

BBC	British Broadcasting Corporation
CF88	Constituição Federal de 1988
CIAMPRua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População e Situação de Rua
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRADS	Diretoria(s) Regional(is) de Assistência e Desenvolvimento Social
FAC – Registro/SP	Fraterno Auxílio Cristão de Registro-SP
FEANISA	Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os Sem Teto
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INED	Instituto Nacional de Estudos Demográficos
INSP	International Network of Street Papers
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
OCAS	Organização Civil de Ação Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR 2009	Política Nacional para População em Situação de Rua
POP Rua	População em Situação de Rua
PUC – SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO 1 – SITUAÇÃO DE RUA	28
1.1 A Rua como situação: um espaço social	28
1.2 Do “Indivíduo” em situação de rua ao “Humano Genérico”	52
CAPITULO 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA HOJE: PANORAMA MUNDIAL E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA-SP	56
2.1 População em Situação de Rua em panoramas	56
2.2 Vale do Ribeira: o contexto de uma afirmação necessária	63
2.3 Breve descrição dos principais órgãos e/ serviços socioassistenciais dos municípios da região.....	67
CAPITULO 3 – POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ..	68
3.1 Síntese Cronológica da legislação e eventos sobre população em situação de rua	70
3.2 Políticas Sociais: segmentação e universalização	71
3.3 Políticas Sociais e a atenção à população em situação de rua.	76
CAPITULO 4 – O MEIO-FIO: ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E AS HISTÓRIAS DE VIDA	82
CONSIDERAÇÕES	105
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	113

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre o tema desta tese de doutorado nascem a partir da segunda metade do ano de 2011, quando ingressei, por meio da prática profissional, como assistente social, no projeto “Morando na Rua: Possibilidades e desafios na conquista de direitos sociais”, realizado no município de Registro-SP.

Dentro desse contexto, e em conjunto com a equipe, passamos a fazer atendimentos na rua, no sentido de proporcionar uma escuta qualificada às pessoas em situação de rua. Para que essas intervenções fossem de fato aproximadas dos sujeitos, coloquei-me, muitas vezes, sentada no “meio-fio” da calçada e, durante quatro meses, passamos a “resgatar” a história de vida de aproximadamente vinte moradores de rua.

Esse contato nos instigou a pensar quais seriam as possibilidades que essa população teria para acessar os direitos sociais diante das histórias de vida ali expostas e das alternativas iniciais propostas pelos serviços sociais do município.

Nessa perspectiva, o objeto da pesquisa foi a investigação crítica da lacuna entre o direito social e as histórias de vida da população em situação de rua, na região do Vale do Ribeira, em SP, levando em consideração a perspectiva dos próprios sujeitos.

Apesar de ser uma expressão antiga, “*situação de rua*” voltou a tomar destaque dentro das políticas públicas, a partir dos anos 2000, o que resulta em algumas regulamentações legais, como por exemplo, o decreto nº 7.053, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, identificando esse grupo como:

[...] heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a, p.1)

Os trabalhos de defesa e garantia de direitos desse segmento da população passam a ser pautados por esse decreto e pelas políticas setoriais, porém ainda se encontram em fase inicial nos municípios.

A efetividade do atendimento também estimula a articulação em rede, uma vez que o decreto prevê um Comitê Intersectorial de Acompanhamento e

Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, formado por representantes dos mais diversos ministérios, tais quais: Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça, Saúde, Educação, Cidades, Trabalho, Esportes e Cultura. Essa intersectorialidade é necessária para pensar as ações e planos a serem “desenhados” nos municípios, para que essa ótica se expresse no atendimento às reais necessidades dessa população.

Atualmente, podemos notar o avanço nas discussões teóricas sobre as pessoas em situação de rua. É possível encontrar, também, argumentações que apontam ações e práticas que vão ao encontro da efetivação e garantia dos direitos da população em situação de rua. Desse modo, essas leituras, ainda que fragmentadas, devido às recentes conquistas no âmbito dos direitos sociais, apontam a garantia e defesa desses avanços, que expressam as reais necessidades desse segmento populacional, e não apenas o cumprimento da legislação de uma maneira impositiva e de enquadramento.

O desafio está em elaborar alternativas que possam adequar-se à realidade de quem vive nas ruas, especialmente que levem em conta o estágio em que as pessoas se encontram.

Nessa direção, alguns projetos que têm alcançado êxito são concebidos como retomada gradual da atividade produtiva, combinando atividade laboral, repasse de renda, acompanhamento social e oferta de espaços educativos. (COSTA, 2005, p. 10)

O desafio de que trata a autora é romper com a lógica de enquadramento das ações com essa população, é trazer à tona e evidenciar meios alternativos de inclusão, onde os sujeitos possam protagonizar e expressar suas necessidades, participando da “construção” dessas alternativas.

Vale ressaltar que a participação da população em situação de rua, no processo de avanço dos direitos sociais, foi essencial, e se deu por meio de movimentos sociais, fóruns de debate e encontros. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua teve e tem papel fundamental, enquanto ator social, na defesa desses direitos sociais.

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social. (FALA RUA, 2012)

É relevante mencionar que a mobilização e a organização do movimento têm grande alcance e expressão nacional, porém, nas realidades mais afastadas dos grandes centros urbanos, estas alternativas de participação e mobilização muitas vezes não são protagonizadas pelos próprios sujeitos. O desafio, nesse caso, é visualizar alternativas que permitam a maior participação da população em situação de rua, nestes espaços de decisão.

O Contexto Local: Onde Estão Os Sujeitos De Pesquisa?

A região do Vale do Ribeira abrange dois estados, leste do Estado do Paraná, e sul do Estado de São Paulo. O Ribeira, que dá nome à região, trata-se do rio Ribeira de Iguape, que compõe a Bacia Hidrográfica do Ribeira.

Figura 1: Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape



Fonte: UNICAMP, Sala de Imprensa.

A biogeografia da região é percebida como fator fundamental do desenvolvimento socioeconômico no Vale e, conseqüentemente, nas histórias das cidades que a compõem. Buscaremos aprofundar e relacionar os aspectos biogeográficos com a leitura socioterritorial da região, a fim de compreender e localizar a relação das pessoas em situação de rua e suas vivências nesse território.

Para iniciar essa investigação, utilizamos a ferramenta de busca, via internet, em uma das principais bases de dados on-line de publicações científicas, por meio da palavra-chave “Vale do Ribeira”.

Inicialmente, em levantamento realizado, no primeiro semestre de 2013, nas bases de dados do SCIELO – Scientific Eletronic Library Online, encontramos 187 trabalhos científicos com a palavra-chave “Vale do Ribeira”, sendo, em sua maioria, pesquisas nas áreas de saúde, agricultura e biologia.

Mesmo percebendo a importância histórica das relações entre o desenvolvimento da região, sua biogeografia e os estudos socioterritoriais, essa não tem sido a temática de maior relevância nos estudos científicos relacionados à região do Vale do Ribeira, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1: Síntese dos Estudos Sobre o Vale do Ribeira-SP

Área	Temas	Quantidade de artigos
Ciências da Saúde	Pesquisas de profissionais da área da saúde	117
Ciências da Agricultura	Temáticas relacionadas à produção/cultivo e manejo agrícola.	43
Ciências Biológicas	Estudos sobre a fauna da Região.	31
Ciências Humanas	Questões de cultura tradicional, identidade e conflitos de exploração de bens naturais	14
Engenharia	Ênfase na engenharia agropecuária.	04
Ciências Exatas e da Terra	Artigos sobre a fibra de banana entre outros.	04
Ciências Sociais Aplicadas	Gestão dos Territórios de Cidadania	01

Fonte: Elaborado pela autora com base de dados da SCIELO. Pesquisa de Artigos.

Com base no levantamento aqui sintetizado, realizamos a leitura dos resumos dos artigos das áreas de Ciências Humanas (14) e Ciências Sociais Aplicadas (1). E, com base nestes 15 artigos, passamos a buscar referências teóricas mais aprofundadas sobre a caracterização da região do Vale do Ribeira. Priorizamos os artigos/trabalhos/estudos que, nos resumos, apresentassem relações entre aspectos naturais e sociais/históricos da região.

Identificamos que as riquezas ambientais condicionadas pela natureza da bacia hidrográfica formam, também, o chão de uma disputa pela exploração de recursos naturais, sem levar em consideração a cultura das populações tradicionais. Sobre essa relação, podemos destacar o estudo de Lucia da Costa Ferreira, intitulado “Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em

torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil”¹. A autora estuda os conflitos e as mudanças sociais provocadas pelas imposições normativas e legais sobre a proteção dos territórios, bem como a relação “ecologia e economia” que incidem sobre o debate.

O processo que envolve a seleção, implantação e gestão de áreas protegidas geralmente está baseado em critérios ecológicos e econômicos, o que não garante o sucesso dos resultados da conservação. A escolha e a instituição de determinada área protegida provoca sempre uma crise, e sua administração “faz parte do domínio das instituições e da prática política” (MORSELLO, 1999: 140). Essa característica exigiu uma atenção especial de policy makers responsáveis pela política de conservação, atraiu para a arena pública profissionais das ciências humanas, antes apartados do debate, e incentivou inúmeras pesquisas sobre temas relativos ao processo decisório acerca do uso de recursos naturais e dos conflitos a ele relacionados. (FERREIRA, 2004, p.1)

A autora ainda destaca que a gestão e a proteção desses recursos naturais trazem para a arena pública de debates outras áreas do conhecimento e não só as “ciências naturais e da terra”. Podemos dizer então que a identificação de uma “crise” de dimensão política traz profissionais das ciências humanas que contribuem em pesquisas e em leituras teóricas críticas sobre esses espaços de proteção.

Assim como a autora, buscamos analisar essas “crises” no chão de uma análise crítica, porém com aprofundamento da relação entre proteção socioterritorial e proteção ambiental e seus impactos, no desenvolvimento e na história da região. Essa análise subsidiará a compreensão das diferentes tensões existentes na identificação das expressões da questão social, na região do Vale do Ribeira, especificamente o caso da população em situação de rua.

Pretendemos, após compreendermos os aspectos naturais e sua relação com o desenvolvimento da região, aprofundarmos, especificamente, no desenvolvimento social do conjunto dos municípios que fazem parte do Vale do Ribeira. Sobre esse tema, localizamos, no levantamento anteriormente exposto, o trabalho intitulado “Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida – São Paulo” que contém, em sua análise, o Vale do Ribeira como um dos “Territórios da Cidadania”².

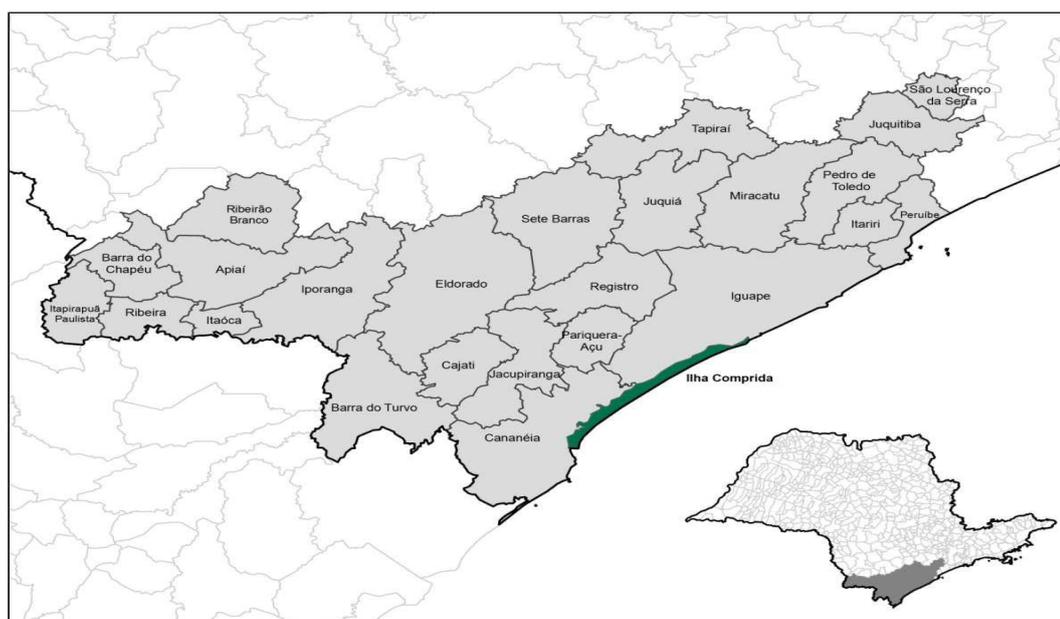
¹ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23536.pdf>.

² O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (MDS,2013)

O Vale do Ribeira constitui um dos três Territórios da Cidadania do estado de São Paulo. Os outros são: Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. Localizado no sudeste do estado, abrange uma área de 18.112,80 (km²) e é composto por 25 municípios. O território ocupa toda a região administrativa de Registro, mesmo nome do município-sede da Região, que é também o seu principal centro econômico e populacional. O Vale do Ribeira se estende também por pequenas porções das regiões administrativas vizinhas de Sorocaba (oito municípios), Santos (município de Peruíbe) e Região Metropolitana de São Paulo (Municípios de Juquitiba e São Lourenço da Serra). Faz também fronteira com o estado do Paraná, onde, contíguo, estende-se outro território da cidadania, também denominado Vale do Ribeira, em cuja área também predomina a Mata Atlântica, entre outras características comuns quanto ao perfil do povoamento e da dinâmica econômica. (AGUERRE; DIAS; IIZUKA, 2011, p. 759)

A localização desse território, em mapa, também foi conteúdo do trabalho anteriormente referenciado.

Figura 2: Mapa do Vale do Ribeira. Divisão Política 2006 do IBGE.



Fonte: www.ibge.gov.br.

Este trabalho destaca o papel da cidade de Registro como “município-sede” da região, evidenciando a concentração populacional e econômica mais elevada do Vale. A cidade, assim como outras da região, atualmente se encontra no foco do acolhimento de indústrias e empresas. Dessa forma, sofre um crescimento socioeconômico significativo. Pelo posicionamento geográfico, a cidade é dividida pela BR116, considerada a principal rodovia do país. Esse fluxo somado ao crescimento

econômico da região provocou, nos últimos anos, o crescimento da população em situação de rua, nos municípios.

O desenvolvimento trouxe consigo o agravamento das demandas pertinentes à Assistência Social e a outras políticas sociais. No início de 2011, o fenômeno da população em situação de rua passou a ser retratado até mesmo nos veículos de comunicação impressos da região. Esses fatos estimularam, de certa forma, uma pressão popular³ pela solução ou atendimento da demanda.

Os veículos de comunicação,⁴ somados à pressão dos munícipes, fizeram com que a gestão municipal buscasse uma solução em curto prazo para o atendimento inicial dos casos. Dentro desse contexto, o município lançou um edital para projetos sociais que atendessem a esse tema, podendo concorrer entidades socioassistenciais inscritas no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social. Pela proximidade das ações de atendimento às pessoas em situação de rua, a entidade Fraterno Auxílio Cristão – FAC elaborou o projeto de intervenção, e foi a única entidade inscrita, sendo aprovada para a execução do projeto social: “Morando na Rua: Possibilidades e desafios na conquista por direitos sociais.”

Esse projeto passou a atender as pessoas em situação de rua, seguindo o norte da PNAS- Política Nacional da Assistência Social, potencializando a própria entidade (FAC - Fraterno Auxílio Cristão), que, dentro deste contexto, passou a ser referenciada como a porta de entrada dos programas sociais para a população em situação de rua.

Perspectiva do Meio-Fio

Os olhares inquietos, as mãos com bolhas, os olhos que ardem, a falta de proteções mínimas, os grandes sonhos, a invisibilidade, a falta de documentos, a falta de atenção, as histórias contadas em silêncio, os medos e tudo isso ali, no meio-fio da calçada que ladeia a sede da entidade socioassistencial, é ali – em Registro-SP que algumas pessoas em situação de rua se reúnem em fila, minutos antes do almoço. Nesse espaço, pudemos ter contato, inicialmente, com um pedaço da história de vida de aproximadamente 25 pessoas, em situação de rua.

³ Vale explicar que o termo “pressão popular” faz alusão a uma parcela da comunidade que possui estabelecimentos comerciais próximos aos locais que a população passou a ocupar.

⁴ Conforme uma das reportagens digitalizadas no blog de um dos jornais da região: “Série Corações da Rua” realizada pela Jornalista Mônica Beatriz Bockor: <http://regionaljornal.blogspot.com.br/2011/09/coracoes-da-rua-encontro-aponta.html>

A história da perspectiva do meio-fio surge no desafio de intervenção profissional onde tudo era dúvida, onde, ao nos aproximarmos da história de vida de cada sujeito, também nos afastávamos da ideia de direito burocratizado da própria “mania social” de estabelecer padrões quanto ao lado “certo” e “errado.”

Entre a fala dos sujeitos e o compromisso com a defesa de direitos sociais, na maioria das vezes, houve uma falta de “sentido”, uma “não” significação com relação à adesão da população nos serviços públicos, o que nos mobilizou a pensar novas estratégias de atuação, para incluir na pauta da rede de atendimento a importância das abordagens com pessoas em situação de rua, na cidade.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da presente pesquisa foi o de estabelecer um confronto analítico entre o elenco de direitos legalmente assegurados e as histórias de vida da população em situação de rua, na Região do Vale do Ribeira-SP, com investigação e identificação de lacunas e alternativas para sua superação.

Os objetivos específicos foram:

- Traçar um perfil qualitativo da população em situação de rua, do Vale do Ribeira-SP;
- Identificar nas histórias de vida as possibilidades de interação com as políticas públicas;
- Caracterizar o atendimento oferecido à população em situação de rua, na Região do Vale do Ribeira-SP.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, motivada pela recente discussão acerca da importância de uma metodologia própria, para investigação da condição social das pessoas em situação de rua:

[...] as pesquisas de natureza censitárias sobre população em situação de rua, realizadas até o presente momento no Brasil, embora sejam importantes subsídios para o conhecimento desse grupo populacional e importantes referências do ponto de vista técnico e metodológico, ainda são insuficientes para subsidiar a elaboração e implementação de políticas sociais, nacionalmente, articuladas e voltadas para esta população. Com base nessa visão, é urgente que sejam produzidos dados e informações sobre a população em situação de rua no Brasil, com vistas a subsidiar a universalização das políticas sociais de saúde, educação, trabalho, habitação, cultura, lazer, previdência social, assistência social, segurança pública, entre outras, de modo a torná-las acessíveis à população em situação de rua, bem como subsidiar a elaboração de novas políticas sociais ou programas específicos, no âmbito dessas políticas, voltados para a população em situação de rua. (CIAMPRua, 2010, p.10)

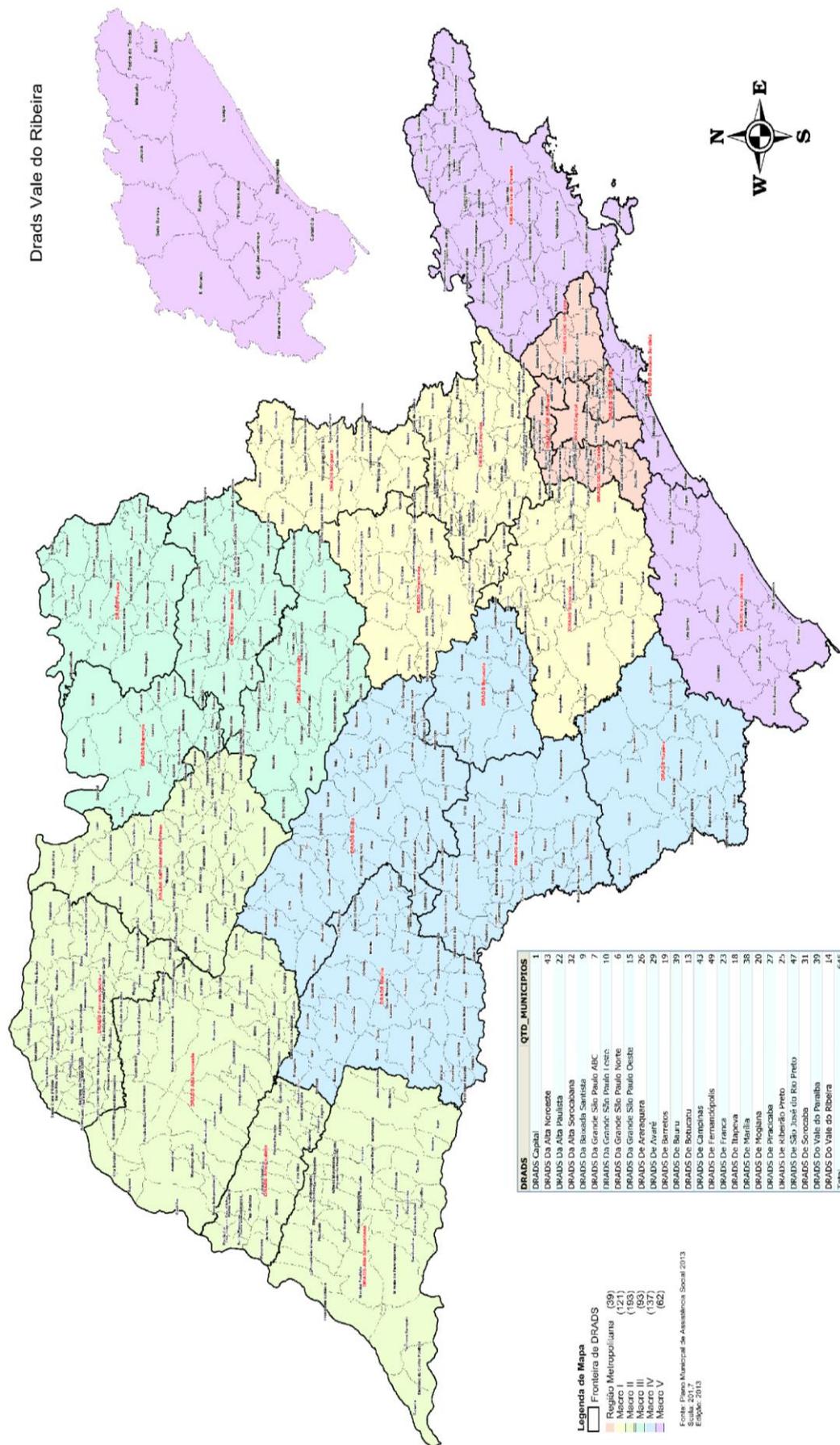
Adotamos a metodologia de resgate da história de vida entrelaçada com aspectos dos direitos sociais. A análise de dados foi realizada por meio de

abordagem qualitativa, relacionando categorias teóricas estudadas com a coleta empírica de material de pesquisa.

A análise de dados evidenciou as categorias teóricas e empíricas mais relevantes ao longo da pesquisa.

Delimitamos como universo de pesquisa os 14 municípios que compõem a área de abrangência da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social –DRADS- Vale do Ribeira. A seguir, visualizamos o mapa do estado com a região de abrangência da pesquisa em destaque.

Figura 3: Mapa das Microrregiões – DRADSS.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Dos 14 municípios selecionados, 13 identificaram⁵ pessoas vivendo nas ruas. Listamos a seguir os municípios que identificaram casos de pessoas em situação de rua:

- Cajati
- Cananeia
- Eldorado
- Iguape
- Ilha Comprida
- Itariri
- Jacupiranga
- Juquiá
- Miracatu
- Parquera- Açú
- Pedro de Toledo
- Registro
- Sete Barras

A presente pesquisa foi estruturada em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo traz uma reflexão teórica sobre a Situação de Rua, suas contradições entre uma estrutura física concreta e a rua como situação na perspectiva das subjetividades e significados para além do material. Ainda no primeiro capítulo, buscamos refletir sobre a condição do “habitante das ruas” como indivíduo e suas questões particulares, e a situação de rua vivida por um segmento da população pertencente a uma sociedade permeada de contradições.

Seguimos, no segundo capítulo deste trabalho, buscando compreender um pouco mais sobre a população em situação de rua, no contexto mundial, e no Vale do Ribeira – SP. É ainda, neste capítulo, que propusemos uma afirmação das potencialidades do Vale do Ribeira e de sua identidade, contrariando certa tendência de estigmatizar a região como “a mais pobre” do Estado.

Já no terceiro capítulo, passamos a discutir teoricamente o papel das políticas sociais quanto ao alcance e efetivação dos direitos sociais. A nuance universal

⁵ Informação coletada por meio de levantamento junto à equipe técnica da DRADS-Vale do Ribeira, que informou ainda que não possui um indicador específico que possibilite dimensionar quantitativamente e qualitativamente o segmento população em situação de rua. Nossa pesquisa buscou fazer esse levantamento junto aos 14 municípios selecionados.

dessas políticas, e mesmo a outra face que segmenta impulsionam critérios para o alcance de direitos como os da população em situação de rua.

O quarto e último capítulo desta tese relacionou analiticamente as histórias de vida as quais tivemos acesso com o repertório de políticas sociais presentes nas falas dos entrevistados.

CAPITULO 1 – SITUAÇÃO DE RUA

Procuramos, neste primeiro capítulo do trabalho, aprofundar o significado da expressão “Situação de Rua”, com investigação do entendimento dessa condição, nas relações sociais, ao longo dos tempos até a formulação de Políticas Públicas.

1.1 A Rua como situação: um espaço social

Poderíamos atribuir à definição de rua somente elementos que compõem uma significação física e concreta de uma via que liga pontos distintos em uma cidade. Porém, vale esclarecer que a rua não é composta apenas de significações exatas e precisas, são também cercadas de significações e de aspectos subjetivos.

Baseada nos estudos de Lefebvre, Cristina Oliveira Proença (2011) afirma em sua dissertação⁶:

Partindo do pressuposto de que, “a cidade é a projeção da sociedade sobre o terreno”, ela é o solo das profundas diferenciações e contradições sociais. Sendo simultaneamente meio de interações complexas, analisar a cidade é ter em consideração as relações de pertencimento e não pertencimento, de inclusão e exclusão. A construção da cidade traduz a história da produção e reprodução das relações sociais. As estratégias de classe geram distinções e segregações, tornando visíveis as contradições sociais. (PROENÇA, 2011, p.9)

Esta impressão das relações sociais no terreno físico das cidades pode ser observada e sentida na maneira como as pessoas habitam os espaços. As diferentes expressões desse habitar refletem nos significados dados aos diferentes ambientes da cidade, como ruas, praças, bairros tradicionais, bairros periféricos e centros comerciais.

Quando nos deparamos com uma placa identificando a rua, como Rua da Saudade, seja qual for a cidade, todas as significações dão sentido a uma ideia aproximada de Rua da Saudade, assim como na maioria das cidades as ruas são “batizadas” com nome de personalidades da história local, nacional, com datas que marcam fatos históricos. Entender que esses espaços, componentes das cidades, possuem um significado social é fundamental para nos aproximarmos da vida das

⁶ Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, traduções nossas.

pessoas nessas cidades, dos processos históricos, da cultura e das contradições, por exemplo.

Lefebvre, em *Direito à Cidade*, referenciado por Proença (2011), mostra-nos que é da cidade que nasce a filosofia, pois nela é possível reunir o que há de comum por meio da palavra. É na cidade/*polis* que o cidadão se constitui como um ser político, e é também nesse espaço que podemos visualizar a composição ideológica expressa nas “vontades de apropriação” de determinados lugares. É na cidade onde os espaços físicos se comunicam e se complementam. As relações sociais que se estabelecem tendem a ser mais próximas e de vínculos mais orgânicos entre as pessoas, a história e as mediações entre os aspectos públicos e privados da vida.

É relevante citar que a urbanização crescente vai ao encontro de processos de fragmentação nas cidades, que acabam por segmentar fisicamente os acessos e dificultar a interação entre as pessoas nos espaços públicos. Os caminhos, nesse contexto, são fundamentais para a inter-relação e a ligação entre os diferentes espaços urbanos.

Otto Friedrich Bollnow e sua obra “Homem e Espaço” também foi alvo de análise de Maria Cristina Proença (2011). Para a autora, as reflexões de Bollnow sobre “o caminho” é uma das suas mais primorosas.

[...] quando dizemos que “a estrada abre espaço” trata-se de um espaço diferente do espaço privado que o homem encontra em sua casa. O espaço que ela abre é um espaço anônimo, neutro, supraindividual [...]. (PROENÇA, 2011, p.32)

É importante lembrar que, segundo as análises de Bollnow, a estrada e o caminho não são vistos como espaços do habitar, porém o autor considera a existência de um caminhante que se desloca pela estrada sem ter um objetivo de chegada. A esse caminhante ele dá o nome de “wandern”.

Wandern, ou simplesmente caminhante, percorre o caminho livre das preocupações do cotidiano, de seu trabalho, anda sem pressa pelas ruas, entretanto não permanece nelas, acaba encontrando ao seu final sua casa ou seu lugar de regresso, sua “ancoragem”⁷. Mesmo aqueles que não possuem um local de “ancoragem”, segundo Bollnow⁸, compartilham da mesma condição e necessidade de ancorar. Ou seja, ao caminhar, mesmo que despreocupadamente,

⁷ Proença (2011)

⁸ Referenciado por Proença (2011)

em algum momento, o caminhante/ wandern sentirá a ausência de um lugar para habitar, recolher-se, um lugar onde se sinta amparado.

Estudos da geografia, antropologia e arquitetura já trataram a importância social das ruas ao longo dos tempos. Luciana Francisca Cabral (2005), em seu artigo intitulado “A Rua no Imaginário Social”, elenca e dialoga com as principais referências desse tema e afirma:

O estudo das ruas se apresenta com relevância em muitos aspectos, principalmente porque não se pode conceber uma cidade sem as mesmas. Os múltiplos encontros realizados nas cidades são mantidos e alimentados pelas trocas, que estabelecem as relações sociais. A rua, então, passa a ser, por excelência, o grande palco das sucessivas cenas e dramas, enfim, *lócus* das diversas representações da sociedade. (CABRAL, 2005, p.1)

Ao desenvolver o artigo, a autora entende a Rua como um espaço resultante de contradição entre o público e o privado. Como um espaço limite entre estes dois aspectos, público e privado, na vida das pessoas.

Foi “caminhando” pelo artigo de Luciana que nos deparamos com o livro de Roberto DaMatta intitulado “A Casa & a Rua”. A leitura do livro nos leva a entender um pouco mais sobre as relações sociais que se estabelecem entre o espaço da Casa (privado) e da Rua (público). O autor utiliza Casa & a Rua como categorias sociológicas para analisar a sociedade.

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam apenas espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p. 14)

Assim como DaMatta (1997), nesse aspecto, Proença (2011) acrescenta que a produção de “objetos” materiais nas cidades - como praças, condomínios entre outros – está recheada de significados subjetivos que remetem a ideias de como agir ou como sentir ao habitar esses espaços.

Quando se utilizam conceitos como Zen, Aqua Pura ou Jardins Éden para batizar condomínios e edifícios habitacionais, em última análise, o que se procura é inculcar uma imagem ideal, de modo que, aquele que consome, julga estar adquirindo a felicidade, a harmonia, a natureza perdida ou a união entre cidade e campo. (PROENÇA, 2011, p. 56)

O urbano bem como sua estrutura física também expressa a maneira de agir de uma determinada sociedade. Na leitura do artigo de Proença (2011), passamos a buscar elementos que nos ajudassem a entender esses aspectos das cidades. Entender esse espaço para além da sua concepção física e objetiva é um dos focos desse item do trabalho. As ruas, as praças, os vãos livres nas grandes cidades, as ilhas entre uma avenida e outra, os espaços que se formam embaixo das pontes, ou seja, espaços públicos comuns também podem ser entendidos como locais de moradia para um segmento da população? O que os expulsam do privado e tornam públicas suas vidas? E como isso se expressa, atualmente, como uma demanda por políticas públicas?

[...] historicamente, no Ocidente, a partir da época moderna, a rua passa a ser um espaço importante a ser governado, e as políticas médico-sanitaristas e higiênicas se esforçam para esquadrihar espaços e privatizar e nuclearizar famílias; políticas de promoção de saúde, trabalho, educação e bem-estar passam a definir populações governáveis e disciplinar sujeitos. (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p.14)

Podemos perceber que a urbanização e os modos de vida adquiridos, após a Revolução Industrial, modificam fortemente as relações sociais na evolução das cidades e principalmente nos meios urbanos. Alguns aspectos importantes nesse sentido foram levantados por Henri Lefebvre que, segundo Proença (2011), são os pontos centrais de sua análise.

Na análise da “problemática urbana”, Lefebvre parte do duplo processo industrialização-urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Estes são aspectos inseparáveis que constituem uma unidade, mas cujo processo é conflitual. (PROENÇA, 2011, p.30)

Para o autor, o urbano e os conflitos que se apresentam constituem uma unidade na análise do desenvolvimento das cidades. Há ainda um adensamento do conflito, ou o que podemos chamar de mais uma expressão da contradição posta no cenário da vida das pessoas no meio urbano.

Esse adensamento é marcado principalmente no século XX, onde a ideologia urbana passa a ser mais visitada e pensada na agenda dos filósofos e demais interessados, como governantes, técnicos, estudantes, entre outros. A necessidade de planejar e atribuir técnica ao desenvolvimento urbano para sustentar a vida das pessoas nas cidades se mostrou essencial naquele momento. A ponto de inserir na escola de Chicago essa temática (PROENÇA, 2011).

A escola de Chicago, no início do século XX, estabeleceu três traços distintivos da cidade: *heterogeneidade*, *espessura* e *grande tamanho*. A concentração populacional, a densidade dos edifícios e a mistura dos grupos e funções sociais, fez com que a cidade fosse um lugar de comunicação, de experiências, de divisão do trabalho, mas também de conflitos e inovações, por oposição ao que Marx designava por “a idiotia de vida no campo”. Em contraposição à aldeia, onde se estabelecem relações de vizinhança e onde existe uma herança cultural comum, a cidade acabou por se criar como um “lugar para estranhos”. (PROENÇA, 2011, p.38)

Esse lugar para estranhos deveria gradualmente se transformar num ambiente comum, conhecido e reconhecido como um espaço de “habitar, circular, trabalhar e lazer” (PROENÇA, 2011). Sem dúvidas, o desafio era enorme, desde o início, a concentração populacional destes “estranhos” com diferentes culturas e hábitos somados às contradições da própria “ordem” do capital e da economia, como solo dessa mudança, pressupunha um “pensar” cauteloso sobre a organização desses espaços.

Um lugar a governar, controlar, onde várias tensões ideológicas coexistiram e ainda coexistem. As relações de poder no espaço urbano também são marcas de disputas ao longo do século.

Vale comentar que ocupa lugar central aquele que, em suas relações (econômicas, políticas e sociais), destaca-se. Às margens do espaço físico e político urbano, ficam aqueles apartados de poder (econômico, político e social). Nessas margens, foi crescendo a “ideologia” da “periferização”, principalmente da classe trabalhadora assalariada.

Surge a proliferação de uma “malha urbana” desigual, marcada por uma diferenciação morfológica, mas, sobretudo pela profunda alteração do modo de vida. O despovoamento das zonas rurais e a perda do modo de vida antigo, somente recordados no folclore, o superpovoamento das periferias e o crescimento de redes comerciais, industriais e bancárias, conduzem a um novo “modo de vida”: a “sociedade urbana”. Esta ultrapassa as barreiras morfológicas e generaliza-se a todo um modo de estar que poderemos designar por “homourbanus”. (PROENÇA, 2011, p.47)

A “perda do modo de vida antigo”, como bem caracteriza o autor, e a sua substituição quase que forçosa a um novo modo de vida marca a constituição da identidade deste “homourbanus”.

Esse foi, e ainda é, um processo conflituoso da vida urbana. A concentração populacional aproxima as desigualdades e acelera o “não acesso” aos bens materiais e imateriais. Existe fisicamente uma aproximação dos conceitos de

pertencer e não pertencer, num mesmo espaço. Estas noções de exclusão e inclusão social criam estereótipos de identidades da população.

Mas este processo não ocorre sem conflitos. Por um lado, existe a concentração de riqueza, poder repressivo e a concentração da informação, e por outro, a nova realidade urbana gera segregações, separações em espaços diferentes, conduzindo à dissolução das relações sociais, acompanhada pela concentração de relações, ligadas às relações de propriedade. (PROENÇA, 2011, p.40)

Abre-se um campo para uma contradição, qual seja: Quanto maior o poder econômico e mais propriedade, mais direito à privatização de sua vida cotidiana; quanto menor o poder econômico, mais públicas as relações se tornam. Retomaremos, de um modo mais detalhado, a contradição aqui citada. Por ora, continuaremos caminhando pela discussão conduzida por Proença (2011) sobre os estudos de Lefebvre.

A divisão simbólica e física da população nos espaços urbanos e, principalmente, o não pertencimento dos segmentos mais empobrecidos da sociedade são o que Lefebvre caracteriza como um urbano desurbanizante ou desurbanizado. O pensador não nega a existência de um ideal comum e justo do urbano, porém elege algumas argumentações para destacar a existência de desurbanizações nas cidades, ou seja das pessoas que são privadas do direito de vivenciar o processo de urbanização de maneira justa e sem privilégios por ordem econômica.

Aí confluem as grandezas e misérias, a sociedade burguesa, o ideal de cidadania e liberdade. Por outro lado, as cidades criam sistemas de sociabilidade independentes da regulação directa da vida rural, onde as pessoas que não se conhecem podem conviver, de tal forma que se pode produzir uma comunidade de estranhos.

A suburbanização provoca uma urbanização difusa e desconcentrada, acabando por diluir a tradicional relação da cidade com o campo e, em termos sociais, a polarização das populações acontece segundo uma estratégia de classe, agora orientada em função do consumo e do acesso à propriedade. A classe operária é conduzida para os subúrbios fixando-se à volta das indústrias, atraída pelo acesso à propriedade, enquanto os centros se esvaziam em proveito dos centros de poder e dos núcleos de decisão. (PROENÇA, 2011, p.42)

O relativo convívio daquele que possui com aquele que é privado de possuir tensiona certa separação de dois blocos urbanos, que podem ser caracterizados, tanto fisicamente (espaço geográfico na cidade) quanto política e economicamente (relações de poder e postos de trabalho ocupados). As relações vão iniciando um

processo de segmentação social, que podemos caracterizar como o início da progressiva individualização e particularização das demandas sociais.

Cada um vive “*chez soi*”, segundo um certo separatismo; os ricos com os ricos, os emigrantes com os emigrantes, os brancos com os brancos, em função da sua origem e categoria social. A cidade que nos anos 70 e 80 era fruto de uma mestiçagem cultural e étnica, no espaço de trinta anos, sofre uma viragem. A tendência para a segregação é uma realidade e a ideia de viver em conjunto perdeu o seu significado, colocando grandes problemas culturalmente e politicamente. Muitas das camadas sociais não se querem misturar, desejam mesmo a separação. (PROENÇA, 2011, p. 42)

O urbano perde o poder de unidade cultural e social, podemos dizer que, fracassa em sua “tentativa” de criar uma cultura urbana homogênea e harmônica. A fragmentação passa a ser crescente e fator principal da individualização da vida social.

Difícilmente se realiza a coexistência dos diferentes, dos estranhos e desconhecidos, num espaço não estruturado hierarquicamente. A fragmentação do espaço torna-se evidente, e o “urbano” é cada vez menos sinónimo de pertença a uma mesma comunidade. Mas esta fragmentação gera um outro fenómeno: a ruptura da unidade temporal. A interdependência global em termos profissionais gera uma estrutura temporal desvinculada do lugar onde nos encontramos. O local onde se mora não é o local onde se trabalha e local onde se trabalha não é o local onde se passa o tempo livre. Não se sabe muito bem em que cidade se vive e, muitas vezes, os fenómenos que nela decorrem passam ao lado. O que aqui se anula é o cidadão como habitante de um espaço público, no qual deveriam ser discutidos e vividos os problemas do quotidiano, a economia, a política e a cultura. (PROENÇA, 2011, p.43)

Ser desconhecido dá uma falsa impressão de liberdade, assim como a individualização do seu cotidiano desvincula o encontro e a interdependência cultural.

Se o cidadão é anulado como habitante de um espaço comum, esse mesmo cidadão observado pela lente do trabalho ou de sua força de trabalho, mostra-nos, neste momento, o ponto comum entre o estudo do espaço da cidade e as reflexões de Silva (2009).

O sistema capitalista pressupõe a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Deste modo, a produção capitalista só aparece quando as condições para transformar o dinheiro em capital estão dadas, isto é, quando o possuidor dos meios de produção e de subsistência pode encontrar o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho.[...] Mas eles só começaram a vender sua força de trabalho no mercado depois que lhes foram roubados todos os meios de produção e foram privados das garantias e seguranças que as instituições feudais afiançavam à sua existência. (SILVA, 2009, p.93)

A forma de vida urbana, livre de feudos, também é livre de unidades de proteção para o trabalho e para a vida nas cidades. A regulação pela economia se mostra insuficiente no processo de desenvolvimento urbano. Passa a ser necessária a proteção dos cidadãos trabalhadores nesse espaço urbano. Pela demanda do capital e pela venda da força de trabalho era possível observar um terreno comum aos segregados. O trabalho ou a falta dele coloca num mesmo espaço a classe trabalhadora segregada do direito aos meios urbanos.

Para essa forma urbana, ideologicamente centrada pelo sistema capitalista, é essencial a desigualdade e a falta de acesso para a acumulação de capital. Passa a existir no espaço urbano o que Silva (2009), baseada em estudos de Marx e Engels, chama de “exército industrial de reserva”.

Essa população relativamente supérflua ou exército industrial de reserva existe sob as formas de população flutuante (trabalhadores ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho, nos grandes centros industriais), latente (trabalhadores que migram da zona rural para as cidades, por se encontrarem sempre na iminência dessa migração, em decorrência da repulsão, sem contrapartida de atração, provocada pelo processo de acumulação do capital na agricultura), estagnada (parte do processo de acumulação do capital na agricultura), (parte do exército industrial em ação, mas em ocupações irregulares), além do pauperismo. (SILVA, 2009, p.65).

O pauperismo gerado pela instabilidade de postos de ocupação de trabalho localiza o desencontro citado anteriormente em Proença (2011, p.43) “A interdependência global em termos profissionais gera uma estrutura temporal desvinculada do lugar onde nos encontramos”.

Não ser de um local, não compartilhar uma mesma cultura, ter uma vida marcada pela transitoriedade espacial e política no cenário urbano evidenciam ainda mais as diferenças, e assim, acentuam a desigualdade social. Cada diferença passa a ser vista como critério de exclusão. Alguma unidade passa a ser identificada nessa consciência da exclusão, os laços de solidariedade e de proteção informal se firmam no cotidiano urbano (mesmo com a crescente segregação desses grupos mais pauperizados).

A concentração étnica e racial, a falta de perspectivas de futuro e a dificuldade de integração levam a que “os mesmos” se juntem aos “seus” em nichos de proteção e quando acontece algum incidente que ameaça os “seus”, surgem os fenômenos de revolta. A segregação racial conduz a fenômenos de exclusão social e a cidade segregada é mais uma paisagem da desigualdade social do que “um mosaico de culturas diferentes”. Paralelamente surge aquilo que alguns autores designam como “a cidade dentro da cidade”, isto é, as classes médias altas criam espaços protegidos

para garantir a sua segurança relativamente às vizinhanças homogêneas, que constituem uma ameaça. (PROENÇA, 2011, p.43-44)

A ideia de ameaça surge pelo medo daquilo que não conheço, ou seja, uma massa de pessoas “desconhecidas”, que não possuem os mesmos vínculos e que ocupam espaços diferentes dos “conhecidos” e que não foram homogeneizadas pelo capital e pelos processos de acumulação.

Sobre o movimento e a relação entre indivíduo e coletivo encontramos na passagem do livro “A Casa & a Rua” de Roberto DaMatta (1997):

No mundo ocidental e nas sociedades onde o capitalismo e o protestantismo se estabeleceram integral e predominantemente, o movimento mais frequente é aquele que mencionei em linhas atrás: do individual para o coletivo. [...] Assim, para nós, modernos, que vivemos em sociedade onde a parte (o indivíduo) é mais importante que o todo (a sociedade), o problema estaria sempre no coletivo e na multidão, esses “estados” que seriam o inverso do indivíduo que o sistema consagra como normal e ideal. (DAMATTA, 1997, p.39-40)

É relevante citar que no espaço comum das cidades, na multidão, os indivíduos se encontram. Mesmo sem partilhar dos mesmos vínculos sociais e de pertencimento, partilham o espaço físico e os símbolos que representam.

Na passagem anterior, DaMatta (1997) reconhece que o sistema capitalista consagra o individual e teme o coletivo, talvez por este motivo os espaços públicos foram se tornando cada vez mais regulados pelo próprio sistema. É um espaço público onde se encontra fisicamente o coletivo de vários interesses, porém o espaço físico deve ser regulado para não proporcionar que os coletivos de pessoas mantenham relações para além do físico. Não seria interessante neste sistema ocidental capitalista que, por exemplo, as multidões que transitam pelo metrô utilizassem aquele espaço comum como um ponto de encontro e confraternização.

Dessa forma, podemos perceber que a fragmentação das cidades se tornou alternativa estratégica, para o sistema capitalista, para o desencontro de uma unidade coletiva.

A fragmentação dos espaços parece conduzir a uma privatização do espaço público, ou talvez, ao aumento dos espaços que não são nem privados nem públicos. “Os espaços são públicos no sentido em que não são privados, mas não são em absoluto públicos em referência à criação de uma forma de vida colectiva”. (PROENÇA, 2011, p.44)

A insegurança “civil e social” (PROENÇA, 2011) perante a ocupação dos espaços pela multidão dos “diferentes” ou dos habitantes das “margens da sociedade” culmina na regulação dos espaços públicos.

Regular o público seguindo os interesses do sistema capitalista – que consagra o individual e teme o coletivo de estranhos – é uma forma de privatizar os espaços públicos (mesmo que regulados por Estados democráticos).

Nas nossas cidades, agora fazendo referência especialmente às cidades ibéricas e brasileiras, a praça abre um território especial, uma região teoricamente do “povo”. Uma espécie de sala de visitas coletiva, onde se situam em nichos especiais o poder de Deus, cristalizado na igreja matriz (ou igreja central, frequentemente a primeira a ser fundada naquele local e que deu origem à cidade), e o poder do Estado, manifesto no palácio do governo. (DAMATTA, 1997, p.41)

Os espaços continuam sendo públicos, porém são regulados por lógicas de interesses particulares. Nossas atitudes devem, nesses espaços, parecer livres de regulação por interesses externos as nossas vontades, porém:

A ausência de uma forma de vida social espontânea é um dos aspectos fundamentais. Podemos afirmar que, simultaneamente à privatização do espaço, ocorre uma privatização da existência, embora actualmente este processo seja ambíguo, porque, se por um lado se reportam determinados aspectos da vida apenas para o privado, por outro, expõe-se o privado de tal maneira que parece entrar no domínio da “promiscuidade”, como acontece nos meios de comunicação social. (PROENÇA, 2011, p.44)

Percebemos então que existe relação entre os limites e os horizontes dos espaços públicos e privados, e a privatização ou publicização da vida e da própria existência. No caso da população em situação de rua, estas relações entre público e privado se tornam mais evidenciadas e acabam caracterizando esse segmento da população. Podemos observar no trecho do texto de introdução da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua: “Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como “população em situação de rua”. (BRASIL, 2009a, p. 3)

Com as vidas privadas expostas em público, esse segmento da população fica ainda mais distante do acesso tanto do próprio espaço físico (público ou privado) quanto aos serviços (públicos ou privados). Em geral, a negativa desse acesso ocorre de forma violenta, não é raro localizar nas falas das pessoas relatos de

violência contra a população em situação de rua, como identifica o antropólogo e pesquisador Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo:

[...] pois é costumeiro que ressaltem este combate em situações que são expulsos de locais públicos quando estão dormindo, pedindo dinheiro ou até mesmo na tentativa de trabalhar informalmente. São recorrentes também as falas que retratam a humilhação e mesmo a internalização de atributos negativos e situações de violência física. (MELO, 2011, p. 147)

Nessas fronteiras também são comuns as intervenções do próprio poder público. Essas intervenções também, frequentemente, buscam regular a utilização dos espaços públicos com a utilização da violência para expulsar as pessoas em situação de rua. Com o avanço das discussões sobre os direitos desse segmento da população, houve a necessidade de transmitir a diversos profissionais um preparo para as intervenções, que devem levar em consideração, o seguinte:

Ressaltando a necessidade que a Guarda compreenda as circunstâncias vividas pelo segmento, como o fato de nestas condições, eles terem apenas o espaço público como lugar de trânsito, permanência, ocupação e manutenção de sua vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a pessoa nesta situação, não deve ser desmerecida em sua cidadania, assim, a Guarda precisa ter instruções adequadas para entender esta questão e agir de acordo com o respeito ao direito do cidadão. (MELO, 2011, p.170)

Mesmo considerando as possibilidades de intervenções mais próximas às pessoas em situação de rua, a discussão da utilização e a regulação desses espaços públicos são fundamentais nos estudos sobre as cidades.

Uma das transformações recentes nas cidades tem acontecido principalmente nas praças. Esses espaços, originariamente públicos, foram criados para estimular o contato livre entre as pessoas e servir como um respiro em meio ao processo denso de urbanização.

[...] por isso o espaço urbano livre principalmente o da praça passou a ser extremamente valorizado e útil na trama urbana, por diversos valores, dentre os quais estão os ambientais, funcionais, estéticos e principalmente simbólicos, tornando-se o local de encontro, inverso ao da agitação de todo o resto da cidade, tido como uma "ilha paradisíaca" em meio ao caos urbano instaurado. (SOUSA, 2010, p.9)

Com o crescimento das cidades e as transformações urbanas, é possível notar que nesses espaços, em princípio públicos, passam a existir restrições cada vez maiores relacionadas à forma de se portar quanto à própria mudança física feita pelo poder público, como cercas, muros, divisões e placas sinalizando proibições e áreas restritas. A liberdade do encontro e circulação de pessoas que compuseram o

cenário das praças públicas em sua concepção passam a apresentar certos riscos para a “ordem” das cidades. Em nome de uma “segurança pública” esses espaços se tornam cada vez mais particulares.

Para Ferreira (2009), este processo de privatização do espaço público vem ao encontro de um ideal de reestruturação produtiva, que reduz estes espaços de sociabilidade, atribuindo-lhes um papel apenas estético.

É fato que as últimas décadas testemunharam as agruras do esvaziamento e da desvalorização dos espaços públicos em detrimento da produção de espaços de uso coletivo privados, voltados para o lazer programado e para o consumo dirigido, às classes médias principalmente. O espaço público também passa a ser privatizado ou a ter uma apropriação seletiva e diferenciada dos espaços que deveriam ser acessíveis a todos – tendo a exclusão social enquanto tendência. (FERREIRA, 2009, p.36)

Com o processo de privatização dos espaços, há também o avanço do controle e da regulação das próprias relações sociais. Essas regulações passam a não atender os princípios da convivência coletiva e, apesar de reunidas em um mesmo espaço, a maioria das pessoas não interage entre si.

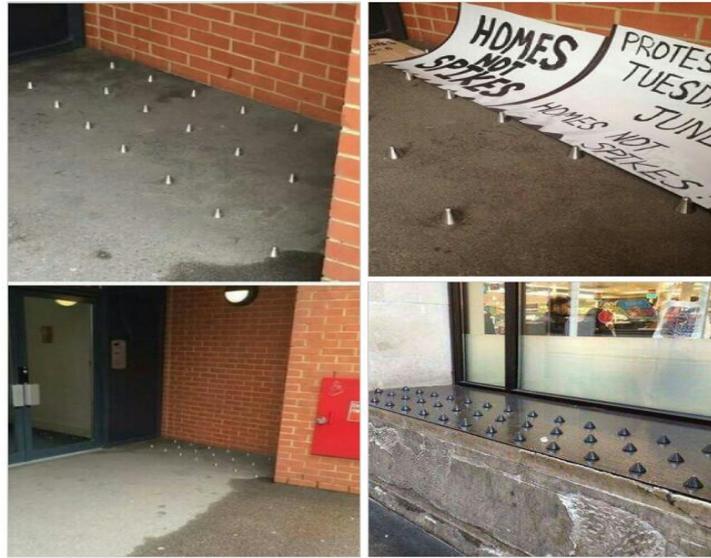
Neste período “atual” surgem elementos concorrentes da praça, como os clubes, os parques, os shopping centers, espaços característicos da modernidade, entretanto esses espaços se tornam como os outros espaços urbanos, impessoais e desfavoráveis ao contato e convívio social, significados estes opostos aos da praça que propõem o encontro, a conversa, o divertimento, e principalmente as trocas sociais e culturais. (SOUSA, 2010, p. 9)

As mudanças nesse espaço físico atingem diretamente a todos, porém incidem com maior violência no segmento da população que utiliza esses espaços para a permanência e até sobrevivência diária. No caso das pessoas em situação de rua, podemos observar as estratégias cruéis para expulsá-las de locais públicos. Notamos traços evidentes de violência simbólica nestas estratégias de “transformação” dos espaços, um dos exemplos mais claros atualmente são os chamados “dispositivos antimendigos”, que podem ser encontrados também nas cidades de outros países.

Observamos, a seguir, imagens publicadas por uma reportagem do Opera Mundi⁹ (2014), que retrata o caso da instalação de diversos dispositivos que impedem a permanência dos “homeless” e que foram intitulados pelas pessoas de “Anti homeless spikes”:

⁹ Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br>.

Figura 4: Dispositivos “antimendigos” em Londres



Fonte: <http://www.pragmatismopolitico.com.br>.

No Brasil, também é possível observar esse tipo de violência contra as pessoas em situação de rua, o que mostra a incapacidade de enfrentamento digno às questões desse segmento populacional.

Figura 5: Banco da Praça da República e Vão Livre de Ponte em São Paulo.



Fonte: www.culturaebarbarie.org

Trata-se da reformulação das estratégias das práticas higienistas para regular os espaços públicos e a vida das pessoas. Qual o significado dos muros num parque público? Talvez a regulação da espontaneidade da vida cotidiana citada nas reflexões dos autores com os quais dialogamos até agora.

Podemos observar que as ruas, também, além de ligar um ponto da cidade a outro, são parte importante da observação subjetiva destes espaços urbanos. Para nos deslocarmos de casa (ambiente privado) até o mercado (ambiente privado), utilizamos as ruas e avenidas (espaços públicos transitórios). O homem que vive na rua (habitualmente um espaço de passagem) é um cidadão que ficou pelo caminho?

Para Proença (2011):

Se nas cidades medievais e modernas, a rua era fundamento de sociabilidade, hoje, ela é apenas um lugar de passagem e de circulação entre o trabalho e a residência. Na concepção de Marc Augué, as ruas transformaram-se em “não-lugares”, sendo apenas pontos de itinerância. (PROENÇA, 2011, p. 44-45)

As ruas são objetivamente espaços de transição e subjetivamente a transitoriedade é um lugar “onde residem” sensibilidades, sentimentos e poesia. As ruas, seus sons e movimentos ditam o ritmo do nosso cotidiano e tendem a despertar um olhar para os caminhos que traçamos durante a vida. A ciência também deve começar a observar e ampliar suas discussões em torno desses aspectos. João do Rio já nos chamou atenção em (1908), para os significados das ruas, em seu livro “A alma encantadora das ruas”:

Os dicionários dizem: “Rua, do latim *ruga*, sulco. Espaço entre as casas e as povoações por onde se anda e passeia”. [...] A obscuridade da gramática e da lei! Os dicionários só são considerados fontes fáceis de completo saber pelos que nunca os folhearam. Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei *in-folios* especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações.

Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! (RIO, 1908, p. 2-3)

A rua tem ritmo em umas, indicado por placas, sinaleiros; em outras, pela quantidade de buracos e de poeira que se levanta ao aumentar a velocidade. No caso desta nossa “conversa científica”, a rua é morada, a rua abriga o desabrigado de uma vida privada de políticas públicas.

A Rua vira quase sobrenome desse segmento da população que estamos tratando nesta pesquisa. Soa até poético, e é, mas é também material empírico de pesquisa. Certa vez, um rapaz na praça, em Registro-SP, gritou para outro que

passava: “E, você sabe quem eu sou? Sou Morador de Rua, meu nome não é da tua conta.”

Escutaram? João do Rio (1908), Henri Lefebvre, estudado por Maria Cristina Oliveira Proença (2011), Roberto DaMatta (1997), entre outros, “escutaram antecipadamente” e também levaram em consideração o significado desse espaço em seus estudos:

As ruas da cidade transmitem uma certa musicalidade, mobilizam várias expressões sensíveis da vida pública e conferem sentido à variedade de sons, cores, odores, ritmos e cadências quotidianas, em ruas singulares, apinhadas e buliçosas umas, desertas e silenciosas outras. Enquanto forma de espaço público, a rua pode ser acolhedora, amável, colorida, animada, triste ou deserta. Para o urbanismo contemporâneo, ela é sobretudo sinónimo de fluidez, associada ao trânsito e à mobilidade, mas também espaço em que nos podemos deter como as esplanadas e os cafés, lugares de vida e de encontro, permitindo o usufruto dos lugares e a interação no espaço social. (PROENÇA, 2011, p.45)

A mobilidade urbana precisa da fluidez do trânsito. No deslocamento de um lugar para outro também vivemos. As manifestações tomam as ruas, pressionam uma interação reivindicatória a diversas demandas não atendidas da sociedade. E por que a rua? E não outro espaço?

Mas a gramática social da casa brasileira não fica nisso. Ela transborda em algumas expressões relacionais – que exprimem a ligação dramática da casa com a rua – como “vá pra rua!” ou “vá para o olho da rua!”. Estas expressões denotam o rompimento violento com um grupo social, com o consequente isolamento do indivíduo, agora situando-se diante do mundo “do olho da rua”, isto é de um ponto de vista totalmente impessoal e desumano. Do mesmo modo, se diz “estou (ou fiquei) na rua da amargura” para designar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social. Metáforas e símbolos onde a casa é concebida não apenas como um espaço que pode abrigar iguais e está sujeita às normas vigentes na rua, mas como uma área especial: onde não existem indivíduos e todos são pessoas [...]. (DAMATTA, 1997, p.49)

O pensamento crítico também observou a importância das ruas na vida urbana e ressaltou-a. Lefebvre (apud PROENÇA, 2011) desafiou a conciliação ou reconciliação do espaço da rua na integralidade do subjetivo somado ao aspecto objetivo físico das ruas para o urbanismo, que havia deixado de lado “o pensar” a rua.

Fonte de inspiração dos poetas, a rua contém numerosas surpresas e mistérios insuspeitos que é necessário recuperar. Na opinião de Lefebvre, o urbanismo deve reconstituir a rua na integridade das suas funções, no seu “carácter transfuncional, isto é, estético e *simbólico*.” De forma semelhante ao que aconteceu com a rua, o novo urbanismo acabou por “negligenciar e destruir o *elemento lúdico* inerente à vida social espontânea. [...] Este

elemento lúdico supõe a surpresa, o imprevisto, a informação, e é ele que dá sentido à rua porque a constitui. O que Henri Lefebvre aqui nos propõe é um certo plano de vida espontânea, que apela à imaginação criativa, ou como o próprio autor reconhece, supõe a reabilitação de um certo *utopismo* [...]. (PROENÇA, 2011, p.45)

A “sociabilidade” não se encontra apenas nas ruas das cidades e nos meios urbanos, mas de uma maneira metafórica, a rua reflete a sociedade de um modo geral, assim como a casa e a família também. Esses espaços públicos constituem um ambiente que acolhe também a propriedade particular/casa, são cenários fundamentais na história das cidades e das pessoas.

Um santuário, mais do que um local de lutas e discórdias. Um ninho, mais do que fábrica, onde as pessoas trabalham e vivem um tempo controlado por um dono, um patrão e uma lógica impessoal e sem controle. Um espaço infenso ao tempo linear, onde as coisas “La de fora”, do mundo e da rua não atingem, com seus novos valores de individualização e subversão, a sua velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e “sangue”. (DAMATTA, 1997, p.49)

Nas ruas, as pessoas se encontram, são formadas as multidões e as diferenças se estabelecem. Existem laços de solidariedade e de proteção informais, que se iniciam nesses encontros, mesmo que esses espaços sejam regulados. Ainda assim, podemos dizer que a rua consegue ser o ponto convergente das cidades e das pessoas.

O homem necessita estar no mundo, o espaço é o mundo do homem, esse espaço não é apenas físico, não somente urbano. Destacamos aqui a importância de se observar os espaços não somente como algo da vida material, mas da vida significativa/simbólica e imaterial.

Habitar é abraçar um pedaço do mundo, é ser no mundo, confiar sua vida social à relação com os outros habitantes.

[...] todo o sentimento de abrigo que uma casa proporciona, que em última análise também é frágil, assim como toda a vontade de reconstruir, se sustentam numa confiança última e mais abrangente no mundo e na vida. O enigma desta confiança é o mistério último da existência humana. Este liga-se também à relação com o espaço, pois, o mundo é o espaço mais abrangente em que o homem vive e com que se pode identificar, como sendo o seu espaço próprio. Mas, ao contrário do animal que está vinculado ao seu espaço, o homem tem a possibilidade de retirar-se para o seu interior, desligando-se intrinsecamente do seu espaço próprio. O homem alcança uma liberdade interior, mediante uma desvinculação com o espaço, traduzida, em última análise, na imagem do peregrino. (PROENÇA, 2011, p.37)

A busca pela liberdade individual e coletiva faz o homem reinventar sua própria liberdade. Se para alguns, habitar uma casa própria é libertar-se do

compromisso do aluguel, para outros, isso significa uma prisão. Esses reinventam sua liberdade habitando em si mesmos, ou seja, não tendo um lugar físico fixo.

O homem nas ruas compõe mais um aspecto importante, na continuação de nossas reflexões deste primeiro capítulo.

Figura 6: O homem nas ruas



Diógenes, por John William Waterhouse (Art Gallery of New South Wales -Sydney)

Fonte: www.ufs.br

Na rua anda/transita a “identidade símbolo” do *homem genérico*¹⁰. Na rua, nos espaços públicos, “ele” se expressa, lá o cidadão não é somente um indivíduo, ele transita seus papéis assim como suas relações sociais.

No trecho a seguir, João do Rio caracteriza um “tipo criado pelas ruas”, numa alusão indireta ao indivíduo que é parte da rua em que habita:

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme,

¹⁰ Concepção de Karl Marx.

feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito ambíguo com saltos de felino e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida e cética que os velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá o apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, acalma sem interesse, e pode rir, francamente, depois de ter conhecido todos os males da cidade[...]. (RIO,1908, p.27)¹¹

A Figura 6 foi alvo da nossa observação durante um bom tempo. Assim, na busca por referências sobre essa imagem conhecemos a história de Diógenes, o Cínico, Diógenes de Sinope ou Diógenes, o Cão. As imagens que encontramos em buscas pela internet variam, mas de maneira geral, fica bem-caracterizada a representação de um homem em um espaço público sendo ajudado caridosamente, ou destrutado por autoridades ou cercado por cachorros, vivendo numa espécie de barril. Existem, também, em menor quantidade, imagens desse homem proferindo discurso e uma relativa plateia acompanhando sua fala.

Figura 7: Diógenes



Fonte: www.ufs.br

¹¹ A citação de João do Rio, faz parte de uma obra de 1908, os termos por ele utilizados para adjetivar a relação entre as ruas e a sociedade caminham pelas considerações da época em que o autor viveu. Segundo Bueno (2011), a obra é resultado das mudanças culturais da “vida moderna”. Seu estilo literário sofre influência das mudanças tanto materiais quanto de representações sofridas na época. Já para Vera Casa Nova (2007) João do Rio assim como outros autores da época se caracterizam por dar uma “visibilidade típica da contemplação literária”.

São poucos os artigos científicos em português disponíveis sobre o tema. Para nossa discussão, mostra-se suficiente a apresentação da figura de Diógenes e sua importância na filosofia. A referência que utilizamos é a mesma das imagens, trata-se de um artigo escrito por Aldo Dinucci (2010).

Apesar de ser “adjetivado” como Cínico, neste contexto, não se trata do cinismo que conhecemos, e sim, da escola Socrática, que, segundo Dinucci (2010), era caracterizada pela fala da verdade sem “filtros”, quase pelo “custe o que custar”.

[...] Diógenes, esse filósofo que habita nossa imaginação, o homem que vive feliz, de modo frugal e austero, na mais absoluta liberdade, representando nossos anseios de libertação. De fato, não pensamos diversas vezes em nos ver livres das amarras (sociais, familiares, entre outras) que nos oprimem e nos sujeitam? Não é o sonho de muitos de nós simplesmente “pegar a estrada”, “cair no mundo”, “encontrar uma nova vida”? Diógenes, sem sombra de dúvida, simboliza esse anseio de libertação. (DINUCCI, 2010, p.87)

A liberdade de expressão era um traço marcante nessa linha filosófica. Diógenes foi um dos principais filósofos entre os Cínicos, porém o conservadorismo seguiu a evolução dessa escola. Nascido em Sinope, na Grécia, após sua família sofrer problemas financeiros, Diógenes abandonou o “apego” material e se tornou um andarilho, descomplicado, dormia numa espécie de barril e dividia o que ganhava com os cachorros que o cercavam.

[...] certa vez Diógenes foi à casa de um homem rico que insistentemente lhe mostrava seus ricos objetos e dizia a Diógenes que esse não cuspiasse em sua casa por serem caríssimos os objetos que lá estavam. Em determinado momento, Diógenes junta uma boa quantidade de saliva em sua boca e dá uma bela escarrada na cara do grego rico, e este, estupefato, após perguntar a Diógenes porque esse lhe fizera tal ultraje, obteve como resposta que sua cara foi o lugar mais sujo que o Cão encontrara naquela residência. Trocando em miúdos: Diógenes poderia ter feito um belo diálogo com o grego rico para mostrar-lhe o quanto era tola a ostentação e que é néscio aquele que, ao exibir seus objetos, pensa estar exibindo a si mesmo, pois crê serem suas as qualidades que, na verdade, são das coisas, enquanto, ao mesmo tempo, se desvaloriza, pois, com sua atitude, mostra valorizar mais as coisas que a si mesmo. Diógenes poderia ter dito coisas tais, mas fez melhor: com sua cusparada e sua resposta disse tudo isso e muito mais com menos palavras e mais efeito, pois, após ouvir um belo discurso contra a ostentação, você pode eventualmente esquecer (e em geral esquece) as razões pelas quais não se deve ostentar, mas como esquecer o essencial, quer dizer, o que há de ridículo e irracional na ostentação depois de se ouvir sobre a cusparada de Diógenes? (DINUCCI, 2010, p.88)

Não é incomum atrelar o homem nas ruas com motivações de busca por liberdade, o não “ajustamento” às regras gerais da sociedade, porém as desigualdades sociais são crescentes motivadores para a permanência de pessoas em situação de rua. Abordaremos, a seguir, como se coloca no espaço urbano público o homem que vive “em trânsito” ou que reside nesse espaço. Investigar quais relações são estabelecidas por esse segmento populacional com a vivência nas ruas, primeiramente levando apenas em consideração a relação entre o homem e o espaço público habitado.

Como nas imagens iniciais (Figura 6 e 7), julgamos ser importante partir de uma abordagem mais “plástica” e simbólica do “morador de rua”, para num próximo momento, aprofundar categorias teóricas de contradições que levam às ruas.

A tese de doutorado de Simone Miziara Frangella (2004) nos acompanhará nesse aprofundamento teórico sobre a relação entre as pessoas que vivem nas ruas e a apropriação desse espaço. Frangella realiza uma abordagem etnográfica interessante e rica em detalhes e utiliza a corporalidade como alvo de sua busca compreensiva. O trabalho de pesquisa é atual e merece destaque pela abordagem criativa adotada e pouco evidenciada nas ciências sociais. A autora apresenta seu trabalho:

[...] busquei investigar aspectos da corporalidade que poderiam traduzir os mecanismos de opressão sobre os habitantes de rua, assim como suas formas de adaptação e singularização no espaço das ruas. Entre vários aspectos, destacaram-se: *o modo como esse corpo se torna visível – ou invisível – nas ruas, as delimitações das fronteiras entre o público e o privado, as formas de resistir aos procedimentos de exclusão e contenção corporais impostos a esse segmento nesse cotidiano.* O corpo, neste estudo, emerge como uma atividade simultaneamente física, simbólica, política e social, que se constrói na relação com outros corpos e na interface com a dimensão espacial e social das ruas da cidade. Nesse sentido, ao perceber o corpo, por um lado, como um objeto sobre o qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação e, por outro, como um agente que desafia estes mesmos mecanismos, a investigação parece mais próxima de captar a dinâmica que constrói o universo dos moradores de rua. (FRANGELLA, 2004, p.13)

O limiar entre o público e o privado também pode ser observado na reflexão feita no texto “Fala que não estou... Concepções e tendências quanto às pessoas “em situação de rua” (SILVA, 2006). O texto parte de um fato ocorrido na cidade de São Paulo, em uma abordagem na rua, feita por uma Assistente Social, ocasião que o “morador de rua”, anulando a não existência de um espaço físico para sua

privacidade, acaba respondendo: “Fala pra ela que eu num tô”. (SILVA, 2006, p.1) O corpo posto em público expõe o particular, torna a vida inevitavelmente pública.

O autor evidencia a situação inusitada:

[...] afinal, todos estão ali, naquele espaço e naquele momento – é que, a rigor, não há como não estar, não há um espaço privado, não há a *minha casa*, e a intimidade encontra-se inteiramente devassada. Mas a necessidade de privacidade ou a defesa do que dela resta comparece na forma de um apelo patético que reclama o direito à intimidade e opera como se aquele espaço fosse privado, ao mesmo tempo em que denuncia a falta dele: *Fala pra ela que eu num to*.

No caso em questão, o espaço é público e, portanto, é dele (também). Mas, não é privado. Portanto, não é (só) dele [...] (SILVA, 2006, p.1)

Por meio da investigação da presença da pessoa que vive no espaço público, e todas as relações e reações presentes nessa observação, é frequente perceber que a maioria das pessoas tende a tornar invisível aquela pessoa, que no cenário urbano, acaba sendo naturalizado e assume como natural essa invisibilidade. Como se a rua, com o passar do tempo, acolhesse tão bem quanto qualquer outro espaço particular da vida, como a casa, por exemplo.

É interessante a percepção de que em nossas casas tocam a campainha, ou batem palmas, na situação de rua, o corpo físico é a morada. Os corpos são expostos como objetos, porém os aspectos individuais estão ali e se fazem presentes no “não corresponder”, no “não relacionar”. Como se dissessem “o fato de meu corpo ser minha morada ainda me resguarda ao direito de não corresponder à sua intenção de contato”, talvez a situação de extremo contato leve a atitudes mais “*Dioginianas*”. É como se a morada no próprio corpo e o corpo que repousa no espaço público exigissem como defesa (em substituição ao muro inexistente) uma atitude direta e “sem papas na língua”, assim como a escola cínica, mesmo terreno onde habitou Diógenes.

Por esse mesmo caminho passam as reflexões de Simone M. Frangella:

A corporalidade dos moradores de rua pôde ser enfocada como uma resposta à dinâmica das ruas que habitam. Podemos pensar o corpo e a cidade mantendo relações mutuamente definidoras, nas quais, nos diz Grosz, os corpos se orientam, reinscrevem-se e são reinscritos, transformam-se e são transformados em meio ao caráter fluido e constantemente descontínuo dos fluxos urbanos. Olhando por esta perspectiva, no caso dos moradores de rua, tal relação é feita em medida radical: seus corpos são o único instrumento de diálogo e resistência às movimentações urbanas que, por sua vez, tendem a excluí-los. (FRANGELLA, 2004, p.15)

Os corpos assumem papel de muros, janelas ou portas, em todos os casos, até mesmo pela população que tem casa própria e mantém preservada sua vida particular. Desse modo, o corpo pode sinalizar uma falta de disposição ao diálogo, ou uma irritação. O fato é que no caso dos “moradores de rua”, isso se dá de maneira constante, o que torna essa relação de resistências mais intensa.

Morar na rua é como se equilibrar em um terreno instável. O corpo deve suportar e ser instrumento de apoio à sobrevivência. Sobre o papel do corpo, Proença (2011) complementa:

Existe uma oposição entre a nossa *concepção* de espaço – abstracto, mental e geométrico – e a nossa *percepção* do espaço – concreto, material e físico. O último toma-o como ponto de partida para o corpo, que vê como um lugar de resistência dentro do discurso do Poder no espaço. O corpo opera a mediação entre o mental e o social. A prática social não é possível sem o uso do corpo; ele é a expressão da voz, dos gestos, dos ritmos da vida quotidiana, do trabalho e das actividades exteriores ao trabalho. Ele é o lugar prático-sensível para o qual se deve descentrar o conhecimento do espaço. É a partir do corpo que se percebe e que se vive o espaço, e que se produz. Para além dele, existe o Poder com as suas estratégias de dissimulação e de persuasão. (PROENÇA, 2011, p.58)

A postura aparentemente endurecida vai ao encontro dessa maneira de se colocar mais severamente, no sentido de ser direto, nas relações – como se não houvesse tempo nem espaço para meias verdades.

A existência e as histórias de vida também são marcadas com pausas temporais em episódios negativos ou rupturas muito fortes. Vejamos:

Expressões recorrentes como “de repente, virei morador de rua”, “daí, acabei na rua” marcam nestas histórias a percepção de um deslocamento bruto, concreto e simbólico, para um novo contexto no qual elementos anteriores não encontram espaço, a não ser como discursos do passado. Tais expressões indicam a percepção de uma passagem, de uma ruptura, violenta, repentina e surpreendente. Revelam, também, uma assunção espantada e incompreendida de uma condição nova, radicalmente diversa, dotada de um conjunto de subtrações entremeadas: sem casa, sem laços familiares, sem trabalho, sem dinheiro, sem proteção, sem dignidade. (FRANGELLA, 2004, p.27)

Para agravar as subtrações vivenciadas ao longo da vida, o estigma social ao qual são expostos coloca-os cada vez mais vulneráveis, à medida que o tempo de permanência nas ruas aumenta. As respostas estatais para a demanda, muitas vezes, distancia-se dos interesses da população e dão prioridade a interesses cercados de preconceito e com o objetivo de dar respostas rápidas, porém ineficazes em longo prazo.

A primeira e mais evidente tendência é de querer arrumar as coisas, limpar a cidade, tirar da frente, pois *o que os olhos não veem o coração não sente*. Trata-se da reedição de certo higienismo, de que o bordão *sou pobre, mais sou limpinho* constitui uma clara expressão certamente relativa à forte tendência de se destacar o feio, sujo e fedido nas referências àquelas pessoas. (SILVA, 2006, p.4)

Mais uma vez, neste contexto, é possível perceber que as marcas pelas diferenças e a segmentação das cidades são impressas cruelmente e impactam negativa e diretamente na vida dessas pessoas. Assim, quando as respostas governamentais também reforçam o preconceito e a estigmatização dessa população com práticas de higienização ou de expulsão dos lugares que costuma habitar na cidade, tal processo resulta num sentimento de “esvaziamento identitário e territorial” (FRANGELLA, 2004) capaz de fazer com que o indivíduo se sinta perdido dentro da cidade.

A rua, como situação-limite e particular espaço de vivência e sobrevivência, é precedida de uma ampla circulação dessas pessoas por vários circuitos. Muitos deles perdem paulatinamente as conexões familiares, passam por vários tipos de trabalho, saem e voltam das ruas com uma certa frequência. (FRANGELLA, 2004, p.27)

Sair e voltar das ruas com certa frequência reafirma a característica de transitoriedade no espaço social. Não é difícil encontrar trabalhadores que ocupam postos de trabalho informal que relatam a situação de rua, cada vez que trocam de emprego.

O “homem” nas ruas possui características heterogêneas, segundo Silva (2009, p.123-137), as principais características são a heterogeneidade dessa população, pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

Estar em situação de rua, segundo Maria Lucia Lopes da Silva (2009), é, das condições citadas anteriormente, a mais significativa, pois

A inexistência de moradia convencional regular associada às demais condições conduzem a utilização dos logradouros públicos, como ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixo de viadutos ou áreas degradadas, ou seja galpões e prédios abandonados, ruínas, carcaças de caminhão ou, ainda redes de acolhida temporária mantidas por instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.[...] Essa condição às vezes é incluída em noções sobre população em situação de rua, pela expressão “dormir na rua” por um intervalo de tempo. (SILVA, 2009, p.132)

Mesmo permanecendo na mesma cidade, a transitoriedade na ocupação dos locais de pouso também é frequente, “mora na rua”, mas nem sempre na mesma rua. Existe um relativo nomadismo na própria cidade, que caracteriza o cotidiano da maioria dos moradores de rua.

A dinâmica da rua no contexto de vida dessas pessoas é dotada de uma propriedade essencial: o deslocamento nômade. O nomadismo é subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso. A intensidade da circulação varia com as condições diversificadas de ajuste desse segmento social ao espaço urbano; intensifica-se, por exemplo, de forma mais radical com o *trecheiro*, andarilho que estende a circulação para além de limites de cidade e estado, sem planejamento algum, e torna-se mais diluída com famílias que vivem debaixo dos viadutos e gradualmente formam favelas. Cria-se uma rede territorial na qual circulam sujeitos com diferentes *intensidades de movimento* errante, que variam nas diversas experiências urbanas contemporâneas. (FRANGELLA, 2004, p.29)

Dessa forma, de acordo com o nosso entendimento, os itinerantes e “trecheiros”¹² também compõem o cenário do segmento populacional em situação de rua. A locomoção pela cidade pode variar de mais intensa, como aqueles que param na cidade durante um ou dois dias, ou menos intensa como aqueles que permanecem na mesma cidade por anos, porém variam os locais de pouso.

O homem que reside na rua ocupa esse espaço de maneira transitória e domina estratégias de sobrevivência e, por isso, descontinua a fixação em um ponto específico das cidades.

Os moradores de rua buscam espaços ociosos, brechas na cidade. Acampam em locais destinados restritamente à passagem de pessoas e carros; dormem em calçadas, sob viadutos e marquises. Fazem de locais abertos suas instalações domésticas, provisórias em função de possíveis expulsões ou abandono por interesses próprios. Eles os tornam territórios “que *dominam* e *conhecem*, mas não *possuem*”. Constituem um lugar próprio, ainda que temporário, violando os sentidos projetados nestes espaços pela perspectiva funcionalista do olhar urbanístico unificador. As táticas de uso e permanência nos espaços da cidade interferem na lógica sedentária de domesticação do meio, do espaço e do tempo. (FRANGELLA, 2004, p.33)

¹² É necessário aqui definir o conceito de trecheiros, pois pudemos perceber que – em muitos casos – eles não são reconhecidos como moradores de rua, tornando ainda mais difícil sua visibilidade nas políticas sociais. Segundo Oliveira (2012, p.36) essa população é caracterizada: “*pela movimentação a pé pelas rodovias do país, sem objetivos e rumo definidos. Ressaltam ainda que a errância também é definida pela solidão, desapego, miséria e processos de rupturas com a família e o trabalho. Bem como ressaltam a interligação entre o desemprego, o alcoolismo, a falta de apoio familiar e a vida errante. Nesse sentido, apontam outras questões que qualificam os trecheiros e andarilhos de estrada como a falta de visibilidade social ou espaço de cidadania, ignorados pela ciência e pelas políticas públicas, especificamente as de Assistência Social.*”

Habitar rompe, por ora, a dicotomia entre sujeito e objeto na realidade das cidades e põe em contradição as maneiras tradicionais de apropriação do espaço urbano. “Dominam, conhecem, mas não possuem”, portanto não se fixam nem se vinculam a um território urbano específico. Assim, o habitar as ruas do homem em “situação de rua” põe encontradas as relações entre sujeito e objeto: *“três formas de habitar: habitar o corpo, habitar a casa e habitar o espaço ou apenas habitar (superada a separação entre sujeito e objecto)”*. (PROENÇA, 2011, p.36)

1.2 Do “Indivíduo” em situação de rua ao “Humano Genérico”

A fragmentação das cidades, como vimos anteriormente, proporciona uma maior dificuldade nas relações sociais nesses espaços urbanos.

Os processos de individualização e segregação das populações ocasiona o isolamento e marginalização das demandas sociais. Esse isolamento e segregação contribuem para o reforço de preconceitos socialmente produzidos onde a responsabilização do sujeito torna-se cada vez mais frequente. Não é raro escutar depreciações sobre a população em situação de rua, atribuindo a cada morador a culpa pela sua condição de habitante de rua.

Neste item buscamos refletir sobre a importância da ruptura do estigma de culpabilização do sujeito pela sua condição de rua, bem como sua invisibilidade na rotina da vida social. Trabalharemos no sentido de elucidar o morador de rua na sua genericidade humana, visível e participante da vida urbana. Sua maneira de vida é advinda de relações sociais e estruturais mais amplas que uma consequência de ações individuais/particulares.

A invisibilidade do morador de rua na rotina da vida urbana é comum e constitui uma negação ao contraditório, como uma autodefesa social perante nossa humanidade. No meio urbano, nos espaços públicos, há cada vez menos chances de nos encontrarmos com a humanidade e com as diferenças uns dos outros. A regulação do espaço público nos condiciona a ignorar nosso encontro com as diferenças e com a unidade da vida coletiva. Ignorar o diferente, aquele que parece não se encaixar nos padrões, fingir que não está ali, acaba sendo uma condicionante imposta subjetivamente em nossas rotinas.

[...] os materiais com que se cobrem os moradores de rua acabam por mimetizá-los aos outros restos urbanos, criando uma invisibilidade, que, por sua vez, provoca situações contraditórias. A invisibilidade pode auxiliar na defesa de seus corpos, tornando-os temporariamente fora do alcance da visão das pessoas, particularmente à noite, quando os perigos de ataque aumentam. A indefinição também cria nos observadores um certo temor do desconhecido e marca uma fronteira espacial que resguarda o habitante de rua, momentaneamente, de sua alta vulnerabilidade. (FRANGELLA, 2004, p.161)

O que finjo que não vejo no outro também é parte de mim, o que nego ver no outro também é uma negação de mim mesmo. O morador de rua “manda dizer que não está” e se camufla embaixo dos papelões, fingindo não ver as pessoas que passam, que, por sua vez, também se camuflam na pressa da vida urbana.

A falta de espaço para “*ser e estar*” espontaneamente, sem regulações, divide, grossamente, em dois blocos, as identidades das pessoas, ou seja, os normais (aqueles que conseguem estabelecer vínculos sociais “equilibrados”), e os diferentes (que sofrem o processo de exclusão social). Como tudo o que se apresenta como diferença aos padrões gera um aspecto de ameaça, torna-se ainda mais difícil a inclusão “dos diferentes” numa sociedade que costuma cristalizar a figura do indivíduo normal como sendo o único a habitar o cenário da vida cotidiana.

Concordamos com o seguinte trecho do livro de Tomaz Tadeu da Silva¹³ (2005):

Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção de diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. (SILVA, 2005, p.4)

Aos poucos estamos perdendo a capacidade de reconhecer a identidade coletiva, de reconhecimento do outro, a insegurança faz com que haja um afastamento de uma unidade que garanta redes de proteções sociais espontâneas.

A busca pela evidenciação social do *humano genérico*, ou seja, aquele que para além do indivíduo e suas questões particulares pode representar uma alternativa amplificadora neste processo de ruptura com a segregação da

¹³.Texto em PDF. “A produção social da identidade e da diferença”, 2005., no site Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT.

população, principalmente a urbana. Nesse sentido, a defesa do *humano genérico* parte do seguinte princípio:

[...] que faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie. No caso dos seres humanos, sua atividade vital, que é o trabalho, distingue-se daquelas de outras espécies vivas por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social. Por meio do trabalho o ser humano incorpora, de forma historicamente Universalizadora, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Nesse processo, as necessidades humanas ampliam-se, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais. Esclareçamos, porém, um pouco mais, o processo de objetivação do ser humano que ocorre na atividade. (DUARTE, 2010, p.426)

A atividade não é particular e individual, trata-se da própria atividade humana. Por esse motivo não é realizada isoladamente e de maneira alienada, mas consciente da importância da relação dialética entre o *humano indivíduo* e o *humano genérico*. Essa dimensão necessita em grande parte do apoio das políticas públicas e do reconhecimento dos direitos dessa população, pois o reconhecimento do *humano genérico*, nesse sentido, é um desafio coletivo. O apoio das políticas públicas, em especial as sociais, vem ao encontro da própria importância do reconhecimento do *humano genérico*, uma vez que ambos (políticas sociais e genericidade humana) objetivam a experiência da “*práxis humana em seu conjunto*”. No caso da população em situação de rua, parece-nos mais evidente a urgência dessa aproximação, para que haja cada vez menos relações sociais discriminatórias e alienantes.

O que ocorre, historicamente, é a existência de uma discrepância entre o gênero humano e os indivíduos, tendo em vista as sociedades fundadas na divisão social do trabalho, na propriedade privada dos meios necessários à produção e na exploração do trabalho. Esse conjunto de determinações, historicamente articuladas em formas de produção particulares, dá origem ao fenômeno geral da alienação. (BARROCO, 2010, p. 30)

As ações públicas de proteção e atendimento a esse segmento populacional pedem inovação e criatividade, para que haja adesão dos cidadãos. Pensar as ações dialogicamente, e a partir da perspectiva dos demandantes dessa política pública, pode ser uma alternativa-chave para efetivar os direitos sem marcas de preconceito ou de reedições de práticas de higienização social.

Os avanços recentes no âmbito das políticas sociais, reconhecendo a especificidade desse segmento da população, exprimem a importância de efetivar os

direitos desses cidadãos. Sobre essas políticas públicas, trataremos no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA HOJE: PANORAMA MUNDIAL E SUA RELAÇÃO COM A REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA-SP

2.1 População em Situação de Rua em Panoramas

As pesquisas sobre População em Situação de Rua se mostram recentes. De acordo com a pesquisa de Silva (2012) e artigo de Sposati (2009), é a partir dos anos 90 que a produção científica sobre o tema ganha espaço no cenário mundial.

São poucas as variações de sentido da expressão População em Situação de Rua. A maioria das concepções sobre esse segmento da população destaca a falta de um espaço privado para moradia.

Nesse sentido o conceito homeless [em inglês] e sans-domicile [em francês] abrange a situação dos “sem endereço”. Não ter endereço significa não poder ser encontrado, não poder ter referência, não poder se comunicar, não ter paradeiro localizável. (SPOSATI, 2009, p. 204)

Em espanhol o termo utilizado é “personas sin hogar”, segundo Arza (2008), essas pessoas dão significado ao fenômeno, denominado por ele, de “sinhogarismo”. As principais características desse fenômeno na Espanha, assim como no Brasil, são a heterogeneidade desse segmento populacional e a ruptura de vínculos.

Ainda, segundo Arza (2008), vale observar a seguinte caracterização das “personas sin hogar”, na Espanha:

- A maior parte das pessoas está excluída do mercado de trabalho e com pouca inserção econômica;
- Geralmente apresentam sérios problemas de saúde.

Arza (2008) identifica uma transformação no perfil dessa população, pelos seguintes dados em destaque:

- Representativo crescimento das pessoas com idade até 30 anos;
- A existência de aproximadamente 17% de mulheres nas ruas;
- A presença significativa de estrangeiros;
- Nível de escolaridade maior que o esperado.

Também podemos notar que em todo o mundo existem posições que dificultam a garantia de direitos a esse segmento da população, como no caso de Verona, na Itália. A medida sancionada pelo prefeito da cidade, no início de 2014, é aplicar multa (de 25 a 500 euros) a quem oferecesse comida aos “barbonis”, como são chamados. Tal medida, por outro lado, vem causando grande indignação das instituições que trabalham na defesa de direitos da população em situação de rua. É possível perceber que também é comum, nos países levantados, que as ações executadas para proteção da vida e dos direitos da população em situação de rua estão sob a responsabilidade da sociedade civil, por meio de ONGs.

No breve levantamento que fizemos, foi difícil observar uma resposta a essa demanda, por parte do Estado, na forma de políticas públicas. Talvez isso exponha o caráter pouco explorado e ainda conservador do modo de entender esse segmento da população.

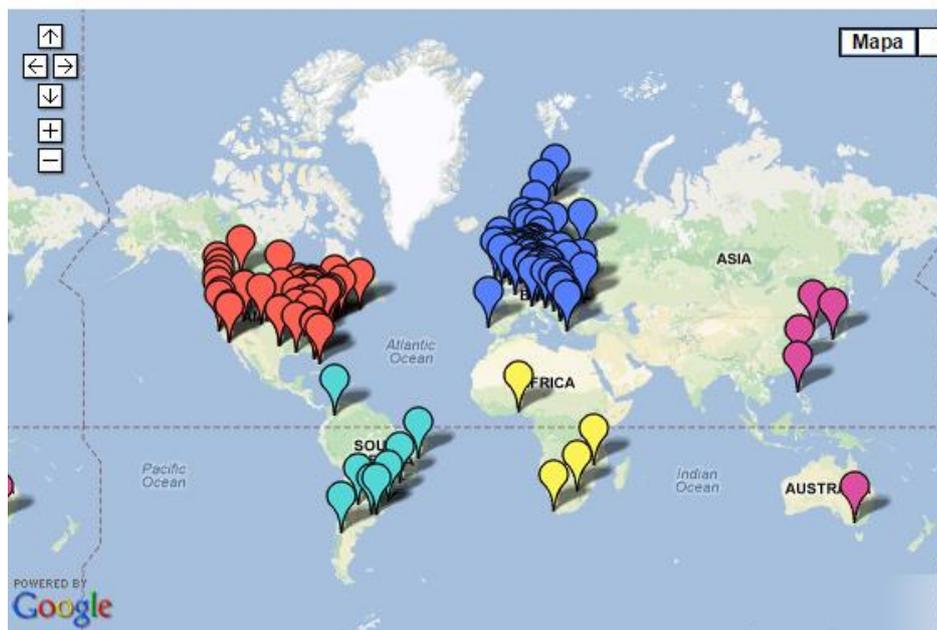
Chamou-nos atenção, nesse caso específico,¹⁴ que parte da imprensa noticia que o partido político do prefeito conduz ações desse tipo em toda a Itália, lá é possível verificar um movimento que se coloca a favor da separação da Itália, em Norte e Sul, uma região que abarcará os “mais pobres” e outra onde ficará a “elite”.

É possível observar que, em grande parte dos países, existem redes de apoio às pessoas que vivem nas ruas, e que, geralmente, partem de iniciativas não governamentais. Nessas redes, é comum a participação de organizações religiosas e veículos de comunicação. Uma das raras iniciativas em âmbito internacional para a discussão sobre pessoas em situação de rua é uma rede chamada International Network of Street Papers – INSP¹⁵, que realiza conferências periódicas e tem o objetivo de reunir publicações de conteúdo jornalístico sobre as pessoas que vivem nas ruas do mundo todo. Participam da rede-INSP veículos de comunicação de 40 países, totalizando publicações em 24 idiomas diferentes.

¹⁴ <http://jornalggn.com.br/fora-pauta/prefeitura-de-verona-multa-quem-da-comida-a-sem-tetos>

¹⁵ <http://www.street-papers.org/about-us/>

Figura 8: Mapa de Membros da Internacional Network of Street Papers



Fonte: www.insp.ngo

Essa rede mobiliza cerca de 250.000 pessoas em situação de rua, que passam a vender os jornais, e assim garantem emprego, além de cursos de formação, é o que a rede chama de apoio social. As conferências da rede têm se mostrado um espaço interessante e estratégico para ampliar a abrangência das ações no mundo. Por serem poucas as iniciativas que reúnem o panorama internacional sobre as pessoas em situação de rua no mundo, entendemos que a rede possui destaque neste contexto, principalmente pelo fato de reunir uma série de informações sobre a situação de rua, na América, África, Ásia, Europa e Austrália.

Segundo, Carolina Cantarino (2005):

Com a realização de workshops e seminários, a conferência pretende constituir-se num espaço para a troca de experiências entre as publicações. A novidade da próxima reunião será o lançamento de uma agência de notícias denominada *Street News Service*, com o conteúdo a cargo dos movimentos sociais que trabalham com moradores de rua, e vinculados aos jornais e revistas que fazem parte da INSP. (CANTARINO, 2005, p.6)

No site do INSP, identificamos duas organizações brasileiras que fazem parte da rede, são elas: *Boca de Rua*¹⁶, com sede no Rio Grande do Sul, cujos conteúdos são elaborados e produzidos com a colaboração das próprias pessoas em situação

¹⁶ Site Oficial do veículo: www.alice.org.br/mais-projetos/linha-1-%E2%80%93-novos-canais-de-comunicacao/boca-de-rua/

de rua, que também compõem o processo de distribuição, como nas outras experiências da rede, e também a revista *Ocas*¹⁷, com sedes, em São Paulo e Rio de Janeiro, que pertence à entidade Organização Civil de Ação Social.

Estes espaços de comunicação de ideias, troca de experiências e estudos sobre população em situação de rua são fundamentais para a ruptura de pré-conceitos, que geram a reprodução das velhas práticas discriminatórias sofridas por esse segmento da população. A experiência da rede INSP, em âmbito internacional, mostra-se como uma iniciativa possível de reunião em torno da temática. A necessidade da criação de cada vez mais espaços para essa troca se coloca como um desafio atual e necessário quer seja para pesquisadores, movimentos sociais, para a população em situação de rua e técnicos que atuam na gerência e execução das políticas públicas e serviços. A pesquisadora Claudia Lucia da Silva (2012), em sua dissertação de mestrado, vai além, quando propõe consolidação de uma comunidade epistêmica sobre a temática “população em situação de rua”:

Nessa dissertação, busco examinar a possibilidade de contribuir com o debate sobre o tema “população adulta em situação de rua”, a fim de construir uma comunidade epistêmica sobre o tema a partir daqueles que têm se dedicado e sistematizado o exame da questão. (SILVA, 2012, p.17)

Ao longo do estudo, a pesquisadora deixa claro que sua concepção de comunidade epistêmica não se restringe às produções do meio acadêmico, a comunidade que a autora mantém no horizonte de sua proposta é a reunião de diferentes atores sociais que vivenciam a temática e sobre esta tem opinião, proposta e posicionamentos políticos.

Ou seja, a unidade e a síntese dos diversos olhares sobre o tema permitirão também o reconhecimento do cidadão enquanto parte da população total do país e não como um segmento isolado e, muitas vezes, individualmente marginalizado em todo o mundo.

A situação de rua, portanto, não é um fato isolado de determinantes históricos e sociais. O fato de estar vivendo nas ruas, sem teto, pode ter suas especificidades e variantes, de acordo com os locais e tempos, porém cabe observar as determinantes comuns e a relação existente entre um grupo de pessoas que está em situação de rua, no centro de uma capital, e um grupo que vive nas ruas de cidades de interior. Para que seja possível visualizar quais as aproximações e os

¹⁷ Site Oficial do veículo: www.ocas.org.br/

limites na análise das situações de rua, no Brasil, ou em qualquer parte do mundo, é necessário entender as conjunturas sócio-históricas que trazem o fenômeno aos dias atuais e aos locais por onde passaremos nosso olhar durante a pesquisa.

Nesse sentido, é fundamental o resgate de alguns acontecimentos que marcam a história do trabalho voltado à população em situação de rua nacional e internacionalmente.

Portanto, com base no texto de Sposati (2009, p.196-200), relacionamos abaixo os principais acontecimentos em âmbito internacional, sobre a população em situação de rua:

- 1987 – ONU declara Ano Internacional do Abrigo para os Sem-Teto;
- 1989 - Fundada a Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os Sem Teto – FEANISA;
- Dec. 70 – Crescimento da População em Situação de Rua em Nova York. Nesta época não existia legislação que garantisse proteção social a esse segmento;
- 1979 – Ainda em Nova York, o advogado Robert Hayes inicia uma ação que cobrava o apoio necessário àquelas pessoas que viviam em situação de rua;
- 1981 – O processo aberto por Hayes, em 79, resulta em um “decreto judicial” cujo conteúdo prevê direito ao abrigo a homens em situação de rua bem como os padrões/normas mínimos para o funcionamento de albergues na cidade;
- 1983 – Ainda em consequência do processo de Hayes, o direito ao abrigo é estendido às mulheres em situação de rua em Nova York;
- 1992 – Primeiro relatório da FEANISA esboçando uma primeira aproximação diagnóstica sobre o tema;
- 1993 – Com a eleição de Rudolph Giuliani e sua “política de restrições” o retrocesso na garantia das vagas para a população em situação de rua foi drástico;
- 1993 – Em defesa da população são criadas várias organizações de defesa de direitos pela sociedade civil, sendo a principal a Coalizão para os sem-teto;

- 1991 – O Plano Urbano de Paris estimula diversos estudos, na Europa, sobre os “sem-teto”;
- 1991 - São realizados Censos sobre os “sem-teto” na Inglaterra e Canadá;
- Dec. 90 – Abade Pierre, na França, firmou um compromisso entre os candidatos ao parlamento. Esse compromisso previa a realização de uma espécie de censo nacional;
- 1995 – O INED (Instituto Nacional de Estudos Demográficos) realizou em Paris um questionário teste que foi aprimorado e anos depois contribuiu para o primeiro levantamento da União Europeia;
- 2000 – Na França, é realizada a pesquisa nacional sobre os “sem-teto”. Foram levantados dados, como quantidade de pessoas, origem, identidade, como se dava a busca pela sobrevivência e se vislumbrava a saída das ruas;
- 2000 – Levantamento também realizado em Lisboa que localiza os sujeitos da pesquisa por meio das Casas de Acolhimento;
- 2010 – A União Europeia propõe aos países membros a contagem e a identificação dos sem-teto.

Esse panorama internacional também repercute nas discussões nacionais sobre a população em situação de rua. O que nos pareceu muito comum no aspecto global da “situação de rua” foi a invisibilidade desses segmentos da população. Este não reconhecimento da população em situação de rua, na maioria dos países, resulta em incontáveis casos de violência psicológica, simbólica e física contra essas pessoas.

O panorama mundial da história da “população em situação de rua” se torna complexo em vista das diferentes determinantes históricas da própria formação dos diferentes países. Geralmente, esse segmento populacional tende a ser mais concentrado e com raízes mais antigas em grandes capitais, em torno do mundo, devido à concentração das riquezas e do processo de acumulação. Segundo Camila Giorgetti (2006), é possível iniciar uma investigação sobre os aspectos globais que incidem sobre a população em situação de rua no mundo seguindo os estudos da própria pobreza.

Essas reflexões, resumidamente, traçam em suas investigações, o aspecto globalizante da pobreza bem como a pobreza ao longo da história. Ou seja, inevitavelmente as “situações de rua” ao redor do mundo não podem ser analisadas, sem que antes haja a contextualização da pobreza que fica mais aproximada nas ditas cidades globais.

Não obstante tais diferenças, os contextos analisados podem ser classificados como “cidades globais”, que se aproximam por concentrarem, em diferentes graus, polos de prosperidade e pobreza. Nesse sentido, nota-se que a pobreza tem um importante papel na homogeneização de certos contextos em escala mundial, tornando possíveis as comparações internacionais, sendo observável em países do Primeiro Mundo, onde as questões sociais pareciam elucidadas ao menos para a grande maioria da população. [...] embora seu aparecimento tenha implicações históricas e sociais diversas. (GIORGETTI, 2006, p.22)

Vale ressaltar que no Brasil muitos avanços foram trilhados nos últimos tempos, resultado de constantes lutas sociais. Após a conquista da Política Nacional para População em Situação de Rua (2009), a jornada para a sua efetivação ainda continua. Uma das mais notórias organizações é o Movimento Nacional de População em Situação de Rua, que afirma e reafirma o compromisso de defender e ampliar a pactuação das cidades à Política Nacional de População em Situação de Rua, em todo território nacional.

Com base no conceito descrito por Camila Giorgetti (2006), sobre “cidades globais” e suas aproximações no caso da População em Situação de Rua, podemos perceber que há uma interiorização nessa homogeneização do contexto da disparidade entre prosperidade e pobreza. Essa aproximação se reflete nas realidades de nossa pesquisa, no âmbito das cidades da região do Vale do Ribeira-SP, que, apesar de não ser uma grande capital, sofre os reflexos da questão social. O aumento do número de pessoas em situação de rua, bem como o aumento de sua visibilidade no âmbito das políticas sociais, trazem também um importante avanço no que se refere aos direitos dessa população, tanto nas grandes cidades quanto nos interiores.

Em nove de setembro de 2011 é realizado em Registro-SP o primeiro encontro para discussão da Política Nacional de População em Situação de Rua. Esse espaço contou com a participação do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, e uma das propostas foi conduzir o compromisso do município no atendimento a essa população, com o seguimento do decreto nº 7.053, de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O que se percebe neste momento é que não existem limites territoriais para o avanço do capital, e o resultado desse avanço vemos que não se torna exclusividade das grandes capitais mundiais ou do próprio Brasil, a existência de pessoas tendo na rua a única possibilidade de moradia e tentativa de sobrevivência.

2.2 Vale do Ribeira: um contexto e uma afirmação necessária

Antes de entrarmos no contexto empírico desta pesquisa e no processo de análise em si, entendemos que exista uma afirmação importante e uma “desconstrução” e “reconstrução” necessárias com relação à identificação do território do Vale do Ribeira.

Nossa relação com o Vale do Ribeira possui um vínculo orgânico, ou seja, de raízes familiares que se desenvolvem nesse território, apesar desse vínculo ser quase que naturalmente enraizado, sendo a pesquisadora uma “filha da terra”¹⁸ ou “da terrinha”¹⁹, a análise crítica e científica deste chão de pesquisa jamais havia ocupado um lugar alvo nas nossas reflexões.

Conhecemos e reconhecemos o Vale do Ribeira, por meio da População em Situação de Rua, porque foi por intermédio desse contexto temático que passamos a pensar e repensar esse território como um local quase que esquecido pela ciência e muito estigmatizado no contexto das análises sociais.

Foi durante as primeiras orientações que o professor Ademir Alves da Silva, ainda em 2012, lançou-nos a proposta de ampliarmos de Registro para o Vale do Ribeira o chão desta pesquisa, “afinal trata-se de uma tese”, disse ele. Expressão e ideia com as quais concordamos imediatamente. Fomos, a partir daí, pensando mais sobre a região, tentando definir melhor como seria este “recorte”. Passamos a nos atentarmos um pouco mais a tudo que tinha relação ao Vale, porém ainda não era clara qual seria a abordagem.

Na época, possuíamos vínculos de atuação profissional direta com a População em Situação de Rua, e passamos a anotar quantas vezes outras cidades da região “atravessavam” os atendimentos. Existia uma frequência quase semanal (às vezes mais de três casos por semana) de População em Situação de Rua com

¹⁸ Expressões típicas no Vale do Ribeira

¹⁹ Expressões típicas no Vale do Ribeira

vínculos ou referências em outras cidades da região. Para nós, esse fato já reafirmava a importância de pensar a “situação de rua”, em um contexto regional, uma vez que geograficamente uma cidade é muito próxima da outra e próxima também de costumes, de cultura e de conjuntura sócio-histórica.

Foi então que iniciamos aquele levantamento, que resultou na tabela 1, deste trabalho. Com a leitura dos artigos científicos (187) em busca de uma abordagem mais sócio-histórica ou sociopolítica, pudemos perceber que eram raros os trabalhos sobre a região, nessa perspectiva.

Passamos então a questionar nosso compromisso com esta pesquisa, no momento em que evidenciamos tratos “secundários²⁰” ao Vale do Ribeira . Assim, passamos a perceber o “não dado” como um dos principais dados.

O compromisso se torna, então, o de “dar visibilidade” a esse território, que, enquanto pertencente a ele também sofreremos com as consequências desta falta de informações científicas.

Mas havia, ainda, uma questão também fundamental neste contexto. Entre as dúvidas que permeiam o pensamento de um pesquisador, a composição teórica e a ida a campo, houve também um momento onde foi preciso reafirmar a importância não só científica, mas também a importância política desta trajetória, que não se constituía apenas no processo de formação pessoal/profissional. Ou seja, não era mais apenas a relação pontual da “pesquisadora com sua pesquisa,” mas, sim, o compromisso entre a pesquisa e seus impactos sociais, e o de socialmente referenciar (ao menos tentar) o território de abrigo dos moradores de rua, do Vale do Ribeira.

Nestas pesquisas sobre o Vale, era desgastante encontrar, repetidamente, os textos iniciarem com a seguinte composição textual:

Com 400 mil habitantes e representação econômica inferior a 0,5% do PIB de São Paulo, **o Vale do Ribeira, região mais pobre do Estado** mais rico do país [...] (JUNQUEIRA, 2006, grifo nosso)

Ou então, segundo Cabral (2002), no início de seu artigo para a BBC:

O Vale do Ribeira é um bolsão de pobreza no Sul de São Paulo, o Estado mais rico do país. E **Barra do Turvo é a cidade mais pobre** da região. (CABRAL, 2002, grifos nosso)

²⁰ No sentido de ser um segundo plano, muitas vezes sem profundidade, o trato dos dados socio-políticos e históricos do Vale do Ribeira.

As repetidas afirmações do Vale como uma região identificadamente pobre acabam por trazer uma identidade de pobreza ao território e às pessoas, perpetuando isso nas relações. O pouco que se trabalha é a análise dessa situação, no contexto geral, nas razões que trazem o dado. Este, geralmente é atrelado à própria preservação da sua riqueza ambiental. Então, a “região pobre” nos parece uma identidade forjada pelas próprias relações de exploração desse território. É pobre para o sistema de exploração, não necessariamente para aquele que lá vive.

A pobreza mais evidenciada é o dado seco, a leitura mínima, ou seja, uma leitura que nos parece reduzida demais, uma leitura segregante, que congela todo um território em seu dado mais cruel. Essa fala é repetida até por órgãos que articulam as políticas públicas, como por exemplo, neste trecho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo:

O Polo Regional de Desenvolvimento Sustentável dos Agronegócios do Vale do Ribeira, que entrou em operação no dia 10 de setembro de 2002, trará novas oportunidades de negócios **aos produtores mais pobres de São Paulo**. Localizado no sul do Estado, a cerca de 200 quilômetros da capital, o novo polo favorecerá comunidades instaladas em 25 municípios da região, que têm sua atividade agrícola quase toda centrada na produção de banana. (SÃO PAULO, 2002, grifo nosso)

Pontuamos aqui uma provocação, não se trata de negar a realidade do dado da desigualdade, e sim, de como técnicos, cientistas, estudantes e moradores pensam suas ações para além do dado. Trata-se, acima de tudo, de não aceitarmos a pobreza como identidade da nossa região. Desconstruir o estigma, destrinchar os dados e reconhecer as potencialidades históricas, sociais, artísticas, culturais e ambientais, para que essas, sim, pautem nossas ações e reflexões. É importante entender, diante dessa responsabilidade de “ir além”, que nosso lugar de fala não é o do “intelectual tradicional”, mas, sim, do “intelectual orgânico” que se pretende, como tão bem analisa Maria Lucia Duriguetto, em:

Para os intelectuais orgânicos vinculados a um projeto societário emancipador das classes subalternas, a função da construção de uma contra hegemonia tanto está na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o senso comum (função que é própria do conjunto dos intelectuais), quanto nas ações que vinculam os conteúdos de um senso comum em vias de superação, de elementos corporativos presentes na ação e luta política, a projetos de classe. Referimo-nos aqui, especialmente, à passagem do elemento econômico-corporativo ao ético-político, que, em termos marxianos, seria a passagem da classe em si à classe para si (DURIGUETTO, 2014, p.292).

É sempre um compromisso maior que deve guiar o pesquisador que se vincula ou é vinculado em alguma dimensão à realidade que pesquisa. No caso dessa pesquisa, tentamos não reproduzir a visão estigmatizada do Vale e da População em Situação de Rua que vive na região como um compromisso de olhar além, reafirmando os impactos sociais das pesquisas nas ciências sociais, mais, especificamente, na área de nossa formação, o Serviço Social.

2.3 Breve descrição dos principais órgãos e/ serviços socioassistenciais dos municípios da região

Quadro 1: Serviços Socioassistenciais do Vale do Ribeira - SP

CIDADE	DESCRIÇÃO
BARRA DO TURVO	A política pública de assistência social em Barra do Turvo conta apenas com uma unidade de CRAS na região central da cidade e com o órgão gestor que também localiza-se na região central. A cidade não possui entidades da rede privada de assistência social nenhuma ONG que seja conveniada ou parceira da política pública de assistência social.
CAJATI	A Política Pública de Assistência Social no município conta com dois CRAS, um localizado na região central e outro na Vila Matias. Com relação ao atendimento à média e alta complexidade, a cidade conta com um CREAS localizado na região central da cidade. A rede privada de assistência social conta com o convênio de uma entidade socioassistencial.
CANANEIA	A rede socioassistencial da cidade conta com duas entidades da rede privada, e a rede pública conta com o órgão gestor localizado na região central da cidade, e um CRAS no bairro Acaraú.
ELDORADO	A política pública de assistência social conta com 4 entidades privadas de assistência social, um CRAS e um CREAS (mantido financeiramente pelo município), além do Departamento de Assistência Social. Todos localizados na região central da cidade.
IGUAPE	O município conta com um CRAS no Bairro Rocio, com o Departamento de Assistência Social localizado no centro da cidade, além de uma entidade socioassistencial.
ILHA COMPRIDA	A assistência social do município conta atualmente com o órgão gestor, um CRAS na região central e duas entidades socioassistenciais da rede privada de serviços.
ITARIRI	O município conta com quatro entidades da rede privada de serviços da assistência social, além do órgão gestor localizado na região central da cidade e um CRAS.
JACUPIRANGA	Jacupiranga possui um CRAS na região central do município onde também se localiza o órgão gestor e nenhuma unidade privada. Os técnicos evidenciaram muitas vezes as dificuldades de administrar a grande demanda concentrada no CRAS, para todos os tipos de atendimento, não por uma exigência dos gestores, mas porque a população referencia o CRAS para todos os tipos de serviços.
JUQUIÁ	A cidade conta com o órgão gestor, no centro velho da cidade, um CRAS e uma entidade da rede privada de serviços de assistência social.
MIRACATU	Possui um órgão gestor da assistência na região central da cidade, um CRAS, um CREAS e uma entidade conveniada da rede privada de assistência.
PARIQUERA AÇU	Pariquera possui um CRAS e o órgão gestor, além de possuir convênio com duas entidades socioassistenciais da rede privada.
PEDRO DE TOLEDO	Conta com o órgão gestor da assistência social localizado na região central da cidade, duas entidades da rede privada e um CRAS.
REGISTRO	Registro é a cidade do Vale que possui a maior oferta de serviços socioassistenciais da região: são cinco entidades da rede privada conveniada; um CREAS (o primeiro da região) e cinco CRAS distribuídos nas regiões de maior vulnerabilidade social.
SETE BARRAS	A política de assistência social em Sete Barras conta com um órgão gestor, um CRAS e uma entidade conveniada da rede privada de serviços.
É importante registrar que verificamos apenas em Registro (rede pública e privada) e Cajati (rede pública) serviços minimamente estruturados para o atendimento à População em Situação de Rua.	

Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Como concluído no capítulo anterior, o papel das políticas públicas, em especial as sociais, no reconhecimento e atendimento à especificidade da População em Situação de Rua, é um passo importante para a garantia de ações e atenções a essa população. Porém não podemos deixar de colocar em discussão que uma política pública específica para a População em Situação de Rua representa também a lacuna de universalização das políticas sociais, que, por diversos motivos, não atenderam e não reconheceram, até 2009, esse segmento.

A dificuldade de universalização dos direitos sociais “força”, “pressiona” a consolidação de uma especificidade como porta de entrada aos direitos sociais, que, em algum momento, foram “negados” a essa população. A tensão de interesses está posta na discussão das políticas públicas.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. (FALEIROS apud PIANA, 2009, p.24)

Vale questionar: o perfil da população de rua no Brasil é atendido no formato atual das políticas públicas e sociais existentes? As políticas sociais de direito, se pretendem universais mas de fato foram pensadas e planejadas de maneira a acolher as especificidades das diversas camadas e segmentos sociais?

A inclusão da População em Situação de Rua, no cenário das políticas públicas, fez parte de um processo de cerca de cinco anos até a edição do decreto nº 7.053. Durante este período de discussões para elaboração da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, houve a participação de diversos ministérios, distribuindo as responsabilidades de proteção entre todas as áreas que envolvem atendimento direto às necessidades cotidianas dessa população. O aspecto positivo, nesse caso, foi a ampliação dessa discussão, não ficando como “protagonista”, nessa articulação, somente a assistência social (FERRO, 2013).

Apesar do avanço de uma discussão ampliada, os desafios para implementação dessa política ainda são significativos, uma vez que a adesão à Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua não constitui garantia de recursos para o atendimento e implementação de serviços para a População em Situação de Rua (FERRO, 2013).

Vale lembrar: o fenômeno das pessoas em situação de rua é complexo, multicausal e precisa ser enfrentado de forma global, tendo como norte uma perspectiva de integralidade e dignidade do ser humano. Só uma estratégia que contemple a intersectorialidade das políticas públicas é capaz de atacar esse problema de forma efetiva. Ainda que represente um avanço histórico, a Política Nacional possui vários desafios no que diz respeito à sua implementação. O primeiro deles refere-se ao fato da adesão dos estados e municípios ser voluntária e não estar vinculada ao repasse de recursos federais. Em tal situação, todos os entes federados que decidirem aderir à Política deverão reservar em seus orçamentos recursos para assegurar essas ações. (FERRO, 2013)

O pacto entre os ministérios bem como a adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua é resultado de uma série de conquistas expressas na própria legislação brasileira, ao longo dos tempos. Apesar de inicial, pois é fato que existe ainda muito chão a percorrer, essas conquistas legais legitimam a responsabilidade pública em torno da questão.

Deter-nos-emos, num primeiro momento, na sistematização de uma cronologia de conquistas que preparara o solo da elaboração da Política Nacional para População em Situação de Rua.

3.1 Síntese Cronológica da legislação e eventos sobre População em Situação de Rua

Figura 9: Síntese Cronológica



Fonte: Edson Lopes Jr./UOL. Elaborado pela autora, baseada no conteúdo do Ministério do Desenvolvimento Social²¹.

²¹ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>.

3.2 Políticas Sociais: segmentação e universalização

No cenário urbano, em que se confrontam várias forças políticas, econômicas, culturais - como já vimos - os direitos como “unidade de proteção” também transitam. É neste espaço, não somente físico, mas também político e público, que se efetivam as normativas que pretendem garantir direitos.

As políticas públicas compõem esse cenário e também são alvo de tensionamentos políticos e disputas de poder, por esse motivo constituem campo de contradições, tais como:

É polêmico o debate sobre as funções e possibilidades das políticas sociais no capitalismo. Por um lado, as teorias econômicas liberais apregoam que o indivíduo só adquire seu bem-estar no mercado, atuando livremente em busca da satisfação de suas exigências de bens e serviços. Agindo livremente e alcançando seu bem-estar econômico, esse indivíduo estará maximizando o bem-estar da coletividade. Assim, o Estado liberal justifica suas políticas com base na igualdade de oportunidades, no livre acesso dos indivíduos aos bens disponíveis, com a ampliação de suas capacidades e obrigações no mercado. Sob essa ótica, negam-se as políticas universais, apostando-se nas políticas seletivas, residuais. Esta tem sido a lógica prevalecente no Brasil. (SILVA, 2009, p.173)

A autora chama de políticas residuais/seletivas aquilo que aqui chamamos de focalização das políticas públicas, quando o acesso universal que é de direito, não se efetiva de fato. Para que uma maior quantidade de pessoas possa ser inserida nas diversas políticas públicas e sociais, com o passar do tempo, foram sendo implementadas políticas mais focalizadas e para públicos (segmentos populacionais) específicos, cujo tratamento e reconhecimento fossem capazes de abraçar a heterogeneidade dos perfis dos demandantes.

Dessa forma, vale mencionar que, no contexto liberal, interesses colocados em jogo são as próprias contradições do sistema liberal, cujo peso provoca deficiências nas ações de universalização e ampliação aos direitos e acessos de todos os segmentos da população às políticas públicas.

Concordamos com a argumentação de Maria Lucia Lopes da Silva (2009), no que diz respeito a este ideal de efetivação dos direitos e acesso às políticas públicas:

Por outro lado, existe uma posição, de cunho marxista, com a qual tenho concordância, que analisa as políticas sociais pelo seu caráter contraditório capaz de atender as demandas do capital e do trabalho por serem determinadas pela luta de classes. Assim, podem atender aos interesses de legitimação da dominação burguesa e aos interesses de ampliação da

cidadania, aqui compreendida, conforme a definição de Coutinho, “a capacidade conquistada por um (e no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriar de bens socialmente criados, de atualizarem todas as suas potencialidades de realização humana aberta pela vida social em cada contexto histórico”. (SILVA, 2009, p.174)

Neste contexto, a “função” principal das políticas sociais seria ser ferramenta e instrumento para fazer valer o “direito de fato”, e de maneira democrática e socialmente justa, romper com as desigualdades de acesso e distribuição da riqueza socialmente produzida.

A ordem neoliberal condiciona certas regras de jogo, inclusive nas dimensões de compreensão e elaboração de políticas sociais. Assim, podemos perceber que, mesmo quando uma Política Pública é resultado de uma síntese de discussões coletivas, sua implementação e operacionalização podem tomar rumos de interesses particulares e de caráter compensatório. Essas são “armadilhas” condicionantes da própria forma pela qual o Estado e a sociedade conduzem ou deixam conduzir tais políticas. Sobre o tema, encontramos um artigo de Gueiros e Messias (2012), que, baseados nas reflexões de Eloísa Hofling (2001), concluem:

[...] a administração pública deveria estabelecer prioridades para programas de ações universalizantes que, de alguma forma, possibilitassem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. Alerta que, “[...] mais que oferecer serviços sociais, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais”. (HOFLING, 2001, p.39 apud GUEIROS; MESSIAS, 2012, p. 73)

Podemos perceber que a falta da universalização das políticas sociais pode, de certa forma, atender a interesses imediatistas e pontuais, sem a garantia do processo de efetivação de direitos sociais. Um dos enfrentamentos de resistência possíveis, neste contexto, é o exercício efetivo da cidadania pelos diversos segmentos da população. Essa resistência vai ao encontro do reconhecimento da unidade entre esses diversos segmentos, que apesar das especificidades, reconhecem sua genericidade por meio do exercício da cidadania.

A visão de Eloísa Hofling sobre o papel do Estado em relação às políticas sociais está em plena consonância com o moderno conceito de cidadania, pelo caráter universalizante reclamado, pela completa inclusão social, cabendo, todavia, a ressalva de que o exercício da cidadania deve ser uma constante pelas classes menos favorecidas, de forma a conquistar e manter direitos, recusando-se ao benefício de meras políticas compensatórias. (GUEIROS; MESSIAS, 2012, p.73-74)

Segundo Silva (2010), existem diversas concepções ideológicas que podem nortear tanto a elaboração quanto a execução das Políticas Públicas. Ainda, segundo a autora, na realidade brasileira, a discussão de Políticas Públicas não pode ser dissociada da concepção de pobreza e de exclusão social.

São destacadas as duas polarizações conceituais mais cristalizadas na realidade da composição das Políticas Públicas, no Brasil, a primeira, que atribui culpa ao indivíduo por sua carência de acesso aos direitos:

Entre as concepções explicativas e inspiradoras de políticas de intervenção sobre a pobreza, as abordagens culturalistas que centralizam sua explicação nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias. (SILVA, 2010, p.157)

Essa primeira concepção abordada por Silva (2010) demonstra uma tendência conservadora que tende a tratar as necessidades “dos pobres” como algo intergeracional, transmitido de pai para filhos, enquanto “o resto” da sociedade se mostra imune às desigualdades. Nesse caso, as políticas públicas possuem aspecto liberal. Servem aos interesses econômicos, tratam superficialmente as necessidades e reforçam a marginalidade no acesso aos direitos sociais.

Outra concepção, com a qual concordamos, são as políticas públicas que nascem de uma análise conjuntural e estrutural que observam as causas das desigualdades resultantes do processo de acumulação do sistema capitalista. Segundo essa concepção, a própria desigualdade gerada pelo sistema aumenta a falta de acesso e “naturaliza” as condições indignas as quais é submetida a população “pobre”.

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais é responsável pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. (SILVA, 2010, p.157)

Esse entendimento das desigualdades permite a elaboração de políticas públicas que sejam capazes de propor e contribuir para a superação da pobreza. A ampliação do acesso também depende da articulação de ações das diversas áreas das políticas públicas. Um dos exemplos de que isso é possível, foi o Programa Comunidade Ativa, de 1999, relatado por Silva (2010):

A proposta era construir uma agenda local integrada por programas indicados pela comunidade com posterior implementação dos programas agendados, com parceria dos governos federal, estadual e municipal e da comunidade. O entendimento dos idealizadores dessa proposta era de que, com a indução do desenvolvimento local, integrado e sustentável de municípios pobres, seria possível superar o assistencialismo na política de enfrentamento à pobreza. (SILVA, 2010, p.159)

É necessário destacar que, para além da articulação das ações e integração de uma rede de políticas públicas, o enfrentamento à falta de acesso também deve ser o enfrentamento às causas das desigualdades e às estruturas que causam o aumento da pobreza e sua estigmatização.

De certa forma, a focalização e especificação de políticas públicas, em especial as políticas sociais, para segmentos da população, reafirmam o caráter compensatório de sua elaboração, como se existissem para reparar os resultados das desigualdades e não enfrentar suas causas.

Tem sido pouco implementadas as “políticas de integração”, ou seja, aquelas capazes de produzir grandes equilíbrios de caráter preventivo e não só reparador. Temos tido a proliferação de políticas de inclusão precárias e marginais, orientadas pela focalização na população pobre ou extremamente pobre, incapazes de alcançar as determinações mais gerais e estruturais da situação de pobreza no país. (SILVA, 2010, p. 161)

Enquanto essa concepção de política pública ampliada, capaz de enfrentar as causas das desigualdades, não se efetiva, as demandas não podem parar de ser atendidas. Trata-se de entendermos como um processo de construção coletiva de implementações e de avaliação de pontos positivos e negativos das políticas, já existentes (educacionais, de saúde, sociais, culturais e econômicas), um processo que mantém no horizonte das possibilidades os objetivos de superação das desigualdades sociais.

É importante ressaltar que a segmentação de políticas “inclusivas” e a “focalização dos segmentos” nas políticas têm dado respostas às urgências de proteção ou desproteção que se colocam em evidência, como por exemplo, a atenção à População em Situação de Rua. Por esse motivo, não podemos negar sua importância, porém não podemos entender que essa seja a solução para todos os problemas que enfrenta quem mora nas ruas.

A própria elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua é motivada pela “falha” no acesso a políticas públicas como um todo. Ou seja, o cidadão que está em situação de rua foi processualmente excluído dos meios de produção e não obteve respostas na tentativa de acessar políticas públicas de

saúde, habitação, emprego e educação. Sua situação de exclusão extrema o inclui como alvo da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua.

Existe um avanço na visibilidade de sua condição, mas ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que todas as outras políticas sociais falharam em sua operacionalização e não garantiram a universalização do acesso. Esse processo, também reforça o aspecto da exclusão do acesso às riquezas socialmente produzidas.

Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução. Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres e permitindo o funcionamento da ordem com o controle social das políticas sociais. (SILVA, 2010, p.161)

Entendemos que a Política Nacional para População em Situação de Rua 2009 possui características de uma política social focalizada e que leva em consideração a especificidade do segmento populacional que se propõe a atender. No entanto, e por ser uma conquista recente da sociedade, é necessária uma análise mais aprofundada de suas características e das ações que indiquem qualquer afirmação, quer seja uma consideração de que essa política possui uma tendência mais conservadora e regulatória, ou mais avançada de enfrentamento efetivo das causas das exclusões vividas pela População em Situação de Rua.

O avanço da discussão e a “luz” voltada para a temática, evidenciada pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, no Brasil, contribuiu para que os diversos setores da sociedade pudessem ver “censitariamente” o perfil desse segmento da população.

Os dados desencadeiam uma série de passos ligados ao pensar e agir sobre a realidade enfrentada nas ruas. Dessa forma, o desafio se coloca a todo o momento, qual seja: diminuir a distância entre as garantias legais de acesso e o acesso de fato por parte desse segmento da população. Nesse sentido:

O reconhecimento, em números, dessa população em situação de rua é passo fundamental que a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Divulgação da Informação (SAGI) do MDS corajosamente tomaram. Agora, números encarnados em pessoas e coletivos devem compor as políticas sociais, urbanas e econômicas das cidades brasileiras afirmando direito cidadão a todos que nelas vivem sem qualquer discriminação ou exclusão. (SPOSATI, 2009, p.213)

Conhecer mais detalhadamente as questões que envolvem a vida da População em Situação de Rua, no Brasil, pressupõe o comprometimento no trato das políticas sociais que garantem direitos a essa população. Atualmente, as políticas sociais são o “instrumento” mais próximo das pessoas, no processo de garantia de direitos. Portanto, a seguir, discutiremos as concepções e conceitos que norteiam o entendimento de políticas sociais e qual sua relação com a temática da População em Situação de Rua.

3.3 Políticas Sociais e a atenção às pessoas em situação de rua

Entender as diferentes concepções de política social existentes é fundamental para que possamos observar quais tensionamentos políticos compõem sua efetivação. É necessário também entender a política social como uma “aba” do grande leque das políticas públicas existentes, no campo da gestão democrática. Portanto, nem toda política pública é social e toda política social deve corresponder a interesses públicos. Então, segundo Pereira (2011):

Ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública, isto é, um tipo, dentre outros, de política pública. Ambas as designações (política social e política pública) são policies (políticas de ação), integrantes do ramo de conhecimento denominado policy science, só que a política social é uma espécie do gênero política pública (public policy). (PEREIRA, 2011, p.173)

A política social, um dos “tipos” de política pública, ocupa um papel de destaque nas pesquisas acadêmicas, principalmente das áreas de humanas e sociais. Os debates são compostos por diferentes posicionamentos que, por vezes antagônicos, também refletem a maneira como essas políticas sociais podem ser percebidas no cotidiano dos cidadãos.

Segundo Potyara A. P. Pereira (2011):

Nunca se falou tanto em política social como nos últimos tempos. Nas sociedades contemporâneas, a menção a esse tipo de política, associada aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direitos de cidadania, tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política. (PEREIRA, 2011, p.163)

Assim como os estudos sobre população em situação de rua, os estudos sobre política social também ganham maior ênfase nos últimos tempos. A autora,

Pereira (2011) chama de “curioso” o fato de que mesmo em um contexto de crescimento da ideologia neoliberal, as políticas sociais são ainda mais acionadas e discutidas.

Talvez a explicação para isso esteja na urgência de atendimento e atenção às crescentes desigualdades geradas pela ideologia neoliberal. Essa urgência, diante da crescente consequência do avanço do capital, coloca como alternativa de resistência a elaboração e implementação de, cada vez mais, políticas sociais, pois essas têm – na maioria das vezes – suprido as dimensões mínimas para a vida em sociedade.

Podemos pensar também que o próprio neoliberalismo se reformula de acordo com o avanço dos tempos. Ou seja, nem mesmo para essa doutrina é interessante existir uma grande quantidade de pessoas vivendo sem qualidade de vida e em condições de alta miserabilidade. Para a preservação de interesses econômicos, passam a ser chamarizes países cujo desenvolvimento conseguiu estabilizar minimamente a economia, dando condições mínimas para que a população se tornasse consumidora. Vale lembrar que dentro deste contexto, não é levada em consideração a conquista de direitos e de cidadania pela população, mesmo que o acesso ao consumo também faça parte do conjunto desses avanços.

Para Pereira (2011), outro fator e talvez o principal deles – que busca explicar a insustentabilidade de concretização dos direitos sociais no contexto de avanço neoliberal – é a falta de assertividade nos conceitos de política social.

Das várias explicações para esse fato, uma, que interessa à discussão desenvolvida neste capítulo, é a imprecisão conceitual da política social. Efetivamente, nem sempre se tem claro o que o termo significa e nem quais são suas características e particularidades. A tendência é empregá-lo de forma genérica sem a devida mediação teórico-conceitual. (PEREIRA, 2011, p.163-164)

Não existe ainda, e apesar do crescimento das discussões sobre as políticas sociais, o hábito de entender com profundidade de que trata o termo. Ou seja, a ideia de política social para grande parte das pessoas assume o campo da benesse, do fazer o bem diante das injustiças, ou seja, conceitos pouco politizados e raramente debatidos, o que torna o termo uma espécie de “coringa” nos discursos das diferentes ideologias que compõem as relações da sociedade contemporânea.

Isso conduz aqueles que têm por hábito interpretar ao pé da letra (ou ao pé do vocábulo) conceitos de conteúdo não evidente, a conferir à política social um sentido vago, ecumênico ou eclético – quando não a confundi-la com

ações pragmáticas, voluntaristas, clientelistas, que ferem direitos. (PEREIRA, 2011, p.164)

A autora cita ainda o caso da Alemanha, que, sob o comando do nazismo e de seu líder Hitler, utilizou o termo política social para cometer torturas em nome do suposto avanço da ciência.

É importante, na análise dos rumos das políticas sociais, observar o papel do Estado e seus interesses bem como o papel da sociedade civil nesse diálogo. Geralmente, em governos cujo perfil é centralizador e controlador, a proteção da cidadania e o avanço da democracia, para atender às necessidades humanas básicas, são deixados em segundo plano. Nesse sentido, os direitos sociais, no contexto de uma sociedade capitalista e liberal, são operados e concebidos, segundo a lógica burguesa. As Políticas Sociais se configuram como os “braços” que deveriam proporcionar o alcance dos Direitos Sociais à população. No entanto, as contradições inscritas nesse processo, muitas vezes, transformam até mesmo as Políticas Sociais, seus programas, seus projetos e suas ações pontuais, sem o poder efetivo de contribuir com mudanças mais estruturais na sociedade. Os direitos sociais só nascem porque antes deles existiram processos de violação, de desigualdade e de negação de acesso às riquezas socialmente produzidas.

Conhecer e reconhecer a política social como um potencial aliado, neste processo de conquista de direitos, pressupõe um posicionamento político que varia de acordo com a ideologia dominante em um determinado momento da história.

Mas conceituar e definir política social implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais colocados à disposição desse processo – já que não há unanimidade no campo do conhecimento, principalmente nas ciências sociais – e que é preciso eleger um deles. (PEREIRA, 2011, p. 165)

É interessante o termo usado por Vieira (1997), que vai ao encontro de uma concepção, quase que traiçoeira, num destes descaminhos dos significados atribuídos à política social: “A partir de 1988, a política social acha-se no terceiro período de existência no Brasil, que chamo de **‘políticas sociais sem direitos sociais’**.” (VIEIRA, 1997, p.14, grifo nosso). Na época, apesar da existência de políticas sociais, estas não expressavam a regulação legal e recente dos direitos sociais expressos pela Constituição Federal de 1988.

As “políticas sociais sem direitos sociais”, nesse texto de 1997, evidencia-se no neoliberalismo tardio tamanha contradição: apesar da conquista legal de direitos

sociais contidos na Constituição Federal de 1988, o país ainda não conseguia viver e usufruir de políticas sociais cujos conteúdos se pautassem nos direitos firmados pela Carta Magna.

Como mostra o texto anteriormente citado, quase após dez anos, de uma das principais conquistas do país, ainda não era possível observar as políticas sociais como expressão dos direitos sociais, o que, segundo o autor, constitui-se um verdadeiro ataque à recente conquista do povo brasileiro.

Porém o mais grave é: em nenhum momento histórico da República brasileira (para só ficar nela, pois o restante consiste no Império escravista) os direitos sociais sofrem clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral como depois de 1995. (VIEIRA, 1997, p.14)

Para o autor, o neoliberalismo tardio encontra no Brasil - em 1995- campo fértil para seu crescimento. Ele – o neoliberalismo- parece se alimentar das políticas sociais que trazem para dentro de seu conteúdo ideológico uma espécie de “política social neoliberal”, como intitula Vieira (1997). A principal característica dessa concepção de política social é a contenção das necessidades sociais das pessoas, porém de uma maneira discriminatória e estigmatizante.

Curiosamente, essas análises dão o nome de política social neoliberal àquela política que nega os direitos sociais, que garante o mínimo de sobrevivência aos indigentes, que exige contrapartida para o gozo dos benefícios, que vincula diretamente o nível da vida ao mercado, transformando-o em mercadoria. (VIEIRA, 1997, p.16)

Tanto para Vieira (1997) quanto para Pereira (2011), é curiosa e contraditória a presença de políticas sociais num contexto de crescente ampliação da ideologia neoliberal. Passados 20 e 6 anos, respectivamente, da publicação dos trabalhos citados, a contradição tratada pelos autores ainda persiste. Acreditamos na importância da política social que resista à lógica do capital e, quando elaborada de maneira participativa, seja capaz de romper as estruturas das desigualdades numa perspectiva de ampliação de acesso aos direitos sociais.

Trata-se daquela que apreende essa política como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre *capital X trabalho*, *Estado X sociedade* e princípios da *liberdade* e da *igualdade* que regem os direitos da cidadania. (PEREIRA, 2011, p.166)

Por também entendermos a política como “produto” das relações estabelecidas a partir da tensão entre capital X trabalho, aquela contradição

“curiosa”²², citada anteriormente, passa a ser compreendida como a estranheza necessária para tornar evidente que o caminho da política social não se pretende harmonioso. Ou seja, os conflitos ideológicos são próprios da contradição do campo das políticas sociais e são necessários para que as fronteiras do acesso se ampliem.

Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiando interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. (PEREIRA, 2011, p.166)

Por esses motivos, é necessário o reconhecimento da importância das políticas sociais que “defendem” os direitos de segmentos da população que, de alguma maneira, sofre exclusão e vive à margem do acesso a condições de vida suficientes para se sentir parte do conjunto da sociedade, usufruindo integralmente sua cidadania.

Vale ressaltar que o caráter público da política social deve ser sempre o objetivo maior das lutas pela ampliação de espaços democráticos na sociedade. Para isso, é necessário entendê-lo como:

[...] a perspectiva não estadista aqui adotada, o termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado. Refere-se, antes, à coisa pública, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos), ou seja, coisa de todos, para todos, que compromete todos – inclusive a lei que está acima do Estado – no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora a política pública seja regulada e frequentemente provida pelo Estado, ela também engloba demandas, escolhas e decisões privadas, podendo (e devendo) ser controlada pelos cidadãos. Isso é o que se chama de controle democrático. (PEREIRA, 2011, p.174)

Algumas questões ainda necessitam maior aprofundamento e investigação científica referente à política social - Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) - e os serviços de atenção criados e adequados a esse atendimento, a partir de então. Os principais questionamentos referentes à adesão dos municípios à Política Nacional para a População em Situação de Rua são os seguintes:

²² Expressão utilizada pelos autores Vieira (1997, p.16) e Pereira (2011, p.163) quando identificam a existência das políticas sociais numa sociedade onde o neoliberalismo é crescente.

- A forma de adesão, formal ou informal, dos estados e municípios à Política Nacional para População em Situação de Rua 2009;
- A forma de financiamento dos serviços e ações da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua;
- Os principais aspectos abordados sobre a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua nas produções teóricas e técnicas em âmbito nacional;
- Os Ministérios que geram dados e reconhecem como público atendido o segmento populacional em situação de rua.

Buscamos, ao longo desta pesquisa, trazer ao diálogo as ações vinculadas à Política Nacional, para a População em Situação de Rua 2009, já adotadas pelo estado de São Paulo, evidenciando a região do Vale do Ribeira-SP.

CAPÍTULO 4 – O MEIO-FIO: ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E AS HISTÓRIAS DE VIDA

Entrelaçar a discussão sobre a efetividade das Políticas Sociais na vida da População em Situação de Rua, e essa relação no contexto do território do Vale do Ribeira-SP, poderia seguir caminhos metodológicos diversos. Porém a própria busca inicial de informações, para o projeto de pesquisa e tese, desenhou e determinou as ferramentas possíveis para a realização desta pesquisa. São raros os trabalhos científicos que caracterizem a região do Vale do Ribeira-SP, sob uma análise da área das Ciências Sociais e, de maneira geral, também é baixo o número de produções científicas sobre qualquer outra área que aborde o Vale do Ribeira-SP.

Diante dessas constatações iniciais, expostas na tabela1, da introdução deste trabalho, percebemos que a coleta de dados se daria principalmente em fontes primárias, ou seja, na relação do pesquisador e seu alcance no contato com as realidades estudadas. O tipo de pesquisa qualitativa, portanto, foi a alternativa mais adequada para essa aproximação com a realidade a ser estudada. E o recurso de coleta dos dados primários precisaria ter o suporte de uma metodologia, que estrategicamente permitisse a liberdade de exploração de conteúdos da maneira mais ampla possível. Porém, diante de nossas inquietações, e compreendendo o compromisso ético-político da pesquisa no Serviço Social, não podemos aceitar que nosso papel como pesquisadores seja apenas o de conduzir coleta de dados e exploração dos mesmos, sem um trabalho mínimo de repercutir na realidade estudada alguma ligação positiva e propositiva, nesta relação entre pesquisador, sujeitos e realidades. Eximir de entender o aspecto político de nossas escolhas temáticas, assim como as metodológicas, seria também nos eximir do compromisso ético que assumimos enquanto pesquisadores sociais. Assim, para além da coleta de dados, foi necessário dar voz aos sujeitos desta pesquisa, não como simples atores sociais, que representam em um roteiro pré-fixado pelos pesquisadores/escritores, mas sim, como sujeitos históricos na trama da realidade estudada. Na tentativa de seguir esse fio de coerência, a história oral/de vida²³ nos pareceu a metodologia mais familiarizada na condução dessa aproximação.

²³ Utilizamos a expressão “história oral/ de vida” anunciando que existiram duas conduções nesse processo de pesquisa. A primeira sendo entendida como história oral o recurso utilizado junto aos

Se inicialmente já pudemos afirmar que existe ainda muito o que avançar, no caminho dos direitos sociais, para a População em Situação de Rua, também podemos entender que as Políticas Sociais ainda devem percorrer um caminho longo de adequações, para entendimento e atendimento a essa população. Compreender a história de vida dessa população, via narração dela mesma, constitui um campo fértil na formulação de estratégias que rompam as fronteiras de meio-fio, e que incorporem essas histórias no trato diário das rotinas, dos serviços, projetos e programas dos mais diversos segmentos. Adotamos, então, a história oral/ de vida, nesta pesquisa, como estratégia possível diante da realidade.

Na história oral, como possibilidade de pesquisa, o investigador reúne informações orais de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos. Como forma de pesquisa, a coleta de testemunhos orais, derivada da “história oral”, supõe um conhecimento dos diferentes usos da história e as possibilidades que o recurso aos testemunhos orais podem oferecer, como suprir deficiências de documentos disponíveis, alcançar informações não registradas ou inacessíveis, compreender o contexto vivido para além das informações unidimensionais oferecidas pelos documentos, extrair uma perspectiva não-oficial, registrar a visão de grupos humanos que não têm tradição escrita ou domínio dela. (CHIZZOTTI, 2008, p. 109)

Dentro da história oral, a abordagem da história de vida não analisará, nesta pesquisa, os aspectos subjetivos dos sujeitos em relação a sua própria vida, mas a relação de sua história com o contexto social político mais amplo, relacionando e identificando as proximidades e distanciamentos, no acesso aos direitos sociais em sua interface com as Políticas Sociais.

Cabe esclarecer aos leitores(as) que fizemos nossa “porta de entrada” no campo de pesquisa pela interface da Política Pública de Assistência Social, pois além de ser o campo de nossa área profissional, a Assistência Social configura-se como uma das poucas Políticas Sociais que incluem, formalmente, em sua atuação da defesa de direitos, esse segmento populacional. Com base em nossa atuação e em nosso vínculo de pesquisa, podemos notar que se formou um tripé que atua diretamente com essa população, composto pelas três grandes áreas: Serviço Social- e sua operacionalização, principalmente na área de Assistência Social; Justiça- e sua materialização nos serviços ofertados, principalmente nas Defensorias

e Ministério Público e Saúde – com as experiências como os consultórios de rua e a atenção psicológica e psiquiátrica no contexto das ruas.

Mesmo que avançado o sistema de proteção social para essa população, ideologicamente esta evidência, o que chamamos de “tripé”, coloca a população em situação de rua em três estereótipos de segregação cristalizados, ao longo da história: os mendigos/ pobres (demanda da Assistência); os loucos (demanda psiquiátrica da Saúde) e os marginais/desajustados (demanda da Justiça). Ou seja, estruturalmente não houve mudança simbólica significativa no trato das múltiplas demandas vindas da População em Situação de Rua.

Há um silêncio nas outras Políticas Sociais com relação a esse segmento da população, e até mesmo a “comunidade epistêmica” (SILVA, 2012) fica restrita a essas três grandes áreas do conhecimento.

Buscamos inicialmente identificar em quais das 14 cidades, que compõem a região do Vale do Ribeira-SP²⁴, havia o registro formal ou informal sobre População em Situação de Rua. Esse primeiro contato foi feito via telefone, nas Secretarias ou Departamentos, que são os órgãos gestores da Política Nacional de Assistência Social nos municípios. Em alguns casos, onde foram apresentados desencontros de informações, buscamos, em mais de um contato, esclarecer as dúvidas com relação à existência ou não desse segmento da população. Os contatos foram feitos entre novembro e dezembro de 2015, e os dados coletados foram sistematizados na tabela que segue.

²⁴ Seguindo a área de abrangência da DRADS-Vale do Ribeira.

Quadro 2: Levantamento de dados sobre População em Situação de Rua no Vale do Ribeira – SP

CIDADE	Nº HABITANTES ²⁵	PORTE DO MUNICÍPIO SEGUNDO OS PARÂMETROS DO SUAS	Nº APROXIMADO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA		ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES	ÓRGÃO(S) EXECUTOR DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
			ITINERANTES /mês	PERMANENTE		
1 Barra do Turvo	7.828	Pequeno porte I	0	0 ²⁶	Dpto. De Bem-Estar Social	CRAS ou órgão gestor
2 Cajati	28.962	Pequeno porte II	15	15	CREAS	CREAS
3 Cananeia	12.604	Pequeno porte I	8	5	Dpto. De Bem-Estar Social	Órgão gestor-Assistente Social
4 Eldorado	15.339	Pequeno porte I	5	4	CREAS	CREAS
5 Iguape	30.390	Pequeno Porte II	5	20	Dpto. De Bem-Estar Social	Órgão gestor-Assistente Social
6 Itariri	16.759	Pequeno porte I	4	4	Dpto. De Bem-Estar Social	Órgão gestor-Assistente Social
7 Ilha Comprida	10.291	Pequeno porte I	7	5 ²⁷	CRAS	CRAS
8 Jacupiranga	17.851	Pequeno porte I	4	5	CRAS	CRAS – Fundo Social ²⁸
9 Juquiá	19.359	Pequeno porte I	9	4	Dpto. De Bem-Estar Social	CRAS
10 Miracatu	20.533	Pequeno porte II	15	10	CREAS	CREAS
11 Pariquera -Açu	19.391	Pequeno porte I	2	2 ²⁹	Dpto.de Bem-Estar Social	CRAS
12 Pedro de Toledo	10.967	Pequeno porte I	6	3	Dpto. De Bem-Estar Social	Órgão gestor-Assistente Social
13 Registro	56.280	Médio porte	20	25	Secretaria de Assistência Social	CREAS e entidade conveniada
14 Sete Barras	13.144	Pequeno porte I	2	5	Dpto. De Promoção Social	Órgão gestor

Fonte: Elaborado pela autora.

²⁵ População estimada para 2015, segundo IBGE.

²⁶ Em Barra do Turvo, nos últimos dois anos, não há informação quanto a pessoas em situação de rua. Segundo os técnicos, a condição de acesso geográfico da cidade e a falta de recursos para atendimento acabam não “sendo rota” de pessoas em situação de rua na condição de itinerantes. Na cidade vizinha, Cajati, foi possível confirmar a informação de que os itinerantes que chegam até a cidade são atendidos com passagem rodoviária até seu destino e não são encaminhados até a próxima cidade na prática de cunho higienista conhecida como “pinga pinga”. Como na cidade de Cajati existe um CREAS o atendimento é realizado em uma perspectiva mais consonante com os direitos sociais.

²⁷ Esse número aumenta na temporada, chegando aproximadamente a dez pessoas.

²⁸ O CRAS atende a população em situação de rua permanente na cidade e os itinerantes acabam não chegando ao serviço. Frequentemente o Fundo Social de Solidariedade cede passagem para essas pessoas sem intervenção técnica.

²⁹ Em contato telefônico com técnicos da assistência social no município, andando e conversando com comerciantes e prestadores de serviço da região central e das proximidades da rodoviária, nos foi relatado que existe um grupo de pessoas que geralmente permanecem na praça central, que, por consumo de álcool e vínculos familiares fragilizados, frequentemente permanecem naquele local. Ocorre que, periodicamente e com mais frequência nas vésperas de temporada, existe uma pressão governamental, e até mesmo da população local, em retirar esse grupo da praça.

Foi possível perceber, nesse primeiro contato, que, em poucas cidades, existiam registros formais sobre os atendimentos. Encontramos também certa resistência e até desconfiança nesse levantamento de dados. Apesar de termos deixado claro que se tratava de uma pesquisa acadêmica para composição de tese de doutorado pela PUC-SP, ainda assim essa relação com os municípios e os profissionais a serem entrevistados precisaria ser tecida em mais de uma aproximação. Uma das alternativas foi apresentar, em contato telefônico, a pesquisa para a equipe técnica da DRADS-Vale do Ribeira, para que, em caso de alguma dúvida, esses profissionais pudessem confirmar a veracidade da pesquisa junto à alguma referência.

Evidente que as informações devem ser publicizadas pelos órgãos gestores, porém também compreendemos que existem os protocolos a serem seguidos, de acordo com cada município. Esta percepção de certa resistência (desconfiança) ao diálogo não se limitava ao fato protocolar, mas sim, ao tema que, na realidade dos municípios, muitas vezes é polemizado e facilmente moldado a intenções político partidárias. Após familiarizar e apresentar a proposta de pesquisa, percebemos que essa resistência inicial também se deveu ao fato, em 2016, de ser o ano de eleições municipais. Qualquer tipo de questionamento aos órgãos gestores tende a ser alvo de desconfiança e de especulações eleitoreiras, principalmente na área da assistência social. Nesse momento, tomamos a decisão de, na aproximação de campo, deixar claro nosso compromisso ético com a utilização das informações bem como garantir a não identificação dos sujeitos (profissionais e população em situação de rua) se assim eles preferissem.

Essa chegada ao campo de pesquisa foi aos poucos pedindo mansidão no trato com os sujeitos de pesquisa, uma vez que o primeiro contato inevitavelmente seria por intermédio dos órgãos gestores de assistência e, neste contexto pré-eleições, o tema População em Situação de Rua começava a ser alvo de denúncias informais e polêmicas em redes sociais.

Dessa forma, sobre uma das “denúncias”, em uma rede social e sua relação com o período pré-eleitoral, copiamos a seguinte publicação:

Figura 10: Postagem I – Registro/SP

 19 de janeiro · 🌐

 · 13 h ·
ONDE ESTÁ O SOCIAL?
 Alguns dias estamos presenciando uma pessoa do sexo feminino usando a via pública debaixo do viaduto na entrada e saída do município para pernitar e larga a sua "cama" jogada para dividir espaços com os transeuntes.
 Será que a prefeitura não se sente envergonhada?
 Belo cartão postal pra Registro. Cadê A Assistência Social da cidade? e uns 50 metros um outro batalhão alcolatra jogados na esquina.
 São os excluídos que olhamos mas não queremos ver.

Fonte: www.facebook.com.br

Essa postagem³⁰ foi feita com abrangência pública e debatida em diversas páginas pessoais, no período em que entrávamos no campo de pesquisa realizando entrevistas e fazendo levantamentos documentais. A repercussão dessas “denúncias” atinge abrangência regional, uma vez que as cidades são muito próximas e pequenas.

Podemos perceber que, mesmo intencionando algum tipo de denúncia que chamasse a atenção para o atendimento do caso, é possível evidenciar a ressonância higienista na abordagem ao caso reforçada, principalmente nas expressões: “Belo cartão postal pra Registro” e “um outro batalhão alcolatra jogado na esquina.”

A postagem foi feita na página pessoal (de acesso público), de um vereador da cidade de Registro-SP, copiada, publicada e respondida por uma técnica do órgão gestor.

Alguns comentários, que destacamos na figura seguinte, acabam por evidenciar a relação da postagem com o momento pré-eleitoral.

³⁰ É importante deixar claro que as postagens utilizadas neste trabalho estão disponibilizadas ao público, ou seja, até mesmo às pessoas que não fazem parte da rede social têm acesso. Entendemos que isso atribui um caráter público a essas opiniões, mesmo assim, suprimimos os nomes das pessoas, observados os critérios de ética na pesquisa.

Figura 11: Postagem II – Registro/SP



Fonte: www.facebook.com.br

Tal situação não é exclusividade da cidade de Registro-SP, percebemos que a situação de rua constitui um campo de tensões políticas, históricas e culturais. Apesar de todos os avanços conquistados na última década, o tema “Situação de Rua” pode ser chamado de um “tema cíclico”, ou seja, ganha uma amplitude de debate e visibilidade pública em circunstâncias específicas, como em épocas de frio, anos eleitorais, natal, ou casos de violência que ganham repercussão midiática. Ou seja, não há ainda uma constância nos debates e na visibilidade da efetivação de ações que promovam acesso de direitos, e não apenas ações pontuais e circunstanciais. Essa descontinuidade é solo fértil para ações de cunho assistencialista, de caridade e até mesmo higienista, descontinuado e pontual.

Mesmo a pesquisa de campo iniciando neste contexto, conseguimos depoimentos orais de técnicos de 13 das 14 cidades que fazem parte da Região de abrangência da pesquisa. Em um dos municípios, Barra do Turvo, optamos por não ir a campo, uma vez que não encontramos informações sobre população em situação de rua, naquela cidade, e por ser uma cidade de difícil acesso, com poucas linhas de ônibus que possibilitassem uma flexibilidade de horários para ir e voltar, no mesmo dia. Assim, optamos por fazer o estudo da cidade, por meio de dados e informações cedidas via contato telefônico.

Dividimos em dois grupos de sujeitos de pesquisa, o primeiro foi composto de técnicos indicados pelos órgãos gestores da assistência social, e o segundo composto pela população em situação de rua, de alguns dos municípios visitados. Inicialmente, pensamos em entrevistar um técnico e uma pessoa em situação de rua, por município, porém a metodologia de história de vida, aplicada no segundo grupo, exige do pesquisador uma relação mais aproximada e de vínculo de confiança com os sujeitos de pesquisa, que não seria estabelecido de maneira

homogênea, em todas as 13 cidades visitadas. Portanto não foi em todas as cidades que conseguimos tecer essa relação para a gravação de áudio das histórias de vida. Nosso critério de seleção foi: pessoas em situação de rua, indicadas pelos técnicos, ou pessoas em situação de rua receptivas à nossa abordagem.

Sistematizamos em duas tabelas (Grupo1 e Grupo2), para melhor compreensão da apresentação dos sujeitos de pesquisa. O primeiro grupo, composto pelos técnicos ligados à política de assistência social, teve como base a seguinte quantidade de profissionais por cidade visitada:

Tabela 2: Grupo 1 – Sujeitos

	CIDADE	UNIDADE/SERVIÇO	Nº DE ENTREVISTADOS
1	Barra do Turvo	Não houve	Não houve
2	Cajati	CREAS	1 assistente social
3	Cananeia	Órgão Gestor	1 assistente social
4	Eldorado	Órgão Gestor/CREAS ³¹	1 assistente social
5	Iguape	Órgão Gestor	1 assistente social
6	Itariri	Órgão Gestor	1 assistente social
7	Ilha Comprida	CRAS	1 coordenadora de CRAS
8	Jacupiranga	CRAS	1 assistente social e 1 psicóloga do CRAS
9	Juquiá	Órgão Gestor	1 psicóloga
10	Miracatu	CRAS	1 coordenadora de CRAS
11	Pariquera–Açu	Órgão Gestor	1 psicólogo
12	Pedro de Toledo	Órgão Gestor	1 assistente social
13	Registro	Órgão Gestor	2 assistentes sociais
14	Sete Barras	Órgão Gestor	1 assistente social
TOTAL			15 técnicos

Fonte: Elaborado pela autora.

Em duas cidades, Jacupiranga e Registro, a coleta de dados aconteceu em sala conjunta com outros profissionais e, no desenvolver dos depoimentos, houve a participação não planejada de outros técnicos, conforme citamos na tabela anterior.

Os depoimentos foram gravados em áudio e transcritos, tendo uma média de 30 a 40 minutos cada sessão.

O grupo 2, composto pela população em situação de rua, seguiu a seguinte divisão:

³¹ No momento da coleta de depoimento, a técnica informou que o serviço estava em período de readaptação, e que apesar de estar funcionando no prédio do órgão gestor, já existiam alguns contratados para trabalhar na equipe do CREAS, que aguardavam a locação de um espaço físico e contratação do restante da equipe mínima para iniciar os atendimentos.

Quadro 3: Grupo 2 – Sujeitos

	CIDADE	NÚMERO DE SUJEITOS	OBSERVAÇÃO
1	Barra do Turvo	Não houve	Não houve visita à cidade.
2	Cajati	Não houve	O técnico entrevistado do CREAS nos desaconselhou a ir até o local que abriga a população em situação de rua da cidade. Relatou que as intervenções do próprio CREAS têm sido feitas com o “apoio” da polícia. Em menos de um mês teria havido um assassinato no local por brigas.
3	Cananeia	Não houve	Recebemos a indicação para entrevistar um senhor em situação de rua, que provavelmente estaria na orla próximo à praça, porém não encontramos.
4	Eldorado	2	Nessa cidade, coletamos o depoimento de dois homens em idade adulta sendo que um deles já havia saído das ruas e o outro ainda estava em situação de rua, ambos indicados pela profissional entrevistada do GRUPO1.
5	Iguape	Não houve	Procuramos o grupo de pessoas em situação de rua, que geralmente fica próximo à praça/orla, porém não encontramos o referido grupo.
6	Itariri	Não houve	Tentamos uma abordagem na rodoviária da cidade com um homem em situação de rua, indicado pelos comerciantes, porém ao fazermos a aproximação, foi difícil estabelecer o diálogo, devido ao estado alterado pelo consumo do álcool.
7	Ilha Comprida	Não houve	Segundo a coordenadora de CRAS entrevistada, os moradores de rua ocupam um hotel desativado em uma região afastada do centro. Fui desaconselhada a ir fazer a abordagem.
8	Jacupiranga	2	Foram entrevistadas duas pessoas no espaço físico do CRAS indicadas e trazidas pelas profissionais entrevistadas do GRUPO 1, sendo um homem e uma mulher.
9	Juquiá	Não houve	Fui desaconselhada a ir sozinha até a região da ponte onde mora o grupo indicado pela profissional entrevistada.
10	Miracatu	Não houve	Naquele momento, não apresentava pessoas vivendo nas ruas. Segundo alguns comerciantes da rodoviária, em quiosques construídos nas proximidades dali, ficava um grupo de pessoas, a maioria dependente de álcool, porém uns foram conduzidos às suas famílias, e aos poucos os quiosques foram sendo utilizados para comércio.
11	Pariquera – Açu	Não houve	Naquele momento, não existiam pessoas vivendo nas ruas. Em conversa com taxistas da principal praça da cidade, fui informada de que, há alguns anos, existia um grupo que permanecia na praça. Relataram que a prefeitura realizou ações com essa população e nunca mais perceberam pessoas vivendo ali.
12	Pedro de Toledo	1	Fizemos uma abordagem a um homem em situação de rua com indicação dos taxistas do centro da cidade. Ao iniciarmos a explicação sobre a pesquisa e mostrarmos o TCLE, o referido senhor mostrou-se muito nervoso, associando o papel a alguma ordem judicial. Passou a repetir sistematicamente que eu era da polícia e que queria prendê-lo. Tentei explicar novamente que se tratava de uma pesquisa, mas não obtive sucesso. Um comerciante que acompanhou de longe a abordagem se aproximou e me explicou que o senhor em situação de rua é paciente psiquiátrico, porém não é atendido pela saúde do município, que não possui familiares na cidade e que é de difícil aproximação.

13	Registro	5	Em Registro-SP devido à minha experiência com o atendimento à população em situação de rua, a aproximação aos sujeitos de pesquisa se deu de uma forma mais facilitada. O fato de já ter o vínculo com eles permitiu que fosse feita uma maior quantidade de entrevistas.
14	Sete Barras	Não houve	Tentamos nos aproximar de um grupo de pessoas em situação de rua que se reúne nas imediações da rodoviária, porém não conseguimos entrevistá-lo. Em conversa com um morador da cidade, foi possível entender que o grupo, pelo fato de ter família na cidade, não se reconhece como população em situação de rua. O uso de álcool e de outras drogas faz com que passem dias na parte urbana da cidade e retornem esporadicamente ao convívio familiar, apenas para tomar banho, comer e retornar às ruas.
TOTAL		10 pessoas em situação de rua	

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessas visitas às cidades e entrevistas realizadas, pudemos perceber que existe uma separação entre população em situação de rua fixa³² e a população em situação de rua chamada itinerante³³. A prática de “pinga-pinga” ainda é relatada pelos profissionais e pela própria população em situação de rua, também foi constante nos dois grupos o relato de práticas higienistas e até de violência com essa população. Mas antes de tratarmos dessas questões, será necessário observar a relação entre essas cidades e a localização da Região do Vale do Ribeira no contexto de território de transição.

Foram entrevistadas em Registro-SP duas pessoas em situação de rua cuja rotina é a não vinculação nos territórios, os chamados “trecheiros” ou “itinerantes.”

Em ambos os casos, foi possível notar que as histórias de vida dessas duas pessoas apresentam essa falta de vínculo desde muito cedo. O Vale do Ribeira acabou sendo rota dessas duas pessoas pela própria geografia, ser o “meio do caminho” entre duas regiões do país, tendo como fio condutor dessa rota a BR-116, a principal rodovia do Brasil. Essa determinante repercute não somente na chegada e passagem de pessoas em situação de rua, “itinerantes”, mas também na própria condição socioeconômica da região.

³² Considerando essa população com um grau mais forte de vinculação à cidade e sua fixação em pontos físicos por mais tempo ou maior frequência.

³³ Considerando essa população com menor vínculo de permanência na vida das cidades, caracterizada pela errância e transitoriedade.

O Vale do Ribeira

A conjuntura orgânica de vivências na região do Vale do Ribeira configura e caracteriza o território como de transição desde aproximadamente dez mil anos atrás. Estudos arqueológicos explicam que foi característica nessa região a presença de homens em transição, ou seja, nem homens do mar nem homens do mato, o que configura um “tipo” de vida ENTRE uma coisa e outra, que pode conter os dois modos de sobrevivência.

É interessante identificar que até os dias de hoje, essa região é marcada por essa transição, possui um limite ENTRE o sudeste e o sul; ENTRE o litoral e o interior; ENTRE o rio e a BR116, e ENTRE homem do mar e homem do mato. É essa mediação refletida nesse ENTRE, que também nos situa ENTRE as histórias de vida e as políticas públicas.

Entender a identidade desse território buscando suas contradições e ambiguidades também pode ser a busca por um posicionamento político, não de fixação de uma identidade dura e rígida sobre o que somos ou fomos.

Se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é, nas próprias linhas de fronteira, nos limiares, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível. Aqui, mais do que a partida ou a chegada, é cruzar a fronteira, é estar ou permanecer na fronteira, que é o acontecimento crítico. [...] A possibilidade de "cruzar fronteiras" e de "estar na fronteira", de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma denominação do caráter "artificialmente" imposto das identidades fixas. O "cruzamento de fronteiras" e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade. (SILVA, 2000, p.89)

Não podemos negar características que se mostram constantes ao longo dos tempos no Vale do Ribeira, porém identificar a predominância das transições como marca nas diversas áreas de estudo, como geográficas, arqueológicas, históricas e econômicas (eixo sul-sudeste) significa identificar também esse território como um território que situa³⁴ um movimento e que não situa as dimensões humanas, e limita a compreensão das diferentes características que circundam a história do Vale.

Ainda assim, a existência de uma identidade de transição não pode ser argumento para não se pensar políticas ou ações específicas para as diversas demandas da região. Durante muito tempo, pode ser sentido certo esquecimento da

³⁴ Citação da ideia trabalhada durante a orientação de tese pelo professor Ademir Alves da Silva sobre território para situação e não para situar dos sujeitos.

Região como um território de potencialidades, e frequentemente lembrado pelos aspectos negativos, como a pobreza, altos índices de desigualdade e vulnerabilidade social.

Ora, se o berço dos primeiros agrupamentos de homens pré-históricos de que se tem notícia no estado de São Paulo tem como cenário essa Região, é inegável seu valor histórico e cultural, muitas vezes negado a essa população.

A rigor, não eram uma coisa nem outra, provavelmente um híbrido dos dois. Sua vida social emulava certos comportamentos de moradores do litoral, mas seus traços físicos lembravam, em alguns casos, os de habitantes do interior do Brasil. Eram talvez um reflexo da geografia que os abrigou: viviam geralmente próximos às margens dos cursos de água de uma zona de transição ambiental entre o planalto e a costa, o vale do rio Ribeira do Iguape, no sul do Estado de São Paulo, perto do Paraná. (PIVETTA, 2005, p.38)

Geograficamente, de certa forma, a região se perpetuou como uma zona de transição desde a pré-história. Essa zona de transição natural também é expressa numa zona de transição econômica e cultural, até os tempos atuais. O Vale do Ribeira possui influência tanto do seu estado de origem – São Paulo – quanto do estado vizinho - Paraná.

Estudos de arqueologia recentes descobriram que o primeiro paulista a ter registro viveu há 10 mil anos no Vale do Ribeira, o que permitiu reafirmar essa região como uma zona de transição, seguindo as condições e hábitos que esse primeiro paulista apresentou:

Paralela à costa brasileira, há uma barreira natural de montanhas que dificulta o acesso ao interior. "O Vale do Ribeira é um corredor natural que liga o continente ao litoral", recorda Sabine Eggers, do Instituto de Biociências da USP, principal autora do trabalho publicado quarta-feira na PLoS One. "E Luzio foi encontrado ali, no meio do caminho."

Apesar de se alimentar como um homem do interior, perto dos seus rastros foram encontrados dois dentes de tubarão que sugerem contato com o litoral.

Além disso, estava enterrado em um sambaqui - estrutura construída com conchas pelos nativos. (GONÇALVES, 2011, p.1)

Não por acaso, provavelmente esse corredor natural, sendo desde a pré-história uma rota humana, também tenha facilitado a construção da maior rodovia federal do país, a BR116.

Figura 12: Rodovia Br116



Fonte: Ministério dos Transportes.

Ao contrário da máxima³⁵ divulgada aos quatro cantos, arriscamos afirmar aqui que a região do Vale do Ribeira é a mais rica do estado de São Paulo, onde se localiza a maior reserva de Mata Atlântica do Estado mais rico, economicamente, do país. Esse paradoxo faz com que a preservação ambiental seja uma barreira ao avanço do capital “desse Estado mais rico” e, talvez, por isso, faça com que essa região carregue um falso estigma de “região mais pobre do Estado de São Paulo”. Nossa identidade como Região “empobrecida” depaupera ou deixa de lado também o valor cultural, histórico e identitário desse povo. Não caberá neste trabalho uma discussão ampliada sobre os indicadores de “qualidade de vida”, mas fundamentalmente, se temos uma perspectiva crítica com relação às relações entre capital e trabalho, é inevitável pontuar que, para nós, um indicador que vincule qualidade de vida a desenvolvimento econômico nos parece frágil demais para perpetuar um estigma tão profundo, nas relações dos homens e mulheres com seu território.

³⁵ A máxima, quase clichê, que caracteriza o Vale do Ribeira como a “região mais pobre do estado de São Paulo.”

Não se trata de negação à desigualdade e ao baixo índice de desenvolvimento econômico, que é real e vivido cotidianamente pela população, mas sim, de negar uma identidade pautada e imposta pela miséria, pelo valor do capital. Parece-nos que há um interesse subjetivo no silenciamento de uma identidade de potencialidades do Vale do Ribeira, quase como na invisibilidade atribuída à identidade da População em Situação de Rua. Estão, nesse aspecto, território (Vale do Ribeira) e População em Situação de Rua, nas beiras, nas margens de um lugar quase que invisível do ponto de vista científico e social:

Assim, o real bem-estar tem de envolver também aspectos ambientais. Da mesma forma que não se pode considerar que tenha uma vida de qualidade uma pessoa que viva em cenários idílicos e hígidos, mas sem acesso à educação, aos serviços de saúde e à tecnologia contemporânea, tampouco pode ser bom ter tudo isso se não se tem um ambiente natural e saudável em torno. O conceito de qualidade de vida é aqui proposto como um conceito no qual a questão ambiental se agregue aos demais itens hoje mensurados pelo IDH. Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais. (HERCULANO, 2000, *on-line*)

É inegável o contraste que se apresenta ao estudarmos o Vale do Ribeira, que, em muitos outros aspectos, para além do econômico, reúne uma diversidade riquíssima de história, de aspectos geográficos, sociais e culturais. Esse real valor da identidade que propomos aqui nos traz relativa força de aproximação com relação ao que Milton Santos (2014, p.63) chama de "direito ao entorno". Poder, ocupar de uma maneira geral o espaço sem grande avanço das leis de mercado como nas grandes cidades, ainda que já se note algum avanço a esse respeito em diversas cidades da região, onde:

A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao encontro. Fala-se em ecologia, mas frequentemente o discurso que conduz à maior parte das reivindicações se refere a uma ecologia localizada, enraivecida e empobrecida[...] Enquanto a literatura científica sobre o meio ambiente se avoluma e, mesmo, se enriquece, os manuais de ação pública confundem os que deviam esclarecer e, afinal, não protegem.[...]O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente.(SANTOS, 2014, p.64-65)

Para alguns estudiosos, a própria preservação das riquezas do Vale do Ribeira desacelera o processo de desenvolvimento econômico de exploração desse território, o que traz um ritmo diferente, um tempo menos acelerado que nas capitais.

O que parecia ser um tesouro encontrado, em forma de riqueza natural, passou a ser o pesadelo e a impossibilidade de existência dessa população moradora em comunidades rurais. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por ações do Estado no que se refere à legislação ambiental e sua regulamentação nas Unidades de Conservação, que restringiram as possibilidades de explorações econômicas na região do Vale do Ribeira. Conhecido de décadas passadas como o Nordeste Paulista pela pobreza e os baixos indicadores de condições de vida, o Vale permaneceu estagnado até então [...]. (ROMÃO, 2006, p.20)

Uma das alternativas estimuladas, principalmente a partir dos anos 2000, foi a valorização das riquezas naturais, dos povos tradicionais e da cultura regional para o desenvolvimento turístico da região. Socialmente, a identificação da região como a mais pobre do estado de São Paulo, durante décadas, provocou uma identificação da população com a pobreza. O contraponto é um trabalho de valorização dessa região também de resgate de identidades e de re-apropriação da própria história.

Somam-se à riqueza natural da região séculos de história, o que faz com que apresente um legado cultural brilhante, fruto de um patrimônio histórico e cultural forjado desde os primórdios da ocupação da região anterior ao próprio descobrimento do Brasil. O ecoturismo - como modalidade do turismo que respeita o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade - configura-se como uma das alternativas mais apropriadas ao desenvolvimento local no Vale do Ribeira. (ROMÃO, 2006, p.20)

Apesar da apresentação do ecoturismo como uma possibilidade de desenvolvimento da região, essa alternativa pressupõe um trabalho articulado entre as cidades que integram esse local. Essa articulação ainda é um desafio não só para se pensar o ecoturismo, mas também para pensar qualquer ação integrada de políticas sociais na região. As dificuldades orçamentárias das cidades fazem as gestões municipais atuarem no plano das emergências, não são apresentadas como prioridades, ações de médio e longo prazo, de âmbito regional.

Esse contexto se replica na realidade do atendimento das Políticas Sociais, no âmbito regional, e de ações integradas entre os municípios. Na Política de Assistência Social, campo principal de nossa pesquisa, um dos relatos mais comuns foi a falta de ações integradas de prevenção e de articulação de uma rede regional de proteção social. Foram frequentes depoimentos que afirmam a existência de

reuniões periódicas (uma vez ao mês), na DRADS -Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, porém que esses encontros geralmente são voltados à equipe gestora.

Um dos depoimentos que nos chamou atenção e que representa o sentimento de muitos técnicos entrevistados com relação a esta tentativa de atuação em rede, foi o seguinte:

[...] sabe quando você vai cansando? Eu nunca vi um fórum regional, uma reunião que seja pra gente que trabalha com morador de rua. Desde que eu cheguei no Vale, eu nunca vi um fórum, uma coisa assim relacionada ao trabalho com morador de rua. E eu sinto falta disso. (Técnica 3)

A técnica relata que a falta de articulação se dá não somente na questão do atendimento a pessoas em situação de rua, ela cita o exemplo dos episódios naturais de enchente, que, periodicamente, tornam-se uma demanda da assistência social, que, apesar de tantos anos tendo isso como emergência, nunca se articulou em rede para montar um protocolo de atendimento regionalizado ou um guia de orientações.

Em outra cidade visitada, entrevistamos uma técnica que relatou já ter tido trabalhos articulados regionalmente via DRS-Diretoria Regional de Saúde, mas que isso se dava em casos de pessoas em situação de rua, em quadro de emergência psiquiátrica. Sem a efetivação documental ou pactuação mínima para um atendimento em rede.

Em 5 das 13 cidades visitadas, deparamo-nos com o termo “*EUquipe*”, pronunciado pelos técnicos entrevistados. Eles fazem um trocadilho bem-humorado com a situação que acabam vivendo cotidianamente, nos órgãos gestores, no trato com a média e alta complexidade do município. Por serem cidades de porte pequeno, não há grande investimento em técnicos multidisciplinares vinculados ao órgão gestor da Assistência Social, o que se encontra na maioria dos casos é um gestor que via de regra não possui formação na área e nem o apoio de um técnico da área psicossocial. Fato que acaba reduzindo em “*EUquipes*” a atuação junto às demandas de rupturas de vínculos e violências mais graves. Nesse contexto, foi comum perceber que a demanda priorizada, dentro de um contexto sobrecarregado de casos, são aqueles que já passam por um âmbito de justiça e cuja resposta deve ser dada judicialmente. Quando não se enquadram nesses casos, pudemos perceber que a prioridade são os casos de crianças, adolescentes e idosos, o que

torna o trabalho com a demanda da população em situação de rua ainda mais pontual e paliativo.

Apesar da proximidade física das cidades, ainda existem fronteiras a serem superadas na atuação em rede, nas mais diversas demandas, até mesmo porque as pessoas se movimentam nesse espaço de maneira muito frequente e, muitas vezes, o tempo desses movimentos não é acompanhado pela rede de proteção social.

Em consequência a esta falta de articulação regional, são identificadas práticas de fundo higienista tanto nas falas dos técnicos quanto na fala da população em situação de rua entrevistada. Em dez cidades visitadas, os técnicos relataram práticas chamadas de “pinga-pinga”, que constitui em dar passagem rodoviária ao “itinerante” até a próxima cidade, ou seja, o indivíduo vai “pingando” de cidade em cidade e de ônibus em ônibus até o destino, que, muitas vezes, não será a cidade onde serão garantidos seus direitos, e sim, uma cidade aleatória onde ele passará um determinado tempo e retornará à itinerância.

[...] essa senhora que eu te falei, ela vive aqui na rua, não aceita muita ajuda, ela recebe um benefício e se sustenta. Então têm vezes que ela fica aqui e quando está aqui fica na rua, e têm vezes que ela some. Aí com certeza ela foi para a casa dos parentes na baixada santista, mas não demora muito ela volta. (Técnica 12)

O fato relatado pela “Técnica 12” revela que as próprias condições ofertadas à devida demanda geral, da média e alta complexidade, faz com que não haja um alcance mais efetivo, e para além do benefício, com esgotamento de qualquer possibilidade de intervenção multiprofissional e contínua nessa ausência de laços sociais e familiares, apresentados pela “senhora” que mora nas ruas da cidade.

Pensar em alternativas em longo prazo e que envolvam profissionais de diferentes áreas não é apenas um desafio pontual. Este perpassa o plano das necessidades imediatas dos indivíduos em situação de rua e extravasa ao plano de planejamento e do pensar as Políticas Públicas, para a População em Situação de Rua. Essa não nos parece uma questão específica do Vale do Ribeira, foi uma fala também levantada e registrada no relatório (2006) do I Encontro Nacional, sobre População em Situação de Rua, realizado em 2005, em Brasília.

Anita Gomes dos Santos, integrante do Fórum de População de Rua de Belo Horizonte (MG), reclamou a ausência de representantes de outros ministérios implicados na formulação da política para população em situação de rua no Encontro promovido pelo MDS. Nessa direção, a estratégia mais reforçada pela expositora foi a articulação entre as políticas públicas que possuem interface com a questão da população em situação

de rua, e a conquista do apoio da iniciativa privada no processo de reintegração produtiva desse segmento. (BRASIL, 2006a, p.20)

Assim como Anita Gomes dos Santos, outra fala que nos chama atenção no relatório desse encontro, que também vai ao encontro da crítica à falta de envolvimento das demais políticas públicas/sociais, na atenção e proteção dessa população, foi:

[...] Uma coisa que eu bato muito hoje, e acho que daqui para frente pode ser construído, é a questão intersetorial, que é pensar em criar alternativas de saída. Alternativas de saída. Não é mais de saída das ruas. Essa etapa dura de convencimento da pessoa aceitar o albergue ou aceitar moradia, ou aceitar o bolsa aluguel. Essa etapa está muito trabalhada e tem muitos agentes contratados e a gente persiste nas alternativas de saída pós-albergue. **Não é mais um problema de assistência social única e exclusivamente à população de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. Porque vai levar a culpa de todas as falhas.** E ao mesmo tempo em que nós também ficamos improdutivos e ficamos inutilizados, porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. **Secretaria da habitação, secretaria do trabalho e da saúde, ministérios, têm que assumir esse compromisso.** Hoje aqui em Brasília o morador de rua, cadê o ministro do Trabalho, cadê o ministro da Saúde? Cadê o ministro da Habitação? Então são essas coisas, desculpe-me emocionar, é que eu tenho muitas marcas da rua e eu luto para vencer, mas isso é muito difícil. Então cadê esses políticos, cadê a participação deles, cadê o orçamento da assistência que vai para fazer asfalto e revitalizar cidades, que expulsa pessoas como cachorros? (...) a polícia pode chegar batendo, as pessoas podem matar que não são punidas. **Essas coisas precisam mudar. E é isso que a população de rua precisa. Ser tratada com seriedade, não como um problema, mas como cidadãos.** (BRASIL, 2006a, p.21-22, grifos nossos)

Diante dessas afirmações que “ilustram” o cenário nacional na dimensão de Ministérios Federais, pudemos perceber que essa falta de “comprometimento” das outras áreas acaba como consequência colocando toda a proteção social desse segmento da população nas “costas” da Assistência Social.

Essa atribuição prioritariamente dada à Assistência Social, no caso do Vale do Ribeira, pode ser notada tanto no relato dos técnicos e da população em situação de rua, entrevistados, quanto na própria observação que obtivemos para aproximação do campo empírico. Em nossos contatos com as Prefeituras, perguntamos pelo setor que atendia tal demanda, prontamente éramos encaminhados a ligações e ramais da gestão da política pública de assistência. Em nenhuma das 14 prefeituras contatadas, no início dessa pesquisa, o direcionamento foi para gestão de saúde, educação, habitação, etc.

Esse panorama nos conduziu, o tempo todo, aos profissionais da área de Assistência Social, que sempre eram referenciados tanto por gestores quanto pela própria população como os sujeitos mais próximos dessa população. Dentro do contexto da gestão e execução da política pública de Assistência Social, assim como no contexto nacional, a área de formação predominante entre os entrevistados é a de Serviço Social (11 técnicos entrevistados), seguida da área de Psicologia (3 técnicos entrevistados) e, por fim, área de Educação (1 entrevistado).

Tudo isso reafirma, em todos os aspectos, que as ações, projetos, programas de políticas sociais que materializam ou deveriam materializar direito sociais, ainda são restritos à área da Assistência Social, cujo trato direto com essa população é feito na maior parte das vezes por assistentes sociais e psicólogos. Esse panorama repercute diretamente na ideia de universalização de acesso às políticas públicas previstas na Política Nacional, para População em Situação de Rua, que estabelece:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - **assegurar o acesso amplo**, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as **políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda**;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para **atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais** direcionadas às pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2009a, grifos nossos)

Sabemos que o tempo de efetivação e pactuação formal e informal, de uma normativa legal, não se dá na mesma data do decreto assinado. Existe, a partir do decreto nº 7053 de 2009, e de todo avanço de lutas na perspectiva de direitos sociais voltados à População em Situação de Rua, principalmente a partir dos anos 2000, um avanço significativo no processo de reconhecimento dessa população como parte de uma sociedade.

Talvez estejamos num processo de latência entre as normativas legais e a efetivação concreta desses direitos e do reconhecimento desse segmento populacional.

Quanto mais distante nos parece o alcance dos direitos dessa população, mais distante está o contexto de sua vida e de sua história, no tocante à política pública, ou seja, não é possível alcançar esse segmento sem antes atingir e compreender o chão da sua vida e o que há de comum nessas histórias.

O quadro que segue busca sintetizar o que houve de comum entre as trajetórias de vida das dez pessoas entrevistadas em situação de rua, no Vale do Ribeira.

Quadro 4: Síntese das histórias de vida

Sujeito	Idade ³⁶	Gênero	Cidade	Vínculo com a Rua e relato breve da vida
Sujeito 1	52	Masc.	Eldorado	Atualmente não permanece nas ruas, há algum tempo permanecia na praça da cidade. Possuía um vínculo de amizade muito forte com a população em situação de rua de Eldorado, sendo uma pessoa que, por conta desse vínculo, acabava apresentando histórico de rua também. Por vezes, acolhia essas pessoas em uma residência cedida pela irmã.
Sujeito 2	32	Masc.	Eldorado	Atualmente está em situação de rua, possui familiares na cidade. Apresentou histórico de itinerância e forte vinculação desse histórico com o consumo de substâncias psicoativas do álcool até o vício em crack. Relata que passou cerca de quatro meses na região conhecida como Cracolândia, em São Paulo. É possível identificar que Pedro possui suas raízes na região rural do município, e em seu relato, ele evidencia que a venda e consumo de drogas chega até mesmo onde não chegam os serviços. Ele diz: <i>"lá não chega pizza, mas a droga chega de monte."</i>
Sujeito 3	60	Masc.	Jacupiranga	Possui histórico de rua. Seu relato chama atenção pelo tom de tranquilidade apresentado. Há um certo grau de conformidade com a condição de vida que atualmente tem. Ele diz: <i>"é assim, a pessoa vai ficando mais velha, a norma é ir se isolando mesmo, já não é a mesma coisa"</i> . Relata possuir família e quando perguntado sobre esse contato, diz: <i>"é aquilo, cada um tem sua vida, suas preocupações, não gosto de dar trabalho, me viro melhor sozinho"</i> .
Sujeito 4	56	Fem.	Jacupiranga	A única mulher entrevistada. Possui vínculo familiar com a região, mas também apresentou período de itinerância em cidades do Vale. É marcante o depoimento da Sra. T. Sua fala é pautada nas violências que sofreu ao longo da vida. Emocionou-se muito durante o relato de vida.
Sujeito 5	60	Masc.	Pedro de Toledo	Abordamos Sr. J. na rodoviária, por indicação e intermédio de taxistas. Ele inicialmente aceitou a entrevista, sentou ao lado, mas à medida que a conversa foi se desenvolvendo, ele saiu demonstrando um grande nervosismo dizendo que: <i>"não quero mais conversa, chega disso"</i> . No momento isso nos causou certo espanto, pois não existiu nenhuma pergunta ou alguma fala que pudesse, em nosso entendimento, ter causado essa reação. Um dos taxistas relata: <i>"nunca ninguém conversa com ele, sabe, ele deve ter assustado, não tá acostumado na conversa."</i>
Sujeito 6	50	Masc.	Registro	C. é Colombiano, fugiu de casa aos 12 anos e nunca mais voltou nem teve contato com a família. Desde então passou a vida viajando, se vincula aos lugares por meio de trabalhos informais, que não ultrapassam longos períodos, fazendo com que sua vida seja caracterizada e marcada pela itinerância nos países da América Latina, mas principalmente nos Estados Brasileiros. Não possui nenhum tipo de vínculo com a região. Mostrei no computador as paisagens que ele dizia ter saudade na infância, ao que ele chorando e emocionado, repetia: <i>"que lindo! Que lindo, no?!"</i>
Sujeito 7	49	Masc.	Registro	Possui vínculo na região, tendo seus familiares morando aqui quando ele ainda era criança. Não possui mais parentes nesta região atualmente, Sr. R. possui um forte sotaque carioca e nos chamou atenção por estar de passagem por Registro com uma bicicleta. Ele relata que costuma ir até onde dá dessa forma, muitas vezes precisa vender, andar um pouco de ônibus, mas assim que consegue juntar uma <i>"verba"</i> , ele adquire outra e segue. Sua vida é marcada pelo descompasso das rupturas, mágoas e traumas de infância.
Sujeito 8	39	Masc.	Registro	Não possui vínculo na região. Estava de passagem para o Sul do país onde relatou ter família. Sua trajetória de vida desde a infância está relacionada com violências físicas e psicológicas, medidas de restrição de liberdade. Sentimos muita dificuldade de aprofundar algumas questões. Disse que após sair de cumprimento de pena, tentou emprego no litoral da baixada santista, ficando em situação de rua em Ubatuba e conseguiu vir para Registro de carona e passagens nos serviços de Assistência.
Sujeito 9	35	Masc.	Registro	Possui vínculo na região e familiares morando em diversas cidades do Vale. O caso de G. nos chamou muita atenção, pois ele apresenta vários cortes nos braços, ao nos aproximarmos e perguntarmos, ele relatou logo de cara que ele mesmo se mutilava com pedras, lâminas de barbear ou qualquer outro objeto cortante. O braço apresentava marcas recentes ainda com sangue evidente e marcas mais antigas, já cicatrizadas. George se comunica bem, mas apresenta alguns comportamentos de comprometimento de saúde mental. Ele presenciou o assassinato da mãe, quando ainda era criança e diz que se culpa muito por isso, diz que sente um alívio dessa culpa quando se corta. Ele diz em tom <i>"blasé"</i> : <i>"eu não ligo de ficar na rua como não ligo de ficar preso na cadeia, quando eu enjoar da rua faço alguma coisa e volto pra lá"</i> , se referindo à cadeia. Relata que consome drogas <i>"desde sempre"</i> e <i>"todo o tipo de drogas"</i> . G. diz que não sente mais os efeitos das drogas, que não tem medo de nada mais na vida. Marca da vida também em processos de violências e rupturas.
Sujeito 10	53	Masc.	Registro	A. é um dos casos mais evidentemente graves ao percorrer o olhar na rua onde se encontram as pessoas em situação de rua, em Registro. Seu rosto é extremamente inchado e vermelho escuro, a pele está toda descamando e os lábios com rachaduras profundas. Sua fala, apesar de clara, é comprometida pela dor de dente que ele, ao se aproximar, logo indica <i>"to com muita dor na boca, desculpe se não conseguir falar muito"</i> . A. se emociona logo no primeiro instante da entrevista, quando a Assistente Social o aborda para que ele venha para a entrevista. Durante toda a entrevista A. chorou. A principal marca de seus relatos é a ausência do afeto familiar. E marcado pelas separações, ele repete, por diversas vezes: <i>" quero ter uma família, uma mulher, encontrar meus filhos de novo."</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁶ Estabelecemos uma média de idade, uma vez que nem sempre foi possível acesso à documentação dessa população.

Em todas as histórias de vida, foi possível perceber que o tempo é marcado pelas rupturas, característica que se confirma como comum entre a população em situação de rua, em âmbito nacional.

A assistência social, política pública pela qual fomos conduzidos às histórias de vida dessas pessoas, ainda é referenciada por estas como uma ajuda, um apoio. Em nenhuma fala foi possível ouvir a dimensão de direito social, quer seja na assistência social ou em qualquer outra passagem da vida relatada.

As histórias de vida ainda se encontram no mesmo meio-fio no qual está também a Política Nacional para a População em Situação de Rua, muito pouco citada pelos próprios técnicos entrevistados. A atuação direta com essas pessoas se mostra pontual, sendo que, em apenas três cidades, foi possível ver, na prática, profissionais com vínculo com essa população até mesmo indo junto abordar e chamar para as entrevistas.

Em todos os relatos de história de vida, o sofrimento é relatado, e suas dimensões são agravadas pelo preconceito que sofrem ao transitar minimamente pela cidade. Muitos, principalmente os entrevistados em Registro-SP, relatam ter vivido ou acompanhado casos de práticas de higienização social, ora mediadas pela polícia, ora por pessoas vinculadas à prefeitura. Esse relato também entra em consonância com cinco entrevistas feitas com técnicos de outros municípios, que pontuam o mesmo tipo de ação referenciando o mesmo nome de pessoa envolvida em ações de ameaça à população itinerante ou de práticas higienistas, como lotação de carro com moradores de rua e abandono dos mesmos nas praças ou marginais, perto das cidades, sem qualquer encaminhamento técnico.

Essa talvez tenha sido uma das questões mais graves encontradas com relação à violência simbólica e até física a essas pessoas. É importante enfatizar que, na oportunidade da entrevista dos técnicos, na cidade de Registro-SP, em momento algum percebemos ou foi relatada alguma ligação dessas práticas com a equipe responsável por essa demanda.

O que nos cabe enquanto pesquisadores não é o caráter de denúncia nem de fiscalização dessas práticas, mas sim, identificar as práticas, ainda existentes, e registrá-las, teoricamente, para que, de alguma forma, neste processo de luta por direitos, essa população não sofra mais violências como as impostas pelo próprio processo de luta pela sobrevivência nas ruas.

É interessante citar que um aspecto positivo encontrado, na maioria dos relatos das pessoas em situação de rua, é a existência de um vínculo de solidariedade e proteção entre essas pessoas, e mesmo nas cidades onde existe grande fluxo de itinerantes, os “fixos” acabam encaminhando e ensinando o “mangueio” para chegar até a assistência social, ou para suprir as necessidades enfrentadas pelos “itinerantes.”

Nesse aspecto, mesmo com possíveis nuances de preconceitos e estigmas, o trânsito e a apropriação das cidades pelos moradores de rua, tanto fixos quanto itinerantes, mostrou-se facilitado e mais tranquilo que nas grandes cidades. Tal fato talvez se dê, principalmente, porque devido ao próprio tamanho das cidades, “não passa em brancas nuvens” nenhum fato de violação de direitos.

CONSIDERAÇÕES

Há mais de quatro anos, entrávamos por um caminho desconhecido, uma área de atuação profissional nos exigiu não apenas uma atuação e um trabalho comprometido com e para a População em Situação de Rua, em Registro, entretanto mais que isso, era um convite para pensar uma realidade quase invisível, numa região do país tão pouco estudada e visitada academicamente.

A População em Situação de Rua, no Vale do Ribeira, tem poucas características que a diferencia da maioria desse segmento, em outros locais do Brasil e do mundo. Talvez a principal delas seja a existência de um grande fluxo de pessoas em situação de rua que param na região, mas estão só de passagem, ou para o Sul do país, ou para o Sudeste, são os popularmente conhecidos “trecheiros” ou “itinerantes”. Este grande fluxo de pessoas, “de passagem”, produziu, durante muito tempo, um preconceito sobre a população em permanente situação de rua, nas cidades da região. Era comum ouvir dizer *“esse pessoal não é nosso”* ou *“esses moradores de rua são despejados de outras cidades, as prefeituras desovam eles aqui.”*

Seria impossível tratar essas questões e entender melhor essa população sem de fato estudar o Vale do Ribeira, território e contexto desse segmento da população. Era interessante perceber o ar de espanto das pessoas, quando fora do Vale eu falava e compartilhava meu tema de pesquisa, era frequente a surpresa em constatar que a situação de rua não é uma particularidade das grandes cidades e centros urbanos. As consequências das desigualdades advindas do próprio sistema produtivo repercutem em todos os cantos, inclusive nos interiores, e se alastram rapidamente. São as expressões da questão social tão estudada e trabalhada na área do Serviço Social.

Com a pesquisa, foi perceptível que o perfil dessa população no Vale do Ribeira é muito próximo do perfil nacional, majoritariamente homens, em idade adulta, sem trabalho formal, com diversas rupturas sociofamiliares, ao longo da história de vida.

A relação com os direitos sociais dessas pessoas é também distanciada no contexto do Vale do Ribeira, até mesmo as políticas públicas/sociais, que deveriam mediar esse processo de alcance, mostram-se ainda muito pouco próximas a essa

população, quase não aparecendo na perspectiva de direito, na fala dessas pessoas.

Quando perguntadas sobre o acesso aos direitos, ou referenciam passagens da vida ligadas a aspectos jurídicos, ou acabam por falar da ausência de moradia. A Assistência Social, política pública que mediou o contato com os sujeitos de pesquisa, ainda, na visão dos entrevistados, é referida como ajuda, e em alguns momentos, é possível identificar nas falas um sentimento de acolhimento quase maternal pelos trabalhadores da assistência social.

Aspectos como a prática de higienização social ainda são marcas muito evidentes em todas as cidades visitadas, seja no relato dos técnicos, quando denunciam a prática de colegas de cidades vizinhas, seja no próprio depoimento das pessoas em situação de rua entrevistadas.

Fica claro que as histórias de vida bem como o cotidiano de rua e de rupturas, vividas por essa população, ainda encontram-se no meio-fio daquilo que se propõe a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua. No contexto do território do Vale do Ribeira é ainda mais evidente, visto que há um baixo investimento em Políticas Sociais de uma maneira geral, situação que distancia ainda mais a prioridade de atendimento a essa população. Sendo elencados casos mais graves e emergenciais para os atendimentos, na maioria das vezes, pessoas que entram em emergência psiquiátrica, ou com o consumo abusivo de substâncias psicoativas, tornam-se alvo de denúncia dos comerciantes e moradores das zonas onde essas pessoas permanecem.

A falta de conhecimento e reconhecimento dessas pessoas sempre chamou atenção, e durante esse processo de mais de quatro anos de pesquisa e observação, foi possível perceber certos avanços com relação ao trabalho e até mesmo a aceitação desse segmento da população pela sociedade. Nas cidades visitadas nessa pesquisa as pessoas entrevistadas formal e informalmente, não observamos um trato pejorativo ao tema, e, por consequência, demonstraram certa compreensão da condição desse segmento da população como cidadãos.

Um problema apontado com unanimidade por todos os técnicos entrevistados é a inadmissível prática de “pinga-pinga”, que ainda é muito frequente na região. Todos citam a necessidade de pactuar uma ação regionalizada para atendimento a essa população, principalmente aquela cuja característica é a intinerância. Muitos desses técnicos acreditam que se for estabelecido um fluxo para esse atendimento,

até mesmo o trato com as pessoas em situação de rua pode melhorar, principalmente porque abriria um canal para troca de experiências, fundamental para que o técnico não se “acomode” em atendimentos pontuais e emergenciais a essa população.

Nos três CREAS existentes na região apenas um atende e tem um fluxo estabelecido para atendimento da demanda, sendo que nos outros dois municípios, mesmo com a existência de CREAS, a demanda da população em situação de rua ainda é vinculada e atendida no órgão gestor assim como nos demais municípios.

É importante dizer que esse estudo não tem a pretensão de esgotar o debate acerca desse tema, no Vale do Ribeira e, pelo contrário, ao longo dos estudos e caminhos percorridos, ficou claro que ainda há necessidade de muita produção para subsidiar ações mais efetivas à população em situação de rua, no Vale.

Tanto do ponto de vista das pessoas em situação de rua quanto dos técnicos, a carência de atenção a esse tema torna quase emergencial a necessidade de debates e espaços para ampliar os direitos a essa população. Do ponto de vista técnico, pela falta de estrutura para se trabalhar com efetividade a Política Nacional para População em Situação de Rua, e no mesmo meio-fio, as pessoas que enfrentam o esquecimento diário dessa atenção.

Há ainda muito no que se avançar, mas os primeiros passos já foram dados.

REFERÊNCIAS

- AGUERRE, P.; DIAS, S. L. F. G; IIZUKA, E. S. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida. São Paulo. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, artigo 4, p.748–779, Rio de Janeiro, set. 2011.
- ARZA, J. **Personas Sin Hogar**. Espanha, 2008.
- BOCKOR, M. S. Corações da Rua. In: **Jornal Regional – Vale do Ribeira**. Registro, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://regionaljornal.blogspot.com.br/2011/09/coracoes-da-rua-encontro-aponta.html>>. Acesso em: 14 set. 2012.
- BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CABRAL, P. Vale do Ribeira culpa preservação pela pobreza. Publicado em: 27 de outubro, 2002. In: BBC Brasil.com. Disponível em: Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021027_barradb.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- CABRAL, F. L. A rua no imaginário social. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, vol. IX, núm. 194 (60). Barcelona: Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-60.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2005.
- CANTARINO, C. **A Organização Internacional dos moradores de rua**. Cienc. Cult. São Paulo, v. 57, n. 1, março 2005.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2008.
- CIAMPRua. **Relatório Preliminar do Seminário Internacional de Metodologias para pesquisa sobre população em situação de rua**. Disponível em: <<http://www.falarua.org/textos/pdfs/relatoriopreliminarseminariointernacionalmetpesqpoprua20jul.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2012.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.
- DAMATTA, R. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DINUCCI, A. L. O Cão: Imagens, Ditos Célebres, Comentários, Epigramas. In: **Prometeus Filosofia em Revista Viva Vox** – DFL -Universidade Federal e Sergipe. Ano 3 - n.5 Janeiro-Junho/ 2010.
- DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

DURIGUETTO, M. L. **A questão dos intelectuais em Gramsci**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.118, pp.265-293.

FALA RUA. **O Movimento**. Disponível em: <http://falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=80>. Acesso em: 09 mai. 2012.

FERREIRA, L. da C. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil**. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004.

FERRO, C. **Os desafios de SP nas políticas públicas para a população de rua**. Publicado 29/05/2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FRANGELLA, S. M. **Corpos Urbanos Errantes - Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo**. Doutorado em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: PUC-SP, 2006.

GONÇALVES, A. **Como vivia um paulista pré-histórico**: Estudo revela hábitos de Luzio, caçador que viveu há 10 mil anos; sua ossada, encontrada no Vale do Ribeira, é a mais antiga do Estado. Estadão Jornal Digital, São Paulo, 18 de setembro de 2011.

GUEIROS, D. A. A.; MESSIAS, D. M. relação Estado-família na perspectiva da proteção social. In: GANEV, E; SARAIVA, F. M.; VIEIRA, S. V. (Org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo: Terracota, 2012. p. 63-81.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. (Publicado no livro Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, Selene Herculano et al. (org.). Niterói: Eduff, 2000.

JUNQUEIRA, C. **Vale do Ribeira**: isolamento marca vele da pobreza paulista. Disponível em: <http://www.codivar.org.br>. 2006.

MELO, T. H. de A. G. **A Rua e a Sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Mestrado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, 2011.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIVETTA, M. Eu nasci dez mil anos atrás - Crânio encontrado em sambaqui de rio no Vale do Ribeira revela a cultura mais antiga de São Paulo. **Revista FAPESP** edição impressa nº 112 de junho de 2005.

PROENÇA, M. C. O. **A Cidade e o Habitar no Pensamento de Henri Lefebvre**. Dissertação Mestrado em Filosofia. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

RIO, J. do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1908.

ROMÃO, D. A. (org.). **Vale do Ribeira: Um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais**, 2006.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA.). **Pólo do Vale do Ribeira favorecerá Região mais pobre de SP**. Disponível em: < <http://www.agricultura.sp.gov.br/noticias/polo-do-vale-do-ribeira-favorecera-regiao-mais-pobre-de-sp/>> Acesso em: 19 jun. 2015.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A. “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Belo Horizonte – MG, 2012.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. Pesquisa Artigos. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

SILVA, A. A. da. **Fala que não estou...Concepções e tendências quanto às pessoas ‘em situação de rua’**. São Paulo, 2006.

SILVA, C. L. da. **Estudos Sobre População Adulta em Situação de Rua: Campo Para Uma Comunidade Epistêmica?** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e População de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **A produção social da identidade e da diferença**. (2005). Disponível em:<<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

SILVA, M. O. da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2, pp.155-163. ISSN 1982-0259. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>>

SOUSA, R. O. de. A praça como lugar da diversidade cultural. In: **Fórum de educação e diversidade**, n.4, 2010, Tangará da Serra. Mato Grosso: UNEMAT, 2010.

SPOSATI, A. **O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população**. Brasília, 2009.

UNICAMP. Sala de Imprensa: **Jornal da UNICAMP**. Edição 327. 12 a 25 de Junho de 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em 09 jun. 2013.

VIEIRA, E. A. **Políticas Sociais e Direitos Sociais no Brasil**. Comunicação & Educação, Brasil, n. 9, p. 13-17, ago. 1997.

BRASIL: Leis, Decretos, Portarias e Resoluções

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. Lei 8.742 de 07/12/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. (LOAS). Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. (DOU 28/10/2004). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2004/CNAS%202004%20-%20145%20-%2015.10.2004.doc>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**, 2006b. Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua**. Brasília, DF: SNAS; SAGI, 2006a. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3159793-Relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua.html> acesso em: 04 mai. 2014.

_____. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. D.O.U. DE 24/12/2009, P. 16. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 21 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009b. Disponível em: [file:///D:/Downloads/CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009%20(2).pdf)
Acesso em: 04 mai. 2014.

_____. Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.**

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2010/MS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20Parte%20I.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. Portaria Nº 139, de 28 de junho de 2012, altera a Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre o cofinanciamento de serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) e serviços de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua.** Brasil, 2012.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2010/MS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20Parte%20I.pdf> Acesso em: 05 mai. 2014.

ANEXOS

Anexo 1: a Política Nacional para a População em Situação de Rua



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V- desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X- criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

- I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;
- II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- III - Ministério da Justiça;
- IV - Ministério da Saúde;
- V - Ministério da Educação;
- VI - Ministério das Cidades;
- VII - Ministério do Trabalho e Emprego;
- VIII - Ministério dos Esportes; e IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V- propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V- pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

Anexo 2: Compilado de Informações sobre as 14 cidades pesquisadas (Fonte: SEADS)

BARRA DO TURVO

Figura - Mapa informativo de Barra do Turvo



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Segundo dados do SEADES (2016), Barra do Turvo foi fundada em 1852 e a criação de suínos bem como o cultivo de milho foram as primeiras atividades que se desenvolveram no município.

Em 30 de novembro de 1938 passou a ser um distrito da cidade de Iporanga, houve a construção de uma ponte que ajudou no desenvolvimento da cultura do feijão e a criação de gado.

Somente em 1964 Barra do Turvo se tornou um município autônomo, segundo SEADES (2016).

Atualmente possui uma população menor que 8 mil habitantes em um grau de urbanização que não atinge 50% o que imprime à cidade hábitos muito mais rurais que urbanos.

Figura – Tabela “Território e População” de Barra do Turvo.

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	1.007,67	12.132,68	248.222,36
 População	2016	7.665	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	7,61	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,14	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	44,46	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	63,67	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	24,53	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	15,62	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	108,06	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

O órgão gestor tem responsabilidade exclusiva da área de Assistência Social e é responsável também pela política de segurança alimentar do município.

Barra do Turvo possui Fundo Municipal de Assistência Social regulamentado através de lei própria.

Segundo estudos do MP-SP (2013):

Em Barra do Turvo percebemos que as questões relativas à posse da terra interferem também na gestão das políticas, sendo assim é dificultoso encontrar no município terrenos propícios para a construção de prédios públicos. (MP-SP, 2013, p.17)

Barra do Turvo tem um índice elevado de extrema pobreza com relação. À média geral do Estado e da Região.

Figura – Gráfico Extrema pobreza Barra do Turvo



A política pública de assistência social em Barra do Turvo, conta apenas com uma unidade de CRAS na região central da cidade e com o órgão gestor que também localiza-se na região central.

A cidade não possui entidades da rede privada de assistência social nenhuma ONG que seja conveniada ou parceira da política pública de assistência social.

CAJATI

Figura - Mapa informativo de Cajati



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Cajati foi distrito da cidade de Jacupiranga de 30 de novembro de 1944 até 30 de dezembro de 1991 data de sua emancipação político administrativa.

Devido à construção do Porto de Cananéia, no século XIX, a busca por ouro atraiu as atenções de Mathias de Pontes na terra e na época chamada de Cachoeirinha, SEADES (2013).

A extração de minérios teve papel fundamental para o desenvolvimento de Cajati:

[...] foi no século XX que suas terras obtiveram maior evidência, quando se descobriu a possibilidade de exploração das jazidas locais, situadas sobretudo no Morro da Pedra Cata-Agulha. O engenheiro de minas Theodor Knecht, do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, desempenhou importante papel na confirmação do valor mineral do solo daquela região, rico em magnetita e apatita. Na mesma época, a Moinho Santista, que fabricava somente tecido, pediu autorização ao Governo do Estado para iniciar a exploração do calcário. Em 1939, período em que se iniciaram as atividades de lavras de apatita, a Serrana S/A de Mineração construiu uma

vila de operários no local onde havia apenas casebres de trabalhadores dos bananais. (SEADES, 2016, *on-line*.)

Mesmo com um atrativo importante como a extração de minérios o crescimento econômico da cidade teve um ritmo lento devido a dificuldade de comunicação com as grandes cidades:

A exploração de minérios assumiu maior importância no crescimento de Cajati a partir da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimento, contudo, foi bastante lento devido à dificuldade de comunicação, comum às cidades daquela região. (SEADES, 2016, *on-line*)

Atualmente Cajati possui uma população de aproximadamente 28 mil habitantes:

Figura – Tabela “Território e População” de Cajati

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	454,44	12.132,68	248.222,36
 População	2016	28.601	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	62,94	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,13	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	73,71	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	50,22	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	24,21	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	12,16	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	101,61	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

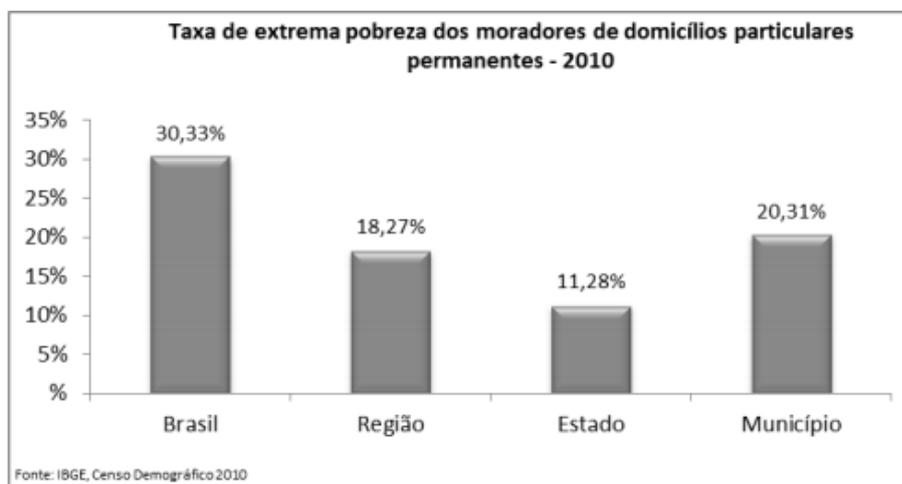
O índice de urbanização da cidade é consonante com o índice de urbanização da região alcançando mais de 70% de território urbano numa área total de 454,44km².

A Política Pública de Assistência Social no município conta com dois CRAS um localizado na região central e outro na Vila Matias. Com relação ao atendimento à média e alta complexidade a cidade conta com um CREAS localizado na região central da cidade.

A rede privada de assistência social conta com o convênio de uma entidade socioassistencial.

Com relação à taxa de extrema pobreza podemos observar o seguinte gráfico:

Figura – Gráfico Extrema pobreza de Cajati



É possível observar que a taxa de extrema pobreza de Cajati também possui um índice elevado com relação ao índice do estado e está na média da taxa registrada pela região.

CANANÉIA

Figura - Mapa informativo de Cananéia



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Cananéia registra sua história no ano de 1531 quando serviu de porto para Martim Afonso que chamou a Ilha de Bom Abrigo. Cananéia possuía, para Martim, boas condições de alimentação e servia de abrigo contra o forte vento que enfrentava (SEADE, 2016).

Antes da chegada de Martin já habitavam Cananéia, por volta de 1502 e com boa convivência com os índios Carijós, um integrante da expedição de Américo Vespúcio – o bacharel – Antonio Rodrigues.

E mais uma vez a dificuldade de acesso faz com que haja a desistência de permanência fazendo com que haja deslocamento desses “pioneiros” pelas cidades do Vale:

Entretanto, devido à dificuldade de acesso ao continente, os habitantes foram obrigados a se transferirem para Ilha Comprida, onde fundaram a primeira vila de Coroa Portuguesa em terras brasileiras, Maratayama, nome do cacique do lugar. (SEADE,2016,*on-line*)

A história de Cananéia e sua importância no contexto da História do Brasil, reafirma a importância e o valor, cultural e histórico do Vale do Ribeira.

Mais tarde, a população de Maratayama retornou à Ilha de Cananéia, provavelmente em busca de água potável e de terrenos mais planos e secos para o desenvolvimento de suas culturas. Em 113 de julho de 1600, foi criada a vila de São João Batista de Cananéia. E em 20 de dezembro de 1905, recebeu sua denominação atual. (SEADE,2016,*on-line*)

Cananéia registra um significativo acervo histórico da época dos primeiros povoados e vilas no Brasil.

Atualmente Cananéia tem pouco mais de 12 mil habitantes em território predominantemente urbano contrastando com sua grande riqueza ambiental e ribeirinha-caiçara.

Figura – Tabela “Território e População”

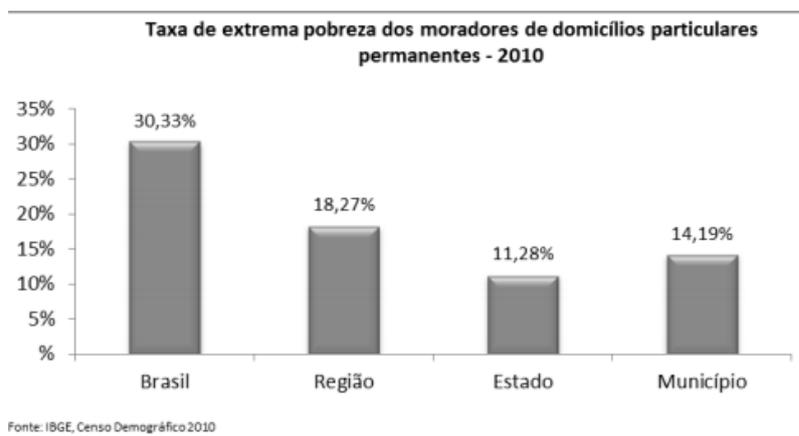
Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	1.239,38	12.132,68	248.222,36
 População	2016	12.236	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	9,87	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,01	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	86,30	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	66,12	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	22,56	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	14,92	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	99,74	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

A rede socioassistencial da cidade conta com duas entidades da rede privada e a rede pública conta com o órgão gestor localizado na região central da cidade e um CRAS no bairro Acaraú.

Com relação a taxa de extrema pobreza Cananéia possui um índice baixo com relação à porcentagem nacional e uma taxa média com relação à região:

Figura – Gráfico Extrema pobreza em Cananéia



Cananéia é uma cidade litorânea possuindo um grande fluxo de turistas durante a temporada de verão, o ecoturismo é uma atividade de extrema importância principalmente durante esse período.

ELDORADO

Figura - Mapa informativo de Eldorado



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Eldorado possui suas origens em meados do ano 1757, seguindo a mesma rotina dos exploradores que buscavam encontrar grandes riquezas naturais. Segundo dados históricos do SEADE, o Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes foram grandes chamarizes desses “desbravadores” principalmente no século XVIII.

Um dos mais antigos afluentes do Rio Ribeira é o Ribeirão de Xiririca que ficou sendo muito conhecido e frequentado após a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Guia e concentrou algumas dezenas de pessoas, que formaram aos poucos a freguesia de Xiririca, criada em 19 de janeiro de 1763 (SEADE,2016). “[...] foi elevada à categoria de vila em 10 de março de 1842, e recebeu foros de cidade em 2 de maio de 1895. Em 24 de dezembro de 1948 teve sua denominação alterada para Eldorado”. (SEADE, 2016, *on-line*)

Eldorado acumula um total de nove comunidades tradicionais, reafirmando o valor cultural do Vale do Ribeira, são elas:

- André Lopes (76 famílias; ano de reconhecimento: 2001)
- Ivaporunduva (98 famílias; ano de reconhecimento: 1998)
- Pedro Cubas (40 famílias; ano de reconhecimento: 1998)
- Pedro Cubas de cima (22 famílias; ano de reconhecimento: 2003)
- Sapatu (82 famílias; ano de reconhecimento: 2001)
- Galvão (34 famílias; ano de reconhecimento: 2001)
- Nhunguara (91 famílias; ano de reconhecimento: 2001)
- São Pedro (39 famílias; ano de reconhecimento:1998)
- Poça (41 famílias;ano de reconhecimento 2007)

Eldorado possui inúmeras cachoeiras e a rota das cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira tem seu principal acesso na cidade:

Figura – Mapa Ilustrado da Rota das Cavernas



Fonte: www.petaronline.com.br Acesso: 03 de outubro de 2016.

Essa grande riqueza natural e cultural pode ser evidenciada na taxa de urbanização de Eldorado que não atinge 50% de seu território, ou seja a cidade ainda preserva seu modo “natural” de vida.

Figura – Tabela “Território e População” de Eldorado

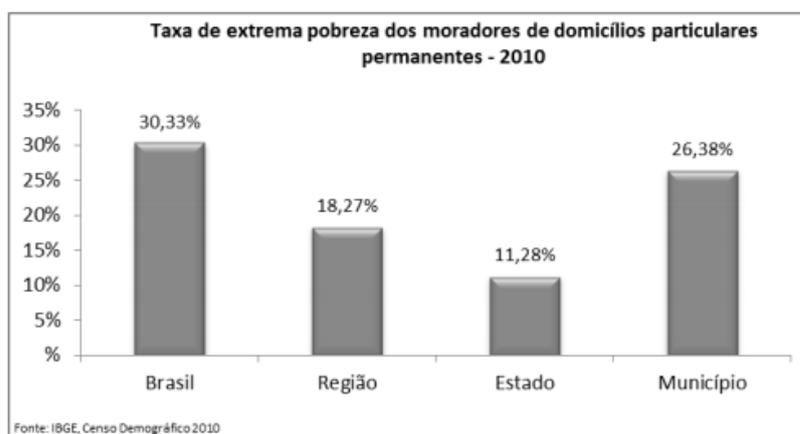
Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km ²)	2016	1.654,26	12.132,68	248.222,36
População	2016	14.909	271.274	43.359.005
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2016	9,01	22,36	174,68
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,31	0,13	0,85
Grau de Urbanização (Em %)	2016	49,21	73,04	96,32
Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	55,34	64,30	69,78
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	24,66	22,52	19,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	13,65	14,48	13,60
Razão de Sexos	2016	102,90	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Atualmente, Eldorado possui aproximadamente 15 mil habitantes e segundo dados do IBGE (2010) concentra seu PIB principalmente no setor de serviços (54%), seguido pelo setor de agricultura (35%), indústria (8%) e por último no setor de impostos (3%) totalizando um PIB de 159,7 milhões de reais.

A taxa de pobreza extrema quase atinge a média nacional:

Figura – Gráfico Extrema pobreza em Eldorado



A política pública de assistência social, conta com 4 entidades privadas de assistência social, um CRAS e um CREAS (mantido financeiramente pelo município) além do Departamento de Assistência Social todos localizados na região central da cidade.

IGUAPE

Figura - Mapa informativo de Iguape



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Iguape talvez seja a cidade que preserva e reúne a maior quantidade de construções históricas do Vale do Ribeira:

Iguape (em tupi-guarani, *igua* significa “água redonda”, referência à sua forma geográfica), localizada no extremo sul das terras delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas, registrou desde o século XVI um porto de passagem de portugueses, castelhanos e franceses na região. (SEADE, 2016, on-line).

Há uma grande influência indígena na cultura da cidade e é possível ver, atualmente a população indígena no centro da cidade vendendo seus artesanatos:

Em 1520, sobreviventes de um ataque indígena na Vila de Boa Esperança (localizada na Argentina) migrou para o local e ali viveram por alguns anos. A eles juntaram-se os portugueses descontentes com a Coroa, fugidos de São Vicente e os índios Temiminés, formando um povoado de nome Icaapara (em tupi-guarani, significa “água e mato que correm para o mar”). (SEADE, 2016, on-line)

Um pouco desse histórico podemos ver na figura abaixo, extraída do arquivo eletrônico do SENADE:

Figura – Histórico do município de Iguape

Iguape

Iguape (em tupi-guarani, *igua* significa “água redonda”, referência à sua forma geográfica), localizada no extremo sul das terras delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas, registrou desde o século XVI um porto de passagem de portugueses, castelhanos e franceses na região.

Em 1520, sobreviventes de um ataque indígena na Vila de Boa Esperança (localizada na atual Argentina) migrou para o local e ali viveram por alguns anos. A eles juntaram-se portugueses descontentes com a Coroa, fugidos de São Vicente e os índios Temiminés, formando um povoado de nome Icaapara (em tupi-guarani, significa “água e mato que correm para o mar”).

A partir do século XVII, o Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes passaram a atrair inúmeros exploradores em busca dos veios de quartzo aurífero. Por volta de 1635, em razão da descoberta de ouro de lavagem, o Governo Geral do Brasil elevou o povoado à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora das Neves de Iguape, transferindo-o da beira-mar para a vasta planície banhada pelo Rio Ribeira de Iguape, à beira do Mar Pequeno. No mesmo ano foi concluída a igreja matriz e a Casa de Fundação de Ouro, a primeira do Brasil. Seu desenvolvimento deveu-se também ao porto, já que até o século XX o transporte na região era basicamente fluvial, e um grande número de canoas e depois vapores de tonelagem regular cruza-

vam seus rios ligando as vilas e os povoados ao porto de Iguape, escoadouro primeiro do ouro, depois do arroz e de outros produtos da região.

No final do século XVIII, o ouro de aluvião já estava esgotado, mas Iguape se tornou um grande centro de produção de arroz, época em que um imponente casario foi construído na cidade.

Em 3 de abril de 1849, recebeu foros de cidade com a denominação Bom Jesus da Ribeira que, um ano mais tarde, foi alterada para Bom Jesus de Iguape.

Em 1912, foi implantada na região (hoje território do município de Registro) a Companhia Kaigai Kogyo Kabukushi Kaisha. A KKKK, uma empresa de desenvolvimento industrial e rural de apoio aos imigrantes japoneses, construiu importantes instalações industriais nas margens do Ribeira de Iguape e trabalhou principalmente no beneficiamento de arroz até 1937, quando foi extinta.

O isolamento, a incidência de maleita e depois a substituição de suas funções portuárias pelo porto de Santos, a partir das primeiras décadas do século XX, condenaram Iguape a um longo período de estagnação. A situação começou a mudar com a construção de estradas pavimentadas, o tombamento do núcleo urbano pelo Condephaat, em 1975, e a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1987, que passaram a atrair turistas para o local.

Iguape é a maior cidade do estado de São Paulo em extensão territorial e possui atualmente aproximadamente 30 mil habitantes. A cidade recebe muitos turistas na época de temporada e na grande festa do Padroeira Bom Jesus de Iguape que acontece em agosto.

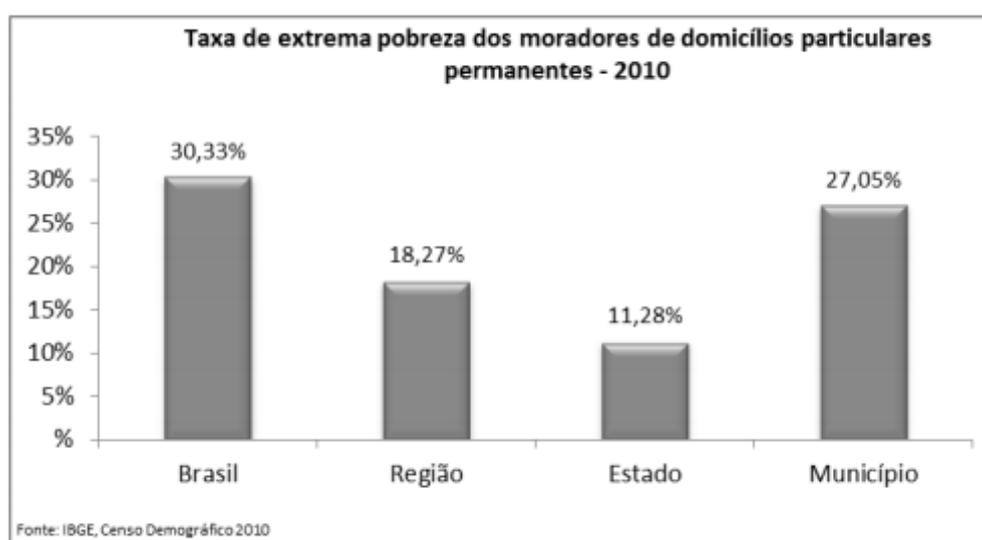
Figura – Tabela “Território e População” de Iguape

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km ²)	2016	1.977,96	12.132,68	248.222,36
 População	2016	29.158	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2016	14,74	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,19	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	87,09	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	82,30	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	20,78	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	17,10	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	99,36	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

A taxa de extrema pobreza do município é alta, ultrapassa a média da Região e do Estado quase atingindo a média nacional:

Figura – Gráfico Extrema pobreza em Iguape



O município conta com um CRAS no Bairro Rocio, com o Departamento de Assistência Social localizado no centro da cidade além de uma entidade socioassistencial. No ano de 2016 o funcionalismo público sofreu uma grave crise, com atrasos de pagamentos, investigações de desvio de verbas da assistência social, que afetou diretamente os serviços públicos e o acesso aos direitos sociais.

ILHA COMPRIDA

Figura - Mapa informativo de Ilha Comprida



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

A assistência social do município conta atualmente com o órgão gestor, um CRAS na região central e duas entidades socioassistenciais da rede privada de serviços.

Ilha Comprida

A pesar da recente criação do município, Ilha Comprida teve papel importante no processo de ocupação da costa brasileira no período das primeiras expedições, porque abrigou o antigo povoado de Maratayama, formado a partir da transferência dos habitantes da Ilha do Bom Abrigo, assim denominada por Martim Afonso de Souza. Os habitantes desse povoado vieram da Ilha de Cananéia em busca de maior proximidade com o continen-

te, mas retornaram para lá mais tarde.

Sua formação administrativa só se delineou no século XX. Em 1938, seu território foi dividido em partes iguais entre Iguape e Cananéia. Em 1987, quando Ilha Comprida foi declarada Área de Proteção Ambiental Estadual, o movimento pela sua emancipação ganhou força e o município foi criado em 30 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Cananéia e de Iguape.

Figura – Tabela “Território e População” de Ilha Comprida

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	192,09	12.132,68	248.222,36
 População	2016	9.774	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	50,88	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	1,38	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	100,00	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	99,44	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	19,94	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	19,83	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	96,03	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Apesar de extremamente preservada a Ilha Comprida possui 100% de seu território urbanizado pela própria geografia do território.

ITARIRI

Figura - Mapa informativo de Itariri

ANIVERSÁRIO
9 de abril

SANTO PADROEIRO
Nossa Senhora Monte Serrat

PREFEITO
Rejane Maria Silva - PP

PRESIDENTE DE CÂMARA
José Tenório dos Santos - PV



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Itariri

Localizada na antiga região do Rio do Azeite, cujo povoamento foi iniciado em 1865, Itariri teve como marco inicial a construção de uma estação da Estrada de Ferro Sorocabana, trecho Santos–Juquiá, inaugurada apenas em 1914. No ano seguinte, recebeu um grande número de imigrantes japoneses.

Com o loteamento de terras vizi-

nhas à estação, em 1922, e a construção da capela de São Benedito, em 1925, teve início o desenvolvimento mais efetivo do povoado. Foi elevado a distrito do município de Itanhaém em 30 de novembro de 1938 e adquiriu autonomia municipal em 24 de dezembro de 1948. O vocábulo Itariri provém do tupi, ita, “pedra”, riri, “ostra”.

Figura – Tabela “Território e População” de Itariri

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	273,67	12.132,68	248.222,36
 População	2016	16.538	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	60,43	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	1,14	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	68,57	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	55,68	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	22,99	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	12,80	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	100,61	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Atualmente, o município conta com quatro entidades da rede privada de serviços da assistência social, além do órgão gestor localizado na região central da cidade e um CRAS.

JACUPIRANGA

Figura - Mapa informativo de Jacupiranga

ANIVERSÁRIO
23 de junho

SANTO PADROEIRO
Nossa Senhora da Conceição

PREFEITO
José Cândido Macedo Filho - PSDB

PRESIDENTE DE CÂMARA
Sylvio Carneiro Braga Junior - SD



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Jacupiranga

Antigo povoado de Botujuru (do tupi-guarani, "boca do vento que sopra continuamente"), está localizado em terras então pertencentes a Iguape. Foi fundado em 1864, pelo comerciante português Antônio Pinto Magalhães Mesquita, também responsável pela construção de uma capela dedicada à Imaculada Conceição. Em 5 de abril de 1870, o povoado foi elevado à categoria de freguesia e recebeu a denominação de

Jacupiranga (em tupi-guarani significa "jacu vermelho"). Seria elevada a município apenas em 29 de dezembro de 1927. Embora contasse com terras férteis, o desenvolvimento da região foi bastante lento pela dificuldade de comunicação e transporte, na época, exclusivamente fluvial. Sua atividade econômica esteve, sempre, baseada na agricultura, com destaque, no período mais recente, para a cultura da banana.

Figura – Tabela “Território e População” de Jacupiranga

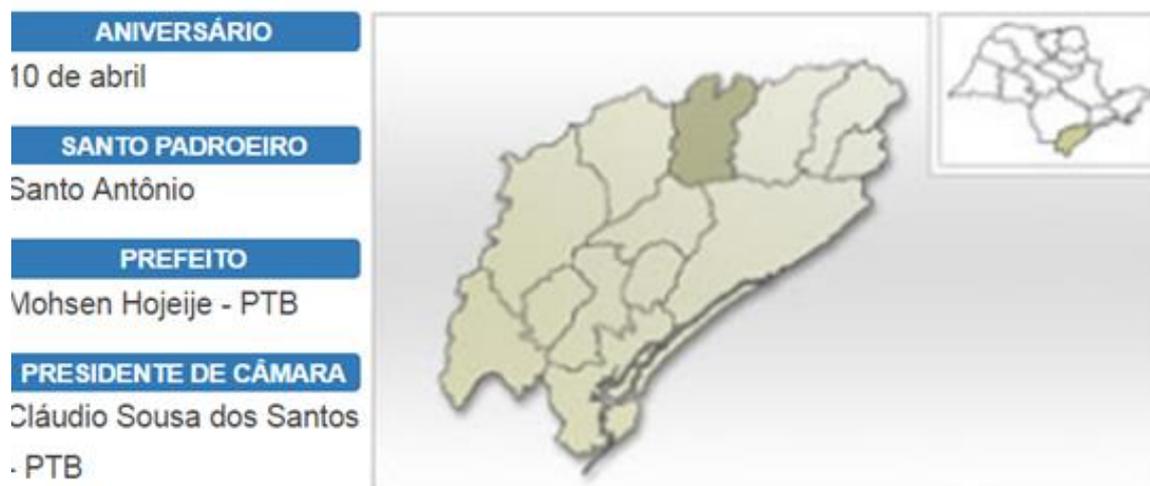
Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	704,19	12.132,68	248.222,36
 População	2016	17.169	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	24,38	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,04	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	54,45	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	62,40	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	22,26	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	13,89	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	103,14	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Jacupiranga possui um CRAS na região central do município onde também se localiza o órgão gestor e nenhuma unidade privada. Os técnicos evidenciaram muitas vezes as dificuldades de administrar a grande demanda concentrada no CRAS para todos os tipos de atendimento, não por uma exigência dos gestores mas por que a população referencia o CRAS para todos os tipos de serviços.

JUQUIÁ

Figura - Mapa informativo de Juquiá



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Juquiá

Em 1829, Felipe Fernandes fundou o povoado de Santo Antônio de Juquiá nas margens do Rio Juquiá, afluente do Rio Ribeira de Iguape. No ano seguinte, foi construída uma capela que recebeu o mesmo nome do povoado.

Em 16 de abril de 1853, foi elevada a freguesia do município de Iguape. Sua denominação foi simplificada para Juquiá (que em tupi-guarani significa "corvo de boca larga"), em 31 de março de

1938. No mesmo ano, em 30 de novembro, então distrito, foi transferido para o município de Prainha, atual Miracatu.

Foi ponta de linha da Estrada de Ferro Sorocabana, no ramal que ligava a cidade de Santos ao litoral sul, e a estação local, inaugurada nas primeiras décadas do século XX. Em 24 de dezembro de 1948, Juquiá tornou-se município autônomo, vivendo basicamente do cultivo da banana e da exploração do palmito.

Figura – Tabela “Território e População” de Juquiá

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2016	812,80	12.132,68	248.222,36
População	2016	18.896	271.274	43.359.005
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	23,25	22,36	174,68
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,31	0,13	0,85
Grau de Urbanização (Em %)	2016	64,47	73,04	96,32
Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	69,04	64,30	69,78
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	22,05	22,52	19,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	15,23	14,48	13,60
Razão de Sexos	2016	100,81	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Juquiá conta com o órgão gestor, no centro velho da cidade, um CRAS e uma entidade da rede privada de serviços de assistência social.

MIRACATU

Figura - Mapa informativo de Miracatu



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Miracatu

Q antigo povoado de Prainha, localizado na margem esquerda do Rio São Lourenço, deve seu nome a uma pequena praia onde paravam canoeiros para descansar e fazer refeições durante a viagem. Sua origem estaria ligada ao núcleo formado nas terras do francês Pierre Laragnoit, que, em 1871, doou dois alqueires para a construção da igreja Nossa Senhora das Dores de Prainha.

Em 6 de abril de 1872, o povoado foi elevado a freguesia do município de Iguape. Em 30 de novembro de 1938, tornou-se município autônomo que, em 30 de novembro de 1944, teve sua denominação alterada para Miracatu (em tupi, "gente boa").

O transporte na região era basicamente fluvial, e os dois principais rios navegáveis eram o São Lourenço e o Ribeira de Iguape. Grande número de canoas e depois de vapores de tonelage regular cruzavam esses rios ligando o Porto de Iguape, escoadouro das riquezas de toda a região, à vila de Prainha. A navegação fluvial perdeu sua importância a partir de 1914, quando foi inaugurado o ramal Santos-Juquiá da Estrada de Ferro Sorocabana e o Porto de Iguape, aos poucos, foi substituído pelo Porto de Santos. A partir do início do século XX, a região recebeu grande contingente de imigrantes japoneses que desenvolveram a cultura do arroz e da banana.

Figura – Tabela “Território e População” de Miracatu

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	1.001,48	12.132,68	248.222,36
 População	2016	20.008	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	19,98	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,49	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	52,98	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	54,29	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	24,77	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	13,44	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	99,96	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Miracatu possui um órgão gestor da assistência na região central da cidade, um CRAS, um CREAS e uma entidade conveniada da rede privada de assistência.

PARIQUERA-AÇU

Figura - Mapa informativo de Pariquera-Açu



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Pariquera-Açu

Desde o século XVI, exploradores vindos de Cananéia e Iguape abriram trilhas na mata para atingir a região de Xiririca (atual município de Iporá), em busca do ouro do Vale do Ribeira. Vários pousos foram surgindo ao longo dos caminhos, como

Pousada de Guaricana, nome de uma palmeira abundante na região, construída nas margens do Rio Pariquera-Açu (do tupi-guarani, “cerado dos peixes grandes”), onde se formou um povoado.

Por volta de 1860, um projeto do

governo provincial, que previa a doação de terras para colonos, atraiu para a região imigrantes poloneses, italianos, húngaros, suíços e alemães, que deram origem à Colônia Pariquera-Açu, comunidade essencialmente agrícola, de modelo europeu.

Em 11 de fevereiro de 1935, foi criado o distrito de Pariquera-Açu no município de Jacupiranga, que adquiriu autonomia política em 30 de dezembro de 1953, com território desmembrado dos municípios de Jacupiranga, Iguape e Registro.

Figura – Tabela “Território e População” de Pariquera-Açu

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	359,35	12.132,68	248.222,36
 População	2016	18.937	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	52,70	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,45	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	69,89	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	65,07	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	21,62	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	14,07	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	97,34	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Pariquera possui um CRAS e o órgão gestor, além de possuir convenio com duas entidades socioassistenciais da rede privada. É importante destacar que o técnico entrevistado no órgão gestor enfatizou a falta de Rh para que os serviços tenham mais continuidade e efetividade, disse que ele dissipou a brincadeira/trocadilho “euquipe” nas reuniões da DRADS que ocorrem uma vez ao mês.

PEDRO DE TOLEDO

Figura - Mapa informativo de Pedro de Toledo



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Pedro de Toledo

O núcleo inicial do futuro município foi marcado pela Parada Carvalho, pertencente à Estrada de Ferro Sorocabana, construída em 1912, no trecho que ligava Santos a Juquiá, no litoral sul. A estação fazia limite com a propriedade de Manoel Francisco de Carvalho, um dos primeiros moradores locais. Passou a ser chamada de Parada Vasconcelos, em homenagem a outro pioneiro, o Coronel Raimundo Vasconcelos e, posteriormente, Parada Alecrim, devido ao ar-

busto bastante comum na região.

O povoado, que se desenvolveu em torno da estação, tornou-se distrito no município de Iguape, em 13 de dezembro de 1929, com o nome de Alecrim, e se dedicava basicamente à agricultura, em especial, ao cultivo da banana. Seu nome foi alterado para Pedro de Toledo em 20 de setembro de 1937. Transferido para o município de Prainha (atual Miracatu), em 30 de novembro de 1938, obteve autonomia político-administrativa em 24 de dezembro de 1948.

Figura – Tabela “Território e População” de Pedro de Toledo

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2016	670,44	12.132,68	248.222,36
População	2016	10.653	271.274	43.359.005
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	15,89	22,36	174,68
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	0,74	0,13	0,85
Grau de Urbanização (Em %)	2016	70,00	73,04	96,32
Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	68,21	64,30	69,78
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	22,53	22,52	19,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	15,37	14,48	13,60
Razão de Sexos	2016	100,36	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Pedro de Toledo conta com o órgão gestor da assistência social localizado na região central da cidade, duas entidades da rede privada e um CRAS.

REGISTRO

Figura - Mapa informativo de Registro



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Registro

O nome Registro está vinculado à origem da cidade: no século XVIII, as embarcações com ouro que desciam o Rio Ribeira de Iguape em direção a Iguape tinham sua carga "registrada" por um agente da metrópole instalado no local, com o propósito de cobrar o imposto devido à Coroa Portuguesa.

O desenvolvimento não só do povoado como de toda a região, só viria a ocorrer a partir de 1920 com a chegada dos imigrantes japoneses, destinados ao trabalho nas lavouras de café e no beneficiamento de arroz, atividades da filial brasileira da Companhia Ultramarina de Empreendimentos Kaigai Kogyo Kabukushi Kaisha – empresa de desenvolvimen-

to industrial e rural de apoio aos imigrantes, que construiu importantes instalações industriais nas margens do Rio Ribeira de Iguape.

A KKKK, como ficou conhecida a empresa, introduziu no país as primeiras mudas de chá preto (principal cultura de Iguape), além de ter sido responsável pelo estabelecimento de grande número de imigrantes japoneses em toda a região do Vale do Ribeira.

Em 17 de setembro de 1934, Registro foi elevada à categoria de distrito de Iguape e, em 30 de novembro de 1944, à condição de município autônomo, com terras desmembradas dos municípios de Iguape, Xiririca e Miracatu.

Figura – Tabela “Território e População” de Registro

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2016	722,27	12.132,68	248.222,36
População	2016	54.050	271.274	43.359.005
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	74,83	22,36	174,68
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,06	0,13	0,85
Grau de Urbanização (Em %)	2016	88,77	73,04	96,32
Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	65,42	64,30	69,78
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	21,44	22,52	19,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	14,03	14,48	13,60
Razão de Sexos	2016	96,14	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Registro é a cidade do Vale que possui a maior oferta de serviços socioassistenciais da região: são cinco entidades da rede privada conveniada; um CREAS (o primeiro da região) e cinco CRAS distribuídos nas regiões de maior vulnerabilidade social.

SETE BARRAS

Figura - Mapa informativo de Sete Barras



Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

Sete Barras

Desde meados do século XVIII, a promessa dos veios de quartzo aurífero do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes atraíram inúmeros exploradores. Nas margens desse rio, teve origem o povoado de Sete Barras, com a construção de uma capela dedicada ao Divino Espírito Santo, mais tarde Igreja de São Benedito, pertencente à vila de Xiririca.

Sua localização, próxima à barra do Rio Etá, sétimo afluente do Ribeira de Iguape a contar da foz, teria originado o nome Sete Barras. Ou, talvez, este se deva à lenda de que teriam sido enterradas, no local, sete barras de ouro, por um aventureiro espanhol que nunca

mais conseguiu recuperá-las.

O fim da extração do ouro de aluvião trouxe estagnação ao povoado, que se recuperaria, no início do século XX, com a chegada dos imigrantes japoneses e o desenvolvimento da cultura da banana.

Em 21 de março de 1885, criou-se a freguesia no município de Iguape, que seria transferida para Eldorado em 2 de abril de 1887. Em 30 de março de 1891, foi criado o distrito no município de Iguape, posteriormente, em 30 de novembro de 1944, transferido para Registro. Tornou-se município autônomo em 18 de fevereiro de 1959.

Figura – Tabela “Território e População” de Sete Barras

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
 Área (Em km2)	2016	1.062,70	12.132,68	248.222,36
 População	2016	12.680	271.274	43.359.005
  Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2016	11,93	22,36	174,68
 Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 (Em % a.a.)	2016	-0,43	0,13	0,85
  Grau de Urbanização (Em %)	2016	66,48	73,04	96,32
  Índice de Envelhecimento (Em %)	2016	62,06	64,30	69,78
  População com Menos de 15 Anos (Em %)	2016	23,80	22,52	19,48
  População com 60 Anos e Mais (Em %)	2016	14,77	14,48	13,60
  Razão de Sexos	2016	103,37	99,80	94,80

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas. Acesso em: 01 de julho 2016.

A política de assistência social em Sete Barras conta com o órgão gestor, um CRAS e uma entidade conveniada da rede privada de serviços.

É importante lembrar que dentro desse contexto, verificamos que apenas Registro e Cajati possuem serviços minimamente estruturados para o atendimento à população em situação de rua.